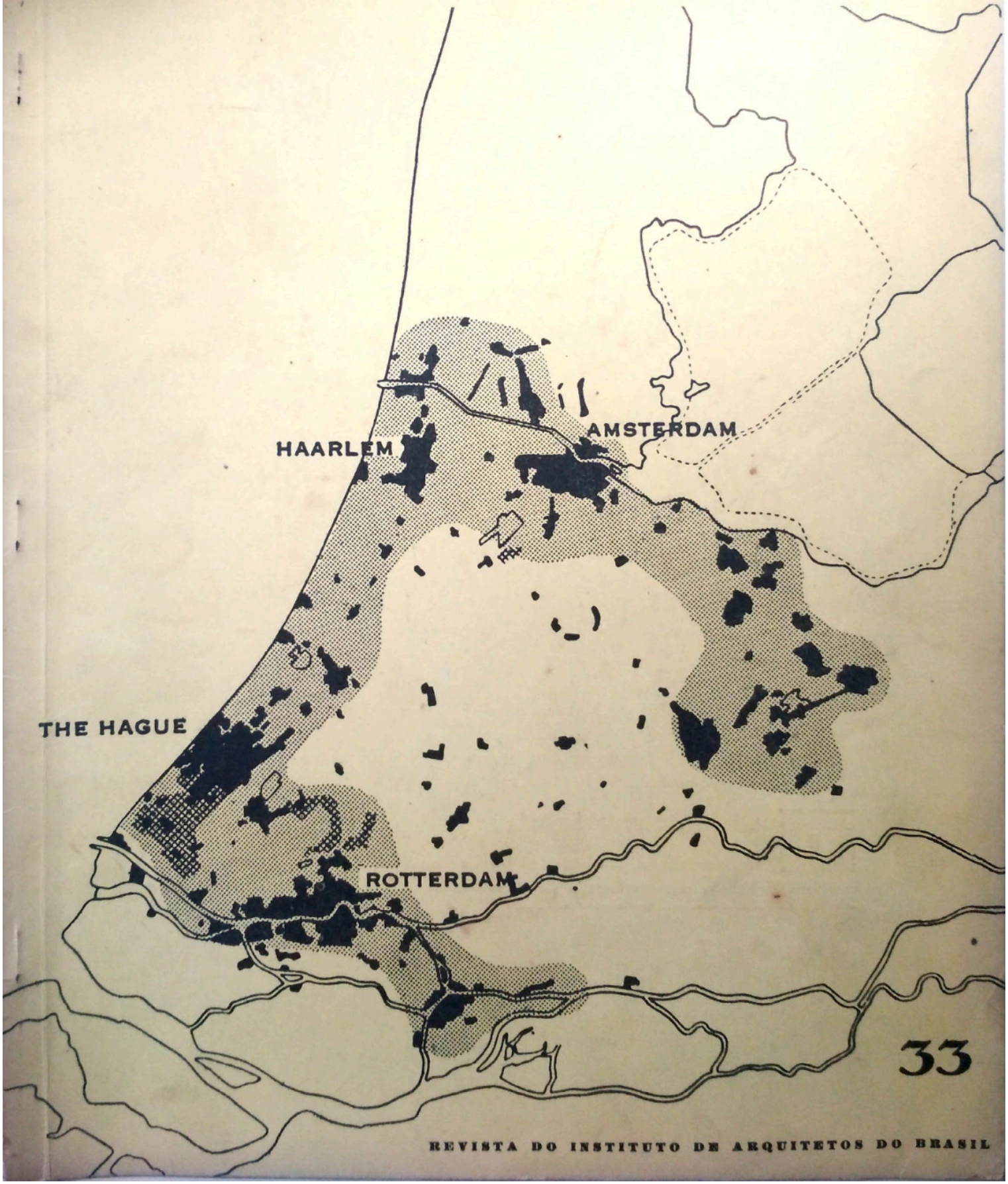
ARQUITETURA

março, 1965



33

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

editôra artenova limitada
beco dos barbeiros, 6-201 tel 31 2641
planejamento jornalístico e edição de livros e revistas

ARQUITETURA HOSPITALAR
INSTALAÇÕES DE HOSPITAIS

- O arquiteto e as instalações hospitalares
- Planejamento urbano e rêde hospitalar
- O arquiteto e o planejamento hospitalar
- Planejamento hospitalar e o ensino de Arquitetura
- Os novos hospitais brasileiros
- Novos equipamentos e instalações hospitalares
- A legislação sôbre hospitais
- Fôlha de dados sôbre construções e instalações hospitalares
- E ainda projetos inéditos de hospitais de arquitetos como MMM Roberto, Oscar Niemeyer, Ary Garcia Rosa, Rino Levi, Jorge Machado Moreira e outros.

Êste será o conteúdo básico da edição especial que a Revista ARQUITETURA editará em maio próximo, dedicada ao problema das construções e instalações hospitalares.

Seguindo o mesmo roteiro das edições especiais dedicadas à *segurança e prevenção contra incêndio, às construções esportivas* e ao *móvel brasileiro,* a edição especial de maio apresentará um panorama completo da construção e das instalações hospitalares no Brasil.

Essa edição destina-se a constituir-se num documento permanente de consulta e informação para o arquiteto, o construtor, administradores hospitalares e autoridades ligadas ao problema, que receberão, diretamente, a Revista ARQUITETURA em maio próximo.

Um anúncio nessa edição especial custará o mesmo preço da publicidade normal da revista.

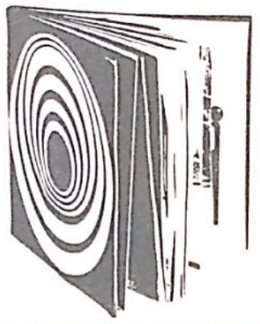
VALORIZE A SUA PUBLICIDADE, ANUNCIANDO NA EDIÇÃO ESPECIAL DE MAIO DA REVISTA **ARQUITETURA,** A MELHOR PUBLICAÇÃO BRASILEIRA DE SEU GÊNERO.



arte JB

JB JORNAL DO BRASIL

O GRANDE JORNAL BRASILEIRO DE CATEGORIA INTERNACIONAL



peça nosso catalogo:
dezenas de alternativas
para uma
decoração completa



dormitórios
móveis componíveis
salas de estar
quartos para criança
salas de jantar
escritório

móveis l'atelier s.a.

móveis l'atelier s.a.

são paulo
rua augusta, 1791
telefone 80 21 81 Ramal 91

rio de janeiro
loggia/l'atelier
rua hilário de gouveia, 57-A
copacabana

curitiba
paulo valente decorações
e desenhos técnicos ltda
rua senador alencar guimarães, 175

salvador
móveis ralf ltda
av. 7 de setembro, 249

porto alegre
manlio gobbi & cia. ltda
rua dr. flores, 383

recife
bel lar móveis e decorações ltda
rua da imperatriz, 50

fortaleza
j. d. hollanda s. a.
rua dr. pedro borges, 59/63

nova york
l'atelier
940 - 3rd avenue

vancouver b.c.
l'atelier
4195, west 14th. ave.



-Qual é o único negócio que você pode fazer livre de imposto de renda e de transmissão?

-Construir imóveis residenciais em Brasília até 31 de Dezembro de 1970



Eis o que diz o art. 58, da Lei que criou o Banco Nacional da Habitação: "Ficam isentos do Impôsto de Renda, até 31 de dezembro de 1970, os lucros e rendimentos auferidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, resultantes de operações de construção e primeira transação, inclusive alienação e locação, relativos aos prédios residenciais construídos no Distrito Federal, cujo valor não ultrapasse 60 (sessenta) vêzes o salário mínimo da região. Parágrafo único: Ficam igualmente isentos, os mesmos imóveis, pelo mesmo prazo, dos impostos de transmissão causa mortis e inter-vivos relativos à primeira transferência de propriedade"

•

Para obter informações mais detalhadas, consulte, pessoalmente ou por carta, a Assessoria de Relações Públicas do BNH, Palácio do Catete, Guanabara.

BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ambiente - spazio

spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara
de ambiente indústria e comércio de
móveis s. a.

uma linha completa de móveis para
escritório e residência desenhados por
arquitetos de renome internacional.

disponíveis em jacarandá-da-baia e
aço cromado para entrega imediata.

Consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb



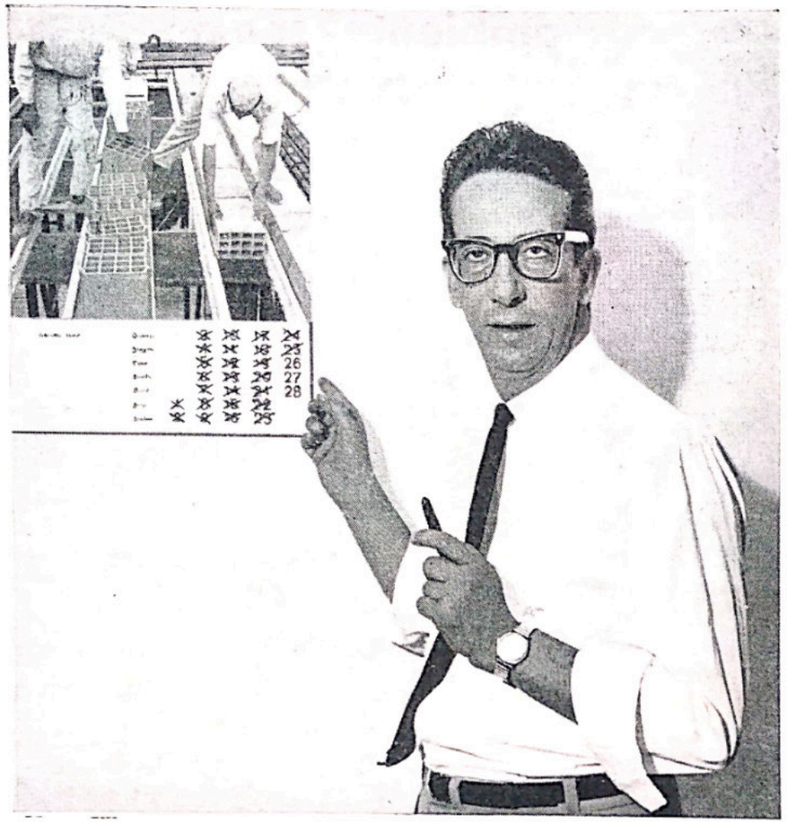
ambiente - spazio

spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara
de ambiente indústria e comércio de
móveis s. a.

uma linha completa de móveis para
escritório e residência desenhados por
arquitetos de renome internacional.

disponíveis em jacarandá-da-baia e
aço cromado para entrega imediata.

Consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb



Como consigo ser tão pontual?

Racionalização. De materiais. De mão de obra. O tempo rende mais. A técnica predomina. O custo empata com a previsão (hoje em dia isso é lucro extra). Tudo pronto na hora combinada. E todo mundo contente. E a gente parte depressa para outra construção que vai também ter esta placa.

LAJES VOLTERRANA

Lajes pré-fabricadas para pisos e forros. Lajotas de cerâmica ou de concreto. Lajes "X" com armação cruzada para casos especificos. Consulte-nos para maior eficiência de sua construção.

Coldbor 59CP.302

SÃO PAULO (Barão de Itapetininga, 151 – 11.º – Fone 35-7245) — RIO (Rua da Lapa, 180 5.º – Fone 22-5470) — BELO HORIZONTE (Rua São Paulo, 893 – 8.º – Fone 4-1326) RIBEIRÃO PRETO (Rua Álvares Cabral, 576 – Fone 3701) — BRASÍLIA — RECIFE

DISTRIBUIDORES DOS PISOS

PAVIFLEX

SÃO PAULO

PAVIMODERN

Sociedade Brasileira de Materiais de Construção Ltda.
Rua 7 de Abril, 404 - 3.º - Conj. 3/4
Tel.: 35-1553

SAVANA

Comércio, Indústria e Representações de Materiais de Construção Ltda
Rua Rêgo Freitas, 354, 1.º
Tel.: 36-8439

BELO HORIZONTE

CODIBEL

Comercial Distribuidora de Indústrias Belo Horizonte S. A.
R. Espirito Santo, 341, - Conj. 308
Tel.: 2-3688

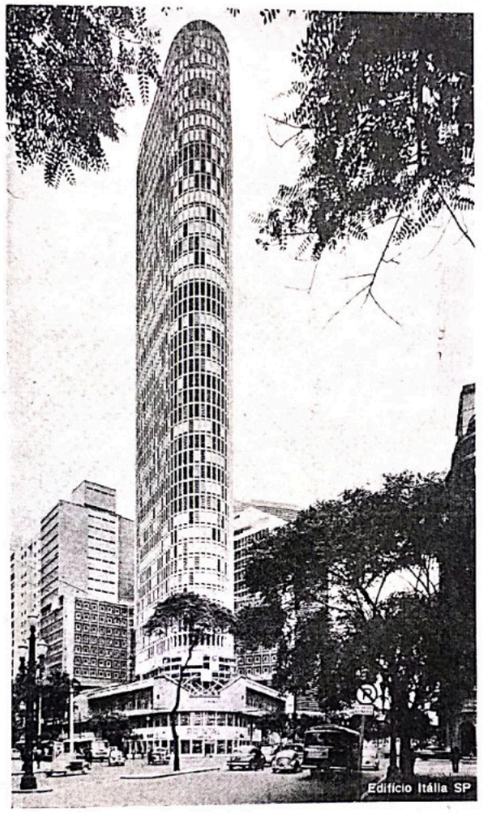
BRASÍLIA

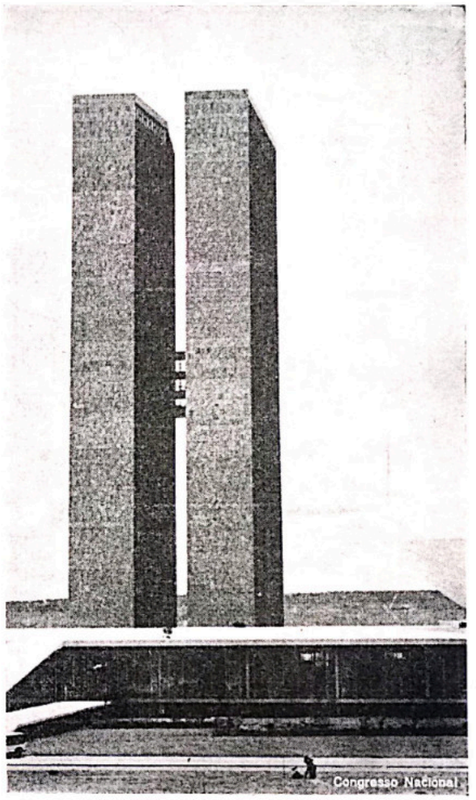
ORLANDI, ORLANDI S/A

Engenharia, Comércio e Arquitetura
Superquadra 315, lojas 43/44
S. C. L. Sul – Tel.: 2-7027

F A D E M A C

Fábrica de Materiais de Construção S. A.


Edifício Itália SP


Congresso Nacional

JÁ SÃO FAMOSOS NO BRASIL

Em São Paulo e Brasília, como na Guanabara, Nova Iorque, Paris e nas principais metrópoles dos cinco continentes, os PISOS PAVIFLEX são famosos. O aprimoramento contínuo nos laboratórios e fábricas no mundo inteiro, dotou os PISOS PAVIFLEX de características de durabilidade, beleza e versatilidade excepcionais, razão da sua consagração junto a arquitetos e decoradores renomados. PAVIFLEX é produzido pela FADEMAC, uma das maiores organizações mundiais especializada na fabricação de revestimento de piso e parede. Importantes construções no Brasil, revestidas com PAVIFLEX: BRASÍLIA - Universidade de Brasília. SÃO PAULO - Edifício Itália. GUANABARA - Navios de Ishikawajima e da Verolme. BELO HORIZONTE - Grande Hotel de Belo Horizonte. PORTO ALEGRE - Teatro Leopoldina. SANTOS - Maternidade Cid Peres. Os PISOS PAVIFLEX não queimam, não engorduram, não riscam, não mancham e resistem aos ácidos corrosivos.

5 ANOS DE GARANTIA

PISOS **PAVIFLEX**

Importante: Para complementar a decoração a FADEMAC produz **Corrimãos, Rodapés, Testeiras e Faixas Decorativas.**

FADEMAC

São Paulo: Av. São Luiz - 5.º andar - s/52
Telefone 32-9046
Rio: Rua São Cristovão, 769 - Fone 28-8617

ALLVOX



Êxito absoluto!

Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

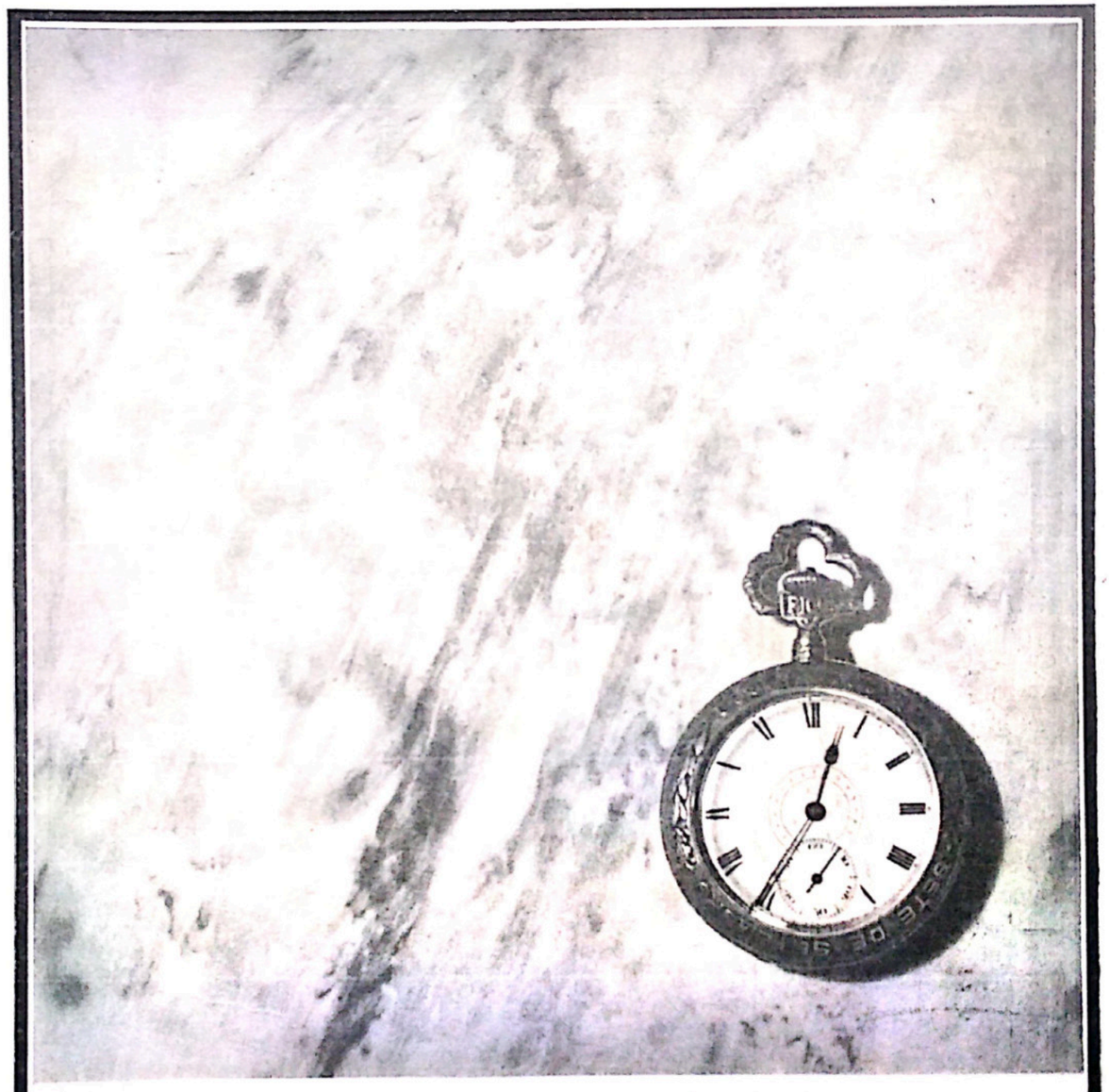
BARRA-MANSA-5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

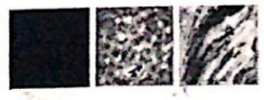


tempo é dinheiro

Vulcapiso é assentado mais depressa do que qualquer outro tipo de piso. E exige muito menos mão de obra. Por isso é mais econômico. Esta é uma das qualidades de Vulcapiso. Outras você mesmo descobrirá ao especifica-lo em sua proxima obra. Vulcapiso é realmente o mais resistente: 100% vinílico, não quebra, não racha, nem descasca. Nunca!

TRÊS PADRÕES: MÁRMORE, LISO E TERRAZZO. Dimensões: placas de 35 x 35 cm e 75 x 75 cm, com 3 mm de espessura para o padrão Mármore; de 25 x 25 cm e 50 x 50 cm, com 2 mm de espessura para os padrões Liso e Terrazzo. Variedade: 33 belíssimas côres permitem criar os mais originais desenhos de pisos, lambris, colunas, etc. Colocação rápida e simples. Não precisa calafetar. Vulcapiso não requer raspagem nem polimento. Vantagens extras: excelente isolante termoacustico. Atrito amortecido. Côres inalteráveis. Espessuras uniformes.

Para maiores informações técnicas consulte nosso Departamento de Revestimentos.



vulcapiso

Um produto VULCAN

VULCAN MATERIAL PLÁSTICO S.A.
Av. Rio Branco, 156 - 20º andar - Rio de Janeiro.
Av. Ipiranga, 1267 - 9º andar - São Paulo.
Filiais e Representantes em todo o Brasil.

S. J. de Melio 60.110

Valorize as suas construções: use o

NÔVO ITACRETO

COM SILICON BAYER F*

O primeiro rebôco pré-fabricado auto-impermeabilizante

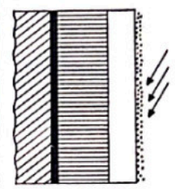
Você tem ao mesmo tempo:

- O melhor rebôco
- O melhor repelente à chuva
- O melhor anti-musgo (fungo)
- A côr mais inalterável

A Soc. Pancreto Ltda. lança no Brasil uma notável conquista técnica no setor dos revestimentos para a construção civil: o nôvo rebôco pré-fabricado auto impermeabilizante ITACRETO com Silicon Bayer F em pó. No nôvo ITACRETO, o Silicon Bayer F em pó já vem homogêneamente misturado, eliminando a necessidade dos hidro-repelentes liquidos convencionais.

Veja a diferença:

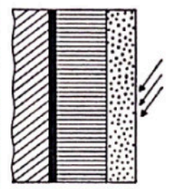
Revestimento com hidro-repelentes liquidos convencionais: (aplicados após o rebôco pronto)



1 2 3 4 5

1) Tijolo. 2) Chapisco. 3) Embôço. 4) Rebôco. 5) Finíssima película hidro-repelente. – (Esta película apenas recobre o rebôco, não fazendo parte de sua massa e podendo ser rompida por agentes externos destruidores.)

Nôvo ITACRETO com Silicon Bayer F:



* O Silicon Bayer F encontra-se difundido por tôda a espessura da camada de rebôco, que se torna, assim, inteiramente auto-impermeabilizante, partícula por partícula.

*** O que é o *Silicon Bayer F:***

Aditivo impermeabilizante de polisiloxano apresentado sob a forma de pó em finíssima dispersão. Insolúvel em água.

Em vários tipos:

ITACRETO

- Plasti-Travertino
- Lavado a Ácido
- Raspado

REVESTEC

- Para rebocos externos comuns.

(Fornecidos em sacos de 50 quilos)

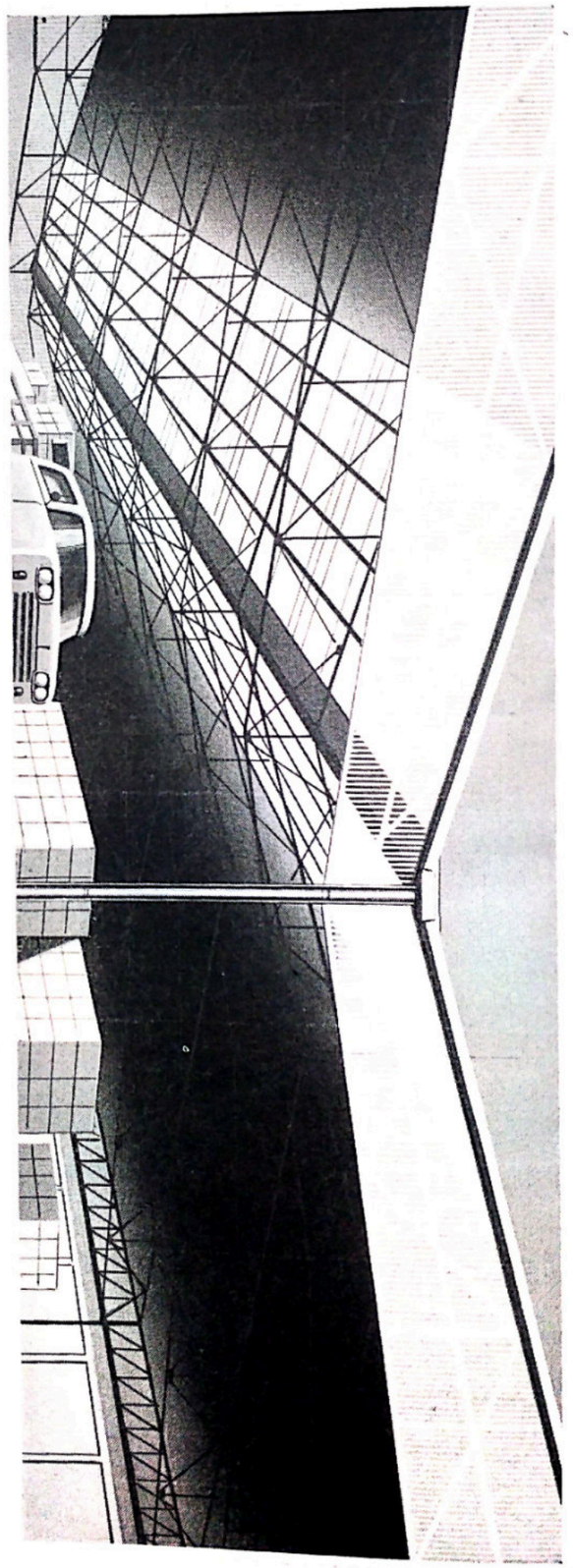
Solicite folheto ou peça sem compromisso uma demonstração na sua própria obra.

SOC. PANCRETO LTDA.

— sempre melhor qualidade

Pça. Demétrio Ribeiro, 15-C - Edifício Pancreto - (Esquina da Av. Princesa Isabel)
Telefones: 36-0028 e 37-6002 - Rio de Janeiro - Guanabara

ondulados **ELVIC** EM PVC RÍGIDO



CRIAM NÔVO CONCEITO NA MODERNA TÉCNICA DE COBERTURA!

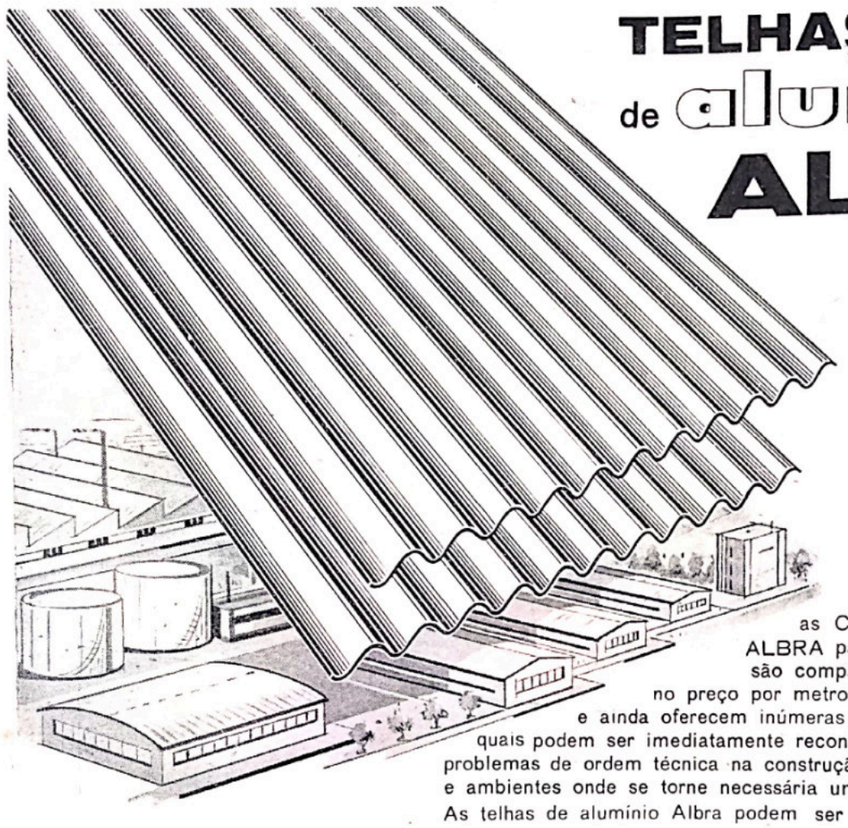
Muitos problemas de cobertura e estruturas encontram a solução certa com o emprêgo dêste nôvo material!

- Leves, 2,2 k por m².
- Sólidos, suportam um pêso de 500 k uniformemente distribuidos por m².
- Fornecidos em qualquer comprimento.
- Fabricados em 5 côres translúcidas e 5 opacas.
- Não inflamáveis (classificados como material de segurança).
- Inalteráveis à ação de agentes químicos ou atmosféricos.
- Altamente resistentes a impactos.
- Fáceis de colocar.

UM PRODUTO ELCLOR

INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO CLORO S.A. RUA XAVIER DE TOLEDO, 123 - 8.º ANDAR - TEL. 37-0516 - SÃO PAULO
AV. ALM. BARROSO, 91 - 3.º AND. - CONJ. 304 - TEL. 22-0080 - RIO DE JANEIRO

TELHAS de alumínio ALBRA



para telhados
ou revestimentos em:

indústrias
armazéns
oficinas
sítios
e fazendas

Fabricadas nos tamanhos padrões de 1.220, 1.830, 2.440, 3.050 e 3.660 mm x 890 mm as Chapas Onduladas de Alumínio ALBRA para telhados ou revestimentos, são comparativamente mais econômicas no preço por metro quadrado útil de cobertura... e ainda oferecem inúmeras outras vantagens, algumas das quais podem ser imediatamente reconhecidas por quem entende de problemas de ordem técnica na construção de prédios, fábricas, usinas e ambientes onde se torne necessária uma proteção maior no serviço. As telhas de alumínio Albra podem ser fabricadas em comprimentos especiais desde 1 até 16 metros.

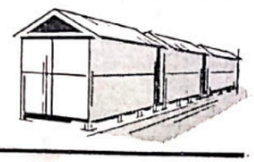
MAIOR ECONOMIA NO RECOBRIMENTO LATERAL!

A perda percentual no recobrimento lateral com chapas de alumínio é de apenas 9% contra 20% do fibro-cimento! É mais econômico e vantajoso o uso de Chapas de Alumínio ALBRA.



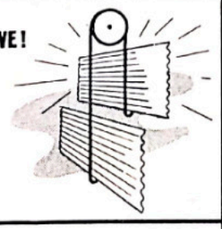
MANEABILIDADE!

Nenhum outro material oferece a plasticidade e resistência do alumínio. Leves e flexíveis, as Chapas de Alumínio ALBRA são fáceis de instalar e duram uma eternidade!



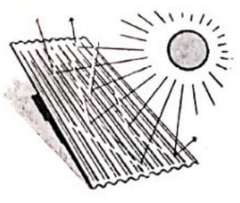
PÊSO ESPECÍFICO MUITO MAIS LEVE!

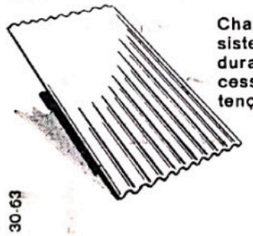
Para uma chapa de alumínio que pese 1.637 kg as chapas de fibro-cimento pesam 15.4 kg — ou seja 9,4 vezes mais pesadas que o alumínio! O alumínio pesa ainda menos da terça parte dos materiais comumente usados: Ferro 7,85 kg — Cobre 8.90 kg.



ELEVADA REFLEXÃO DO CALOR!

O alto poder de reflexão do calor é uma das mais importantes qualidades das Chapas de Alumínio ALBRA nas coberturas. Levam excepcional vantagem em comparação com o fibro-cimento e as chapas galvanizadas!





Chapas de Alumínio ALBRA resistem ao calor e à corrosão... duram indefinidamente, sem necessidade de pintura nem manutenção!



Graças a seu baixo pêso específico, Chapas de Alumínio ALBRA possibilitam estruturas mais leves, econômicas e com maior vão livre!

Mais leves... mais econômicas...
Telhas de Alumínio ALBRA
duram tôda vida!

alu - 30.63

ALUMÍNIO DO BRASIL S.A.
Caixa Postal, 8039 - São Paulo.

ALBRA
— o maior nome na indústria do alumínio!

ARQUITETURA

N.º 33 — Março — 1965

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — Publicação da Edtôra Artenova Ltda. - Beco dos Barbeiros, 6 Grupo 201 - GB.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Edgar Graeff, Ernani Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Jorge Machado Moreira, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sílvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Odylo Costa, filho; Alfredo L. Britto — IAB; Maurício Nogueira Batista — IAB

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RGS; Jorge Wilheim — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello — IAB-PE; Odilon Santos Neto — IAB-BA; Almir Fernandes — IAB-PR; Elio Vianna — IAB-ES; José Armando Farias — IAB-CE.

Editor:

Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Maurício Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Brito — IAB.

Colaboradores: Claudius Ceccon — IAB; Luís Paulo Conde — IAB; Ferreira Gullar, Carlos Diegues, Jota, Cléber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, M. Cavalcanti Proença, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo, Leandro Tocantins, Fernando Abreu (IAB) e Alex Nicolaieff (IAB).

Editôra Artenova Ltda. — Diretores: Álvaro Pacheco, Odylo Costa, filho — Beco dos Barbeiros, 6, Gr. 201 - GB

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.º 22-1703, — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Beco dos Barbeiros, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2641; Rio - GB.

Representante em S. Paulo: REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos no exercício da profissão no Brasil, (3.932), tôdas as firmas construtoras (2.231), escritórios técnicos de urbanismo, engenharia e arquitetura, todos os decoradores e lojas de móveis e decorações do Rio e São Paulo, instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 500,00; número atrasado Cr$ 1.000,00: exterior US$ 1: assinaturas: 1 ano — Cr$ 5.000,00; exterior: US$ 10, tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: EDIGRAF — Editôra e Gráfica Ltda. — Pç Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

Capa: Planejamento físico na Holanda (pg. 3).

SUMÁRIO

Editorial

2 Congressos internacionais e a realidade arquitetônica brasileira.

Arquitetura na Holanda de hoje.

3 Planejamento físico, habitação e arquitetura.

10 Igreja protestante em Nagele
Arq.os Van den Broeck e Bakema

12 Centro Comercial de Roterdão
Arq.os Van den Broeck e Bakema

15 Prédio de apartamentos no Bairro Hansa - Berlim
Arq.os Van den Broeck e Bakema

16 Centro de Radiotransmissão, Hilversum
Arq.os Van den Broeck e Bakema

18 Centro Administrativo de Marl - Alemanha
Arq.os Van den Broeck e Bakema

20 Curriculum vitae dos arquitetos H. Van de Broeck e Bakema.

Artes Plásticas

21 Henry Moore: Deucalião da escultura moderna.
Rosalind G. Wholden

Galeria

27 Novos e Velhos Cinemas de Hoje — 5
Carlos Diegues

Planejamento

28 Arquitetos mineiros e a política habitacional de Minas Gerais.

30 **Pesquisa na Arquitetura**
Eric Pawley

33 **Destaque**

34 **Diálogo**

Artigo

35 É preciso recuperar Alcântara,
Arq.o Maurício Nogueira Batista

Paisagismo

39 Brasília: solo, clima, água, vegetação
Cláudio Cecil Poland

Painel

42 Projeto dos arquitetos *Acácio Gil Borsoi* e *Vital Pessoa de Mello* (APARTAMENTOS EM BOA VIAGEM (RECIFE).

44 **Notícias**

46 **Legislação**

editorial

Congressos Internacionais e a Realidade Arquitetônica Brasileira

Serão realizados, em meados dêste ano, dois importantes congressos internacionais de Arquitetura. O VIII Congresso da União Internacional de Arquitetos, em Paris e o XI Congresso Pan-Americano de Arquitetos, da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos, em Washington.

Os temas dêsses dois congressos têm a maior significação para qualquer arquiteto, de qualquer parte do mundo. O de Paris abordará aspectos relacionados com a formação do arquiteto e o de Washington enfocará o cruciante problema das cidades da América.

A importância dessas reuniões, destinadas a congregar profissionais de diversos países em tôrno de determinados temas, é inegável. O contato entre profissionais, a troca de informações, todo o intercâmbio, enfim, de idéias e de maneiras de proceder frente aos problemas suscitados pela Arquitetura e pelo planejamento físico — em todos os seus níveis, nacional, regional e urbano — são evidentemente desejáveis e se constituem na maioria das vêzes, numa proveitosa experiência para os que dêles participam.

Devemos considerar, no entanto, a êsse respeito, alguns dos depoimentos prestados pelos arquitetos que representaram o IAB *junto às comissões de trabalho, seminários e congressos, da* UIA *e de outros organismos profissionais de âmbito internacional. Segundo estes representantes, nestas reuniões predominam normalmente os pontos de vista dos profissionais vindos de regiões mais adiantadas, onde o exercício profissional se faz de forma mais sistemática e permanente. A participação dêsses profissionais em extensos programas de planejamento, dá-lhes uma razoável soma de experiência e, conseqüentemente, a vantagem de poderem desenvolver suas teses através de dados concretos e não de formulações teóricas ou doutrinárias.*

Teòricamente, os conceitos de Arquitetura e de planejamento físico são um só em todo o mundo. As condições do exercício profissional, todavia, da Arquitetura e especialmente do planejamento físico, variam bastante de continente para continente, de país para país, de região para região, segundo os estágios locais de desenvolvimento industrial, de nível de vida, de maneiras de viver, de concentração demográfica. A linguagem dos arquitetos que atuam nas regiões mais adiantadas é semelhante à nossa — arquitetos pertencentes a áreas ainda não completamente desenvolvidas — mas os meios onde operamos, onde tentamos tornar esta linguagem uma realidade, são muito diversos. Se esta diversidade não leva a pensar na existência de uma outra língua, é, pelo menos, suficientemente intensa para produzir, em inúmeras oportunidades, a ininteligibilidade.

Assim sendo, os debates em tôrno dos temas dêsses conclaves adquirem para cada grupo profissional, conforme sua procedência geográfica, conotações diferentes e mesmo antagônicas. A identidade da maneira de ver passa a ser exclusiva dos arquitetos pertencentes a áreas culturalmente vizinhas, onde os problemas profissionais refletem condições semelhantes; ou de outras, onde a proximidade física, além de proporcionar similitude de aspectos, determina um maior, mais forte e constante intercâmbio.

Outro fato a considerar sèriamente é o de que, cada vez com maior freqüência, essas reuniões deixam de ter caráter meramente teórico ou doutrinário, para se transformarem em grandes penoramas do que se faz em cada país, no campo da Arquitetura e do planejamento físico. A participação dos países traduz-se na apresentação de realizações concretas e específicas, espelhando desta forma, a situação do exercício profissional em cada um dêles.

A atuação do arquiteto brasileiro, infelizmente, se tem dado, por razões discutidas já, inúmeras vêzes, nas páginas de ARQUITETURA, quase que exclusivamente no plano da obra de Arquitetura isolada. A participação do arquiteto no campo do planejamento físico — em qualquer de seus níveis — tem sido pràticamente nenhuma. No Brasil, nada, ou quase nada, se fêz neste sentido.

Sabemos, hoje, o pouco sentido que terá uma Arquitetura que se destaque apenas pela existência de algumas raras obras de maior valor. Sabemos, também, que destino terá uma Arquitetura que persista em palmilhar exclusivamente esta trilha.

O mundo caminha para a urbanização e a grande tarefa do arquiteto será a de planejar e construir áreas urbanas que se constituam em ambientes físicos harmônicos e agradáveis, para abrigar comunidades livres e socialmente integradas.

Impõe-se ao arquiteto brasileiro a necessidade de congregar esforços a fim de intensificar e ampliar a ação que vem desenvolvendo o IAB, *frente às grandes tarefas que nos esperam e desafiam nos campos da habitação e do planejamento de nossas cidades. Um trabalho dessa natureza significará certamente um nôvo impulso em nosso movimento arquitetônico, na medida em que o orientará para a unidade* Arquitetura-Planejamento Físico.

Dentro do quadro atual, que poderemos levar para Washington, ou para Paris, que represente uma prova eloquente da pujança de nosso movimento arquitetônico?

O que poderemos levar, além da denúncia do estado de nossas cidades, como o das suas vizinhas latino-americanas tão claramente visto pelo Sr. Adlai Stevenson, Embaixador dos EUA junto as Nações Unidas — ao aceitar a presidência de honra do XI Congresso Pan-Americano de Arquitetura —, que afirmou sentir a preocupação dominante ante as "inauditas fôrças de expansão, de deterioração e de fealdade que ameaçam fazer de nossas áreas urbanas lugares inadequados à conquista de uma vida decente". □

Holanda: Planejamento Físico, Habitação e Arquitetura

Grande parte dos países do mundo defronta-se hoje com os problemas provenientes do crescimento populacional. As nações atingidas por êste fenômeno — acentuado fortemente a partir da Revolução Industrial — viram-se obrigadas a estabelecer programas e planos ordenadores, através dos quais procuravam proporcionar maior adequação entre a ocupação do espaço territorial, crescimento demográfico e as novas condições geradas pelo desenvolvimento industrial.

Um corpo de doutrina específico, nascido da tentativa do equacionamento dêsses problemas, formou-se e lentamente vai se desenvolvendo. Os primeiros ensaios práticos se seguiram, e uma consciência das questões territoriais e demográficas começou timidamente, a tomar corpo. Expressões como urbanismo, planejamento urbano e regional, remanejamento territorial, planos territoriais-demográficos, planejamento físico e muitas outras, passaram a fazer parte do vocabulário particular de vários círculos profissionais, — principalmente dos arquitetos, — para representar o conjunto das medidas que visam obter uma melhor distribuição e um mais digno padrão de alojamento para a população, o incremento da produção industrial; a expansão do mercado de trabalho e a elevação do nível de vida; a melhoria da circulação e a distribuição da riqueza no espaço territorial de cada país.

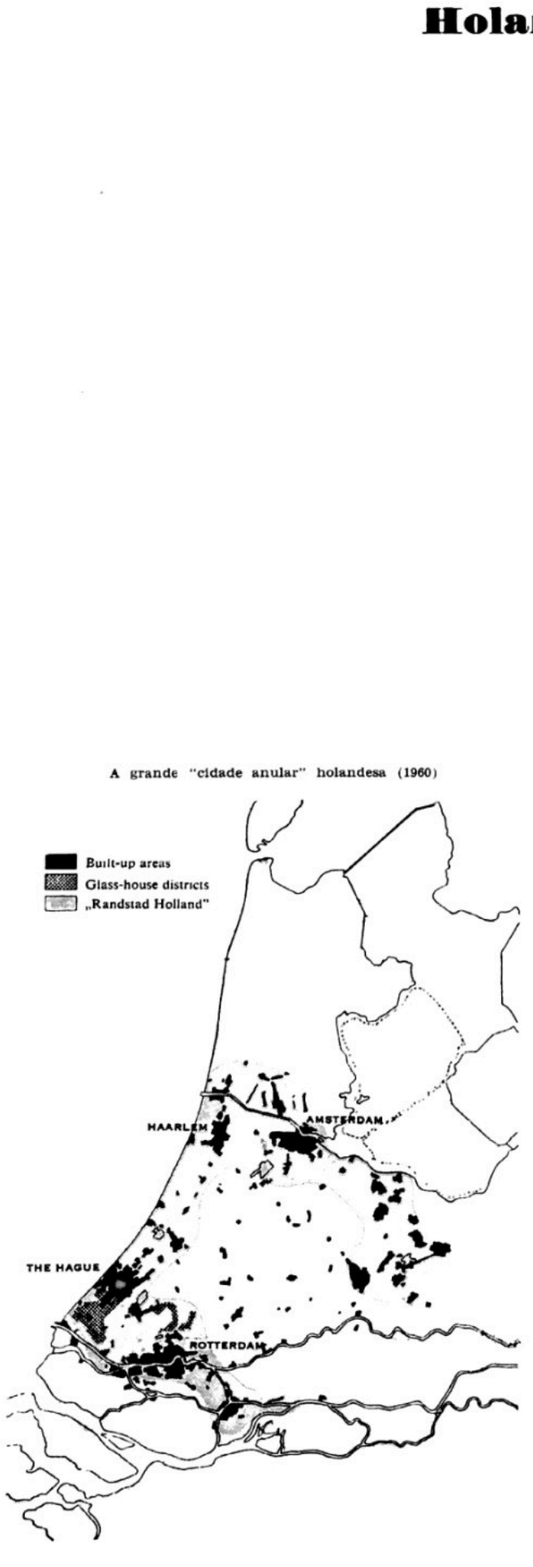
O Brasil está claramente situado na faixa das nações atingidas por êstes fenômenos. De certo tempo para cá, são cada vez mais agudamente sentidos os efeitos de um incremento demográfico intensivo e de uma expansão industrial bastante acentuada. Êstes fatos são, sem dúvida, positivos, se bem que tragam em seu rastro uma enorme gama de dificuldades. Enfrentar lùcidamente estas dificuldades é a tarefa que desafia nossa atual geração.

Cada país, tem de formar, por êle próprio, em função da existência de condições específicas, sua doutrina de planejamento. Não temos dúvidas quanto a isso. Entretanto, conhecer o que neste sentido foi pôsto em prática noutras nações, parece-nos uma das formas apropriadas de dar curso ao estudo e ao debate de tais aspectos. Êste conhecimento, apreendido e elaborado de maneira inteligente, servirá, por certo, para lastrear nossa incipiente cultura no campo do planejamento territorial. A cultura autêntica só virá no dia em que passarmos a planejar mais amiudamente e em maior escala, através da experimentação direta.

ARQUITETURA, expressando o pensamento dos arquitetos brasileiros, tem procurado dar a ênfase merecida ao debate dêsses problemas, pois que os vê intimamente relacionados à problemática profissional.

Prosseguindo nesse intento, mostraremos neste número como a Holanda tem encarado os aspectos relacionados ao planejamento físico e à habitação. Focalizaremos as medidas governamentais ali adotadas, registraremos dados sôbre as realizações e transcreveremos a opinião de um arquiteto holandês, J. B. Bakema, relativa à missão do arquiteto em face da sociedade e da solução dos problemas acima mencionados.

A grande "cidade anular" holandesa (1960)

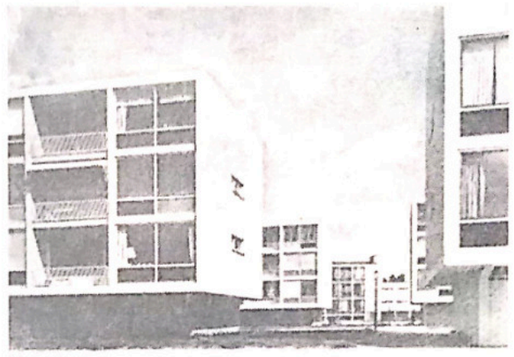


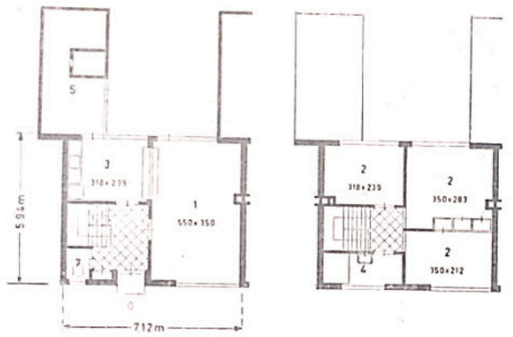
Planejamento Físico na Holanda

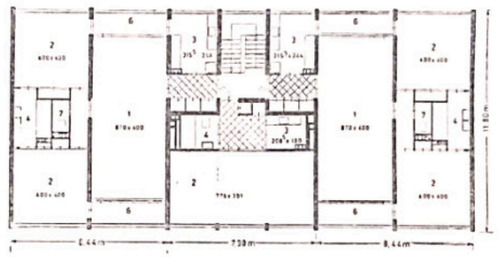
A Holanda é um dos países de mais alta densidade demográfica do mundo. Por esta razão, talvez, foi uma das nações onde mais cedo se desenvolveu a idéia do planejamento territorial. Algumas medidas governamentais bem antigas sôbre a utilização da terra, — uma lei de 1851 autorizava as municipalidades a promover desapropriações para execução de programas habitacionais — atestam êste fato.

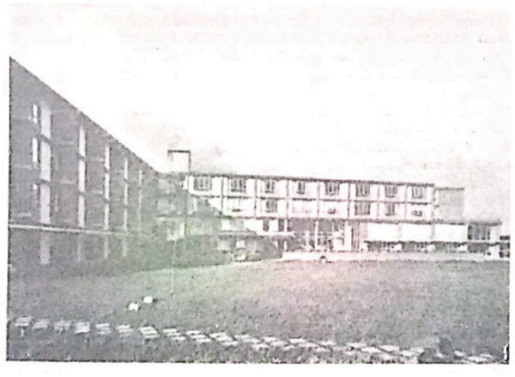
Os atuais 12 milhões de holandeses ocupam uma área de 34 mil quilômetros quadrados. O rápido crescimento e a constante urbanização dessa população tem se constituído num dos mais sérios problemas. Além disso, a população holandesa apresenta um alto índice de pessoas idosas — em 1945, cêrca de 7% da população tinha mais de 65 anos; hoje, esta percentagem atinge a 9%. Em 1980, a população na Holanda deverá atingir a casa dos 14 milhões de habitantes e espera-se que no ano 2000 será da ordem de 18 a 20 milhões de pessoas.

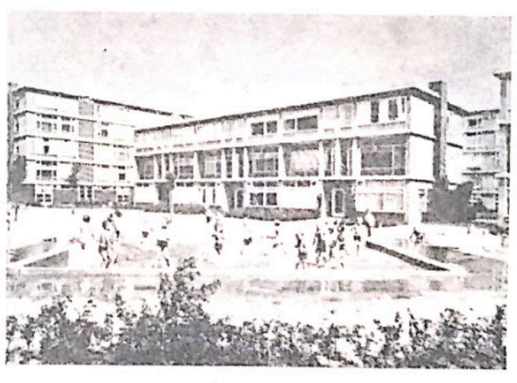


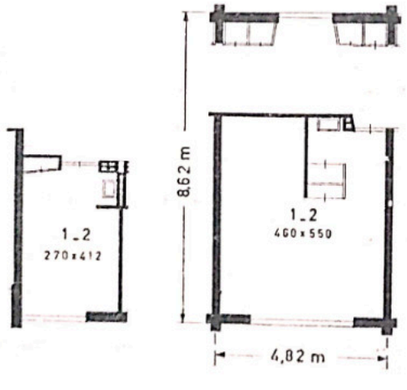


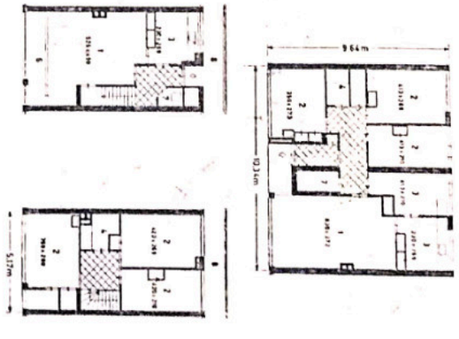












Pag 4. ao alto, habitações papulares (Sterenberg e Timmer — 1954) e habitações de iniciativa privada (arq.º A. Warners — 1957), abaixo, alojamentos para anciãos (arq.º Tyen — 1955) e casas populares, (arq.º Rietveld — 1956).

Mais de um quarto da área do país é ocupado com atividades agrícolas, 11% da população está empregada nessa atividade. Do restante da população, 42% vive da indústria e 47%, dedica-se às atividades do setor terciário — comércio, transportes e outras ocupações.

Cêrca de 60% da população holandesa vive em cidades com mais de 20 mil habitantes. Nos próximos dez anos, esta percentagem subirá a 70%, provàvelmente. O maior índice de densidade demográfica encontra-se na parte oeste da Holanda que é, também, o setor de maior concentração industrial. Nesta área, encontram-se as maiores cidades da Holanda: Amsterdão, Haia, Roterdão e Utrecht que, juntas, constituem o "Randstad Holland" (Cidade Anular). Haia é o centro governamental. Amsterdão tem característica de grande centro comercial, enquanto que em Roterdão acentuam-se as atividades industriais e de transporte.

Os problemas relativos ao planejamento físico e a habitação vêm sendo há longo tempo encarados pelo govêrno holandês. A primeira Lei de Habitação data de 1901. Nessa lei, foram regulados os aspectos mais importantes dos problemas habitacionais e de planejamento físico. Entre suas principais determinações podem ser destacadas: 1) Tôdas as municipalidades foram instadas a introduzir regulamentos para as construções e a estabelecer os serviços necessários a sua implementação. 2) As autoridades municipais foram dados podêres e ficaram na obrigação de promover a melhoria da habitação, onde necessária e — no caso das moradias não apresentarem condições de recuperação, considerá-las impróprias à ocupação humana. 3) Foram asseguradas às autoridades municipais e às associações habitacionais condições para garantir a posse das terras necessárias ao programa de moradias, através de processos de desapropriação prioritários. 4) As municipalidades cujo número de habitantes estivesse acima de 10.000 ficaram obrigadas a estabelecer planos diretores de desenvolvimento para suas áreas. 5) Foram asseguradas medidas de apoio financeiro aos programas de construção de moradias de baixo custo, pelas municipalidades e pelo govêrno central.

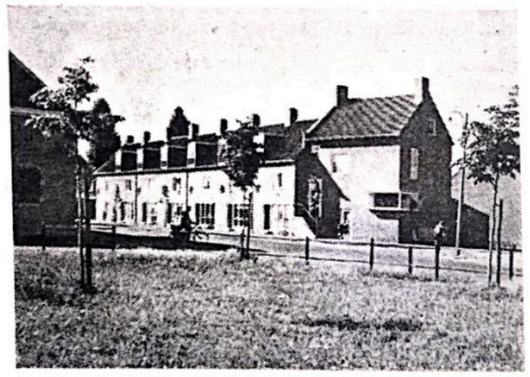
Em 1950, apesar de terem ficado provados os princípios básicos da antiga lei, chegou-se a conclusão de que era necessário modernizá-la e adaptá-la às novas condições. Assim, planejamento urbano e planejamento físico passaram a ser regulados pela Lei de Habitação e pela Lei Provisória sôbre o Plano Nacional e Planos Regionais; da mesma época é a Lei de Reconstrução.

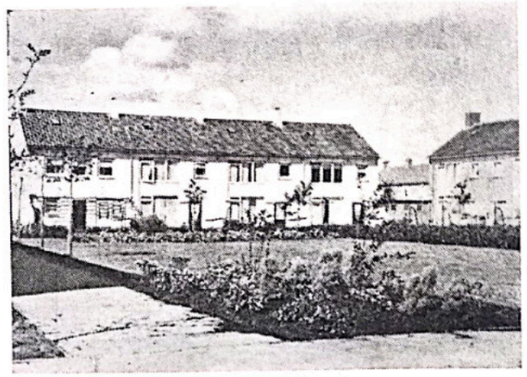
Na Holanda, o equacionamento dos problemas territoriais fugiu à praxe normalmente seguida na maioria dos países. Em vez da formulação de planos a serem executados em prazos fixos de 5, 10 ou mesmo 20 anos, destinados a promover o desenvolvimento dos variados setores — visando dar ao país maior benefício no menor espaço de tempo — as autoridades preferiram "adotar um planejamento racional e suficientemente flexível, a fim de poder ser ràpidamente modificado para atender a novas condições e exigências."

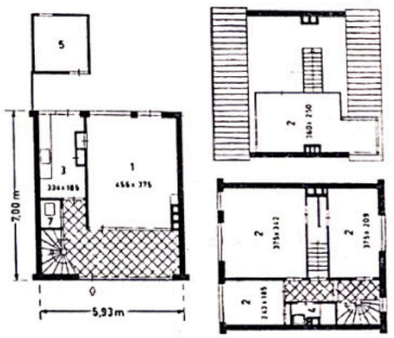
O sistema holandês de planejamento territorial, baseia-se na existência de uma Comissão Permanente do Departamento Governamental de Planejamento Físico, que funciona com o apoio de diversos outros órgãos que participam do planejamento. Em nível superior a esta Comissão, está o Conselho de Planejamento Físico, tendo por presidente o próprio Presidente do Conselho de Ministros. Êste Conselho conta, ainda, com a participação de outros ministros do Gabinete, encarregados de coordenar as principais linhas da ação planificadora. Um Serviço de Planejamento Físico, porém, é quem se encarrega efetivamente da execução dos trabalhos de planejamento. Embora subordinado ao Ministério da Habitação, êste Serviço funciona através da Comissão Permanente, que reúne representantes de 10 outros ministérios.

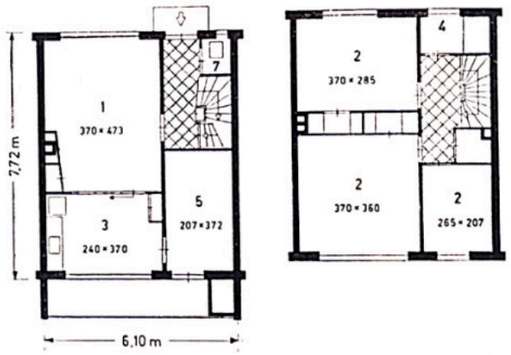
A principal característica da política de planejamento físico holandesa é a de que "todos os aspectos de todos os problemas são encarados do ponto de vista de suas relações mútuas, com íntima cooperação e coordenação entre o govêrno central, as autoridades provinciais e as municipalidades."

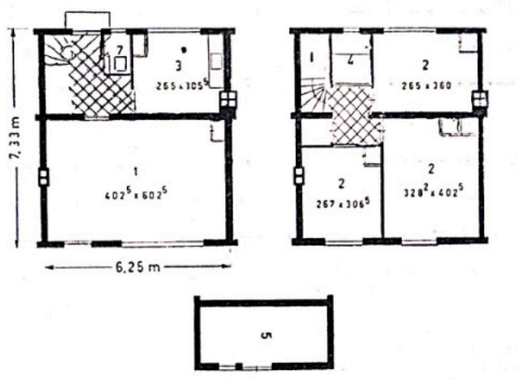
Entre as condições favoráveis ao desenvolvimento a serem apoiadas e incentivadas pelo Govêrno figuram os projetos hidráulicos — de grande importância na Holanda — os programas de moradia, os planos de descentralização, de ensino e de facilidades para a migração.

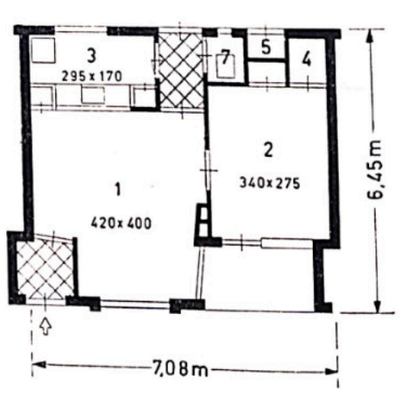


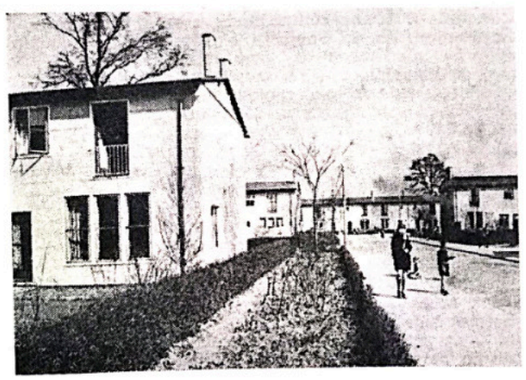


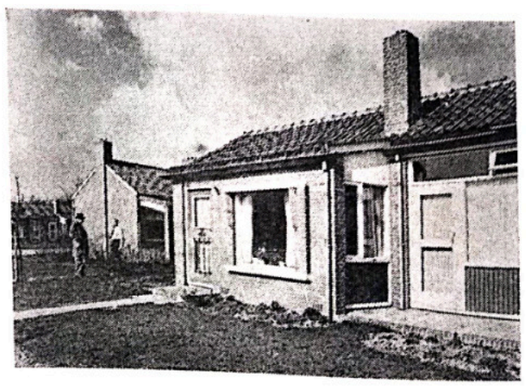












Pág. 6: ao alto, casas populares (arq.os Nielsen e Spruit — 1965; equipe — 1955); abaixo, casas construidas em série (arq.º Zwiers — 1948 - 1950) e casas para casais em idade avançada (arq.º A. Nivolai — 1952 - 1953).

No relatório governamental sôbre planejamento físico, de 1960, foram estabelecidas as seguintes diretrizes para o desenvolvimento dos aglomerados urbanos do oeste holandês: 1) Procurar dirigir o desenvolvimento para outras áreas do país, visando minorar a atual deficiência de espaço existente na parte mais mais densamente povoada. 2) Na "Randstad Holland", procurar manter os centros históricos, dentro do cinturão urbano, como entidades espaciais autônomas. 3) Manutenção de uma ampla zona agrícola dentro do cinturão urbano. 4) Expansão periférica da "Randstad Holland" de forma homogênea 5) Integrar os planos da "Randstad Holland" com as áreas conquistadas ao mar em Ijsselmeer e na área do Delta.

O Programa Holandês de Habitação

Até janeiro de 1964 existiam na Holanda 3.071 000 moradias. Êsse número total de unidades dá uma ocupação média de quatro pessoas por residência. O programa de habitação, em 1964, previa a construção de 95 mil unidades. Em 1965, a política governamental será a de procurar atingir a cifra de 100 mil moradias. Previsões feitas pelo Ministério da Habitação indicam que, alcançado e mantido o ritmo mínimo de 125 mil unidades construídas anualmente, os Países-Baixos terão em 1970, seu problema habitacional resolvido.

Foram concluídas na Holanda, do fim da 2.ª Guerra até 1959 769.227 unidades residenciais. O quadro abaixo dá ano a ano o número de habitações terminadas de 1938 a 1959.

QUADRO I

1938	39.425	1945	389	1952	54.601
1939	37.723	1946	1.593	1953	59.597
1940	17.661	1947	9.243	1954	68.487
1941	16.450	1948	36.391	1955	60.819
1942	8.355	1949	42.791	1956	68.284
1943	3.228	1950	47.300	1957	88.397
1944	558	1951	58.666	1958	89.037
				1959	83.632

A construção privada na Holanda, desde 1947, é subvencionada pelo Estado. Até 1959, inclusive, foram construídas 325.577 unidades, das quais 26.958, apenas, não tiveram ajuda financeira do Estado. Do total, 29.964 outras foram edificadas pelas municipalidades e pelas sociedades de construção sem fim lucrativo.

Das 463.680 unidades construídas de 1945 a 1959, a maior parte delas (433.391) foram subvencionadas através da Lei da Habitação, isto é, foram levantadas a cargo das municipalidades e das sociedades sem fim lucrativo. O restante, foi construído com ajuda do Estado, de acôrdo com a regulamentação que rege a subvenção à construção privada.

Processos construtivos não tradicionais, foram utilizados nos programas de habitação, visando acelerar a produção de unidades e diminuir a incidência da mão-de-obra especializada e dos materiais de construção raros. Esses processos de pré-fabricação foram introduzidos logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Verificou-se, no entanto, que a aplicação dos sistemas de pré-fabricação, sistematização e mecanização da construção, contribuiram em parcela mínima, menos de 10%, no volume total da construção de moradias. Espera-se, entretanto, que esta situação se modifique daqui por diante, dada a intensificação da produção de grandes unidades de pré-fabricação.

O programa de habitação prevê também a construção de moradias destinadas a pessoas idosas. O crescimento desta parcela da população tem exigido a atenção das autoridades, levando-as a colaborar, numa escala bem maior do que no passado, na criação de uma forma de moradia especialmente destinada aos habitantes mais idosos. Entre estas formas de moradia incluem-se: pequenas casas, pensionatos e a combinação de pensionato com um certo número de pequenas habitações.

Entre 1945 e 1950, inclusive, foram construídos 221 asilos e 13.047 moradias para pessoas de idade avançada. Os 79 asilos já existentes foram ampliados.

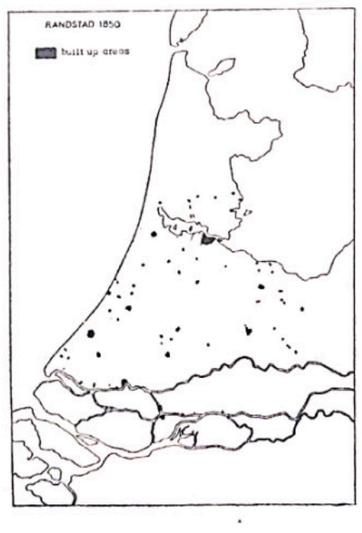
O primeiro plano de construção de moradias foi estabelecido em 1946 e atingia a cifra de 790 milhões de florins, dos quais 500 milhões destinavam-se a habitações e 290 milhões aos serviços públicos correspondentes.

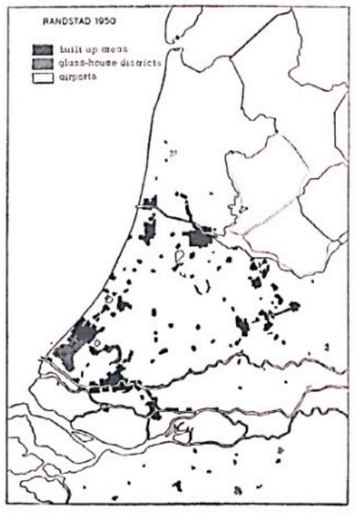
Número de habitações terminadas após a Guerra

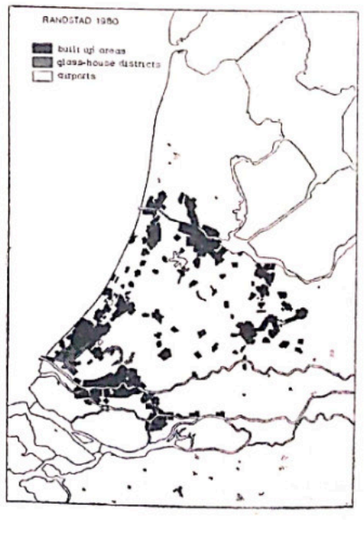
Ano	Número total de habitações	Construção Privada (1)	%	Habitações Construidas nos têrmos da Lei de Habitação	%	Construção a cargo do Estado	%	DAS QUAIS		
								Construções p/ proces. n/ trad.	%	Moradias Duplex (2)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1945	389	326	83 8	60	15,4	3	0,8	—	—	—
1946	1.593	992	62,3	360	22.6	241	15,1	—	—	—
1947	9.243	2.865	31,0	5.600	60,6	778	8 4	142	1 5	—
1948	36.391	7.666	21,1	27.430	75 5	1.245	3.4	1.682	4,6	646
1949	42.791	12.582	29 4	29.000	67,8	1.209	2 8	5.627	13.2	1.249
1950	47.300	18 815	39.8	27.500	58,1	985	2.1	8.166	17 3	4.729
1951	58 666	18 883	32 2	38.970	66 4	813	1,4	11 130	19,0	4.392
1952	54 601	23 532	43.1	30.230	55.4	839	1,5	9.039	16.6	1.968
1953	59.597	22.109	37,1	36.700	61,6	788	1,3	7.695	12 9	2.030
1954	63.487	29.524	43,1	38.318	56,0	645	0 9	5.047	7.0	1.455
1955	60.819	31.607	52,0	26.643	47,1	569	0 9	2.026	4 8	322
1956	68.284	35 429	51 9	32 126	47,0	729	1,1	2.811	4 1	270
1957	88.397	43.920	49,7	43.857	49,3	620	0,7	6.149	7,0	107
1958	89.037	39.452	44 3	49.072	55,1	513	0.6	9.327	10,5	128
1959	83.632	37.875	45 3	45.475	54,4	282	0,3	8.982	10,8	11
1945 a 1959	769.227	325.577	42,3	433.391	56,4	10.259	1,3	78.768	10,2	17.307

1 — Construção à base da regulamentação que rege os subsídios à construção privada.

2 — Moradias "duplex" — são espaçosas residências unifamiliares, adaptadas para abrigarem provisòriamente duas famílias. A fim de evitar que estas "moradias duplex" se constituissem em fenômeno permanente, prescreveu-se que em princípio, a redistribuição deveria fazer no final de 10 anos, quando então passariam as "duplex" a servir de moradia a uma só família. Sôbre o total das construções levantadas, (769 227) até 1959, inclusive, 17.307 eram "duplex". Atualmente, quase não são construidas "moradias duplex".







As três fases do crescimento da cidade radial holandesa. Nota-se a expansão centrípeta prevista para 1980

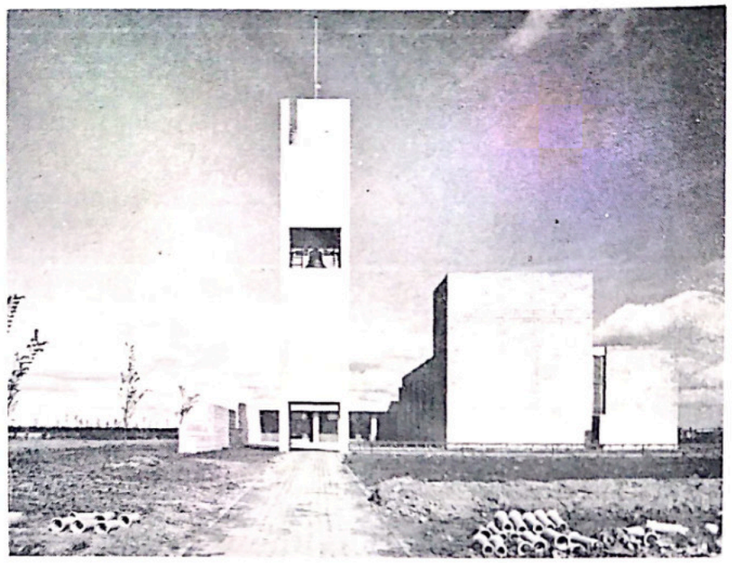
Comparação entre o programa de construção e a produção real

Novas construções, reconstruções e melhoramentos	1954 progr	1954 prod.	1955 progr.	1955 prod	1956 progr	1956 prod	1957 progr	1957 prod	1958 progr	1958 prod	1959 progr	1959 prod
Habitações	800	801	830	913	930	1 104	1.100	1 402	1 245	1 352	1 460	1 417
Indústria	208	202	175	288	240	351	320	368	350	325	305	387
Escolas	140	112	136	109	115	107	150	141	190	160	215	232
Comércio e anexos p/ transportes e comunicações	121	114	114	153	95	141	130	137	135	177	260	192
Edifícios rurais	61	75	47	85	52	77	70	70	69	71	56	91
Edificações sanitárias	37	35	31	39	52	40	57	51	57	63	75	88
Edifícios públicos	22	16	25	23	23	16	28	17	38	47	65	46
Igrejas	25	16	18	19	18	17	23	16	23	20	30	22
Outros edifícios	32	26	15	24	25	18	42	24	33	34	55	48
Reparações e transformações	107	102	80	98	75	103	97	111	90	121	130	138
Total das Edificações	1.546	1.498	1.482	1.650	1.647	1.978	2.050	2 327	2 330	2 371	2 650	2 632
Estradas e canais	400	355	360	369	400	452	529	474	497	490	550	606
Produção total	1.946	1.853	1 842	2.019	2.057	2 430	2.579	2.801	2.827	2 861	3 200	3.238

A/ diferenças constatadas nos totais são devidas ao arredondamento das cifras A partir de 1958, as construções para fins militares estão também representadas no programa de construç.o e no índice de produção

Os números expressam milhões de florins.

Os quadros que reproduzimos I — número de habitações terminadas após a Guerra e o II — comparativo entre o programa de construções e a produção real, abrangendo a moradia e seus serviços complementares, — dão uma noção da envergadura do programa holandês de habitação



Igreja Protestante em Nagele - Holanda

Arqs. Bakema e Van den Broeck

A idéia central que presidiu a composição arquitetônica do vilarejo de Nagele foi a da criação de um espaço verde no pôlder, utilizando a floresta que envolve as moradias e uma área pública central. Na composição da igreja a idéia básica repousa na intensificação da estrutura do vilarejo. Um muro que começa como um banco na praça pública, próximo ao campanário, se desenvolve envolvendo o espaço do centro religioso.

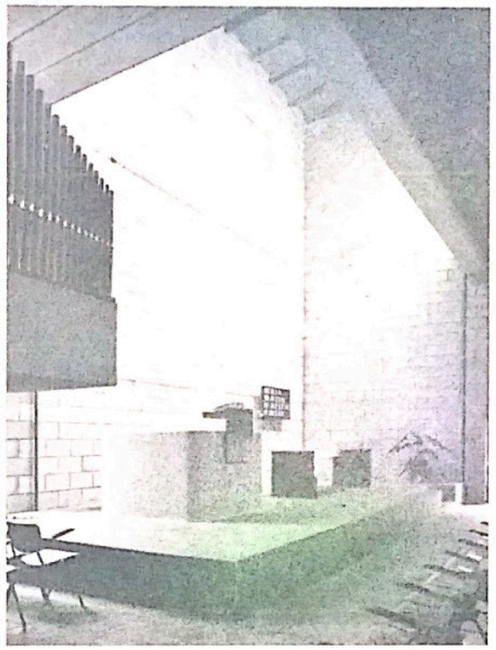
Do banco ao núcleo da igreja, o muro cria sucessivos espaços, formando o pátio fronteiro, a entrada abrigada, a cantina-bar e biblioteca, o salão para teatro-sala de reuniões, a igreja pròpriamente dita.

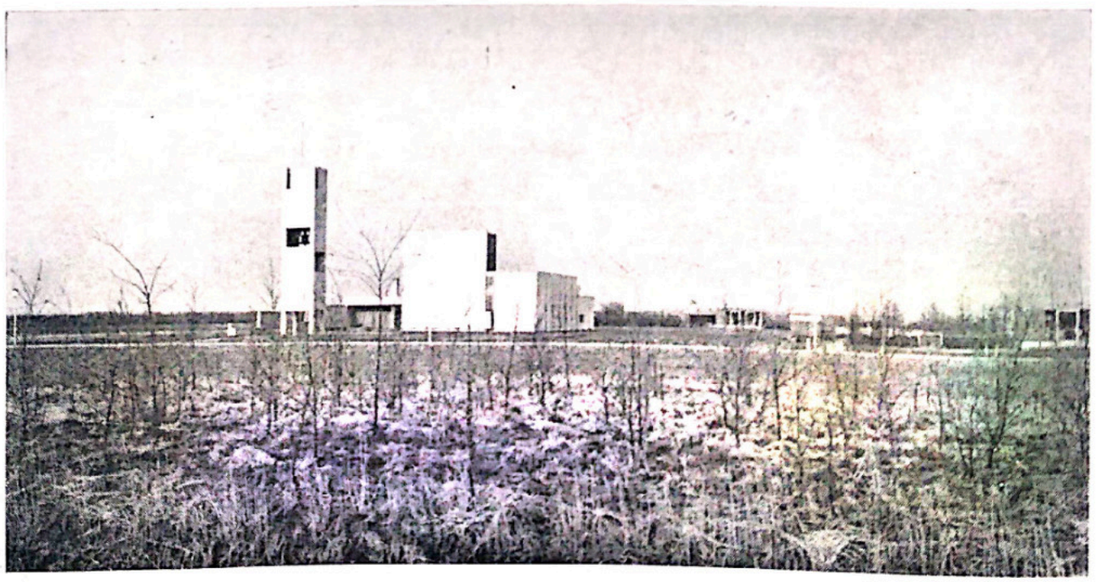
Os materiais do edifício são simples, exprimem apenas espaços. O espaço e simples exprime o espaço total do vilarejo e do pôlder.

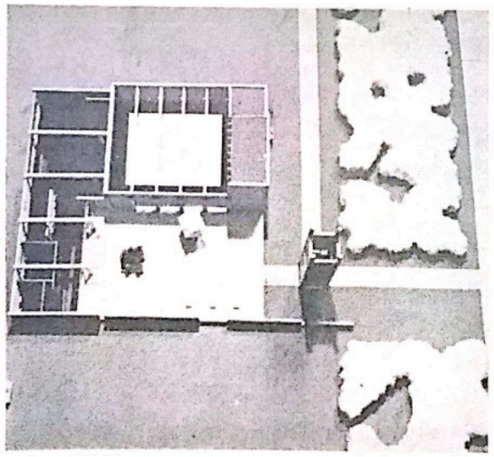
Os arquitetos van den Broeck e Bakema, ao criarem esta igreja, o fizeram na esperança de que ela pudesse, através de sua expressão espacial, estimular o interêsse e o respeito do homem pelo espaço universal, que está em tudo e no qual tudo cresce.

O programa desta igreja incluía local para uma assembléia de 330 pessoas, teatro anexo com capacidade de 150 lugares. Nos dias comuns o salão do teatro pode ser transformado em duas salas para reuniões ou em uma creche. As obras foram concluídas em julho de 1960.

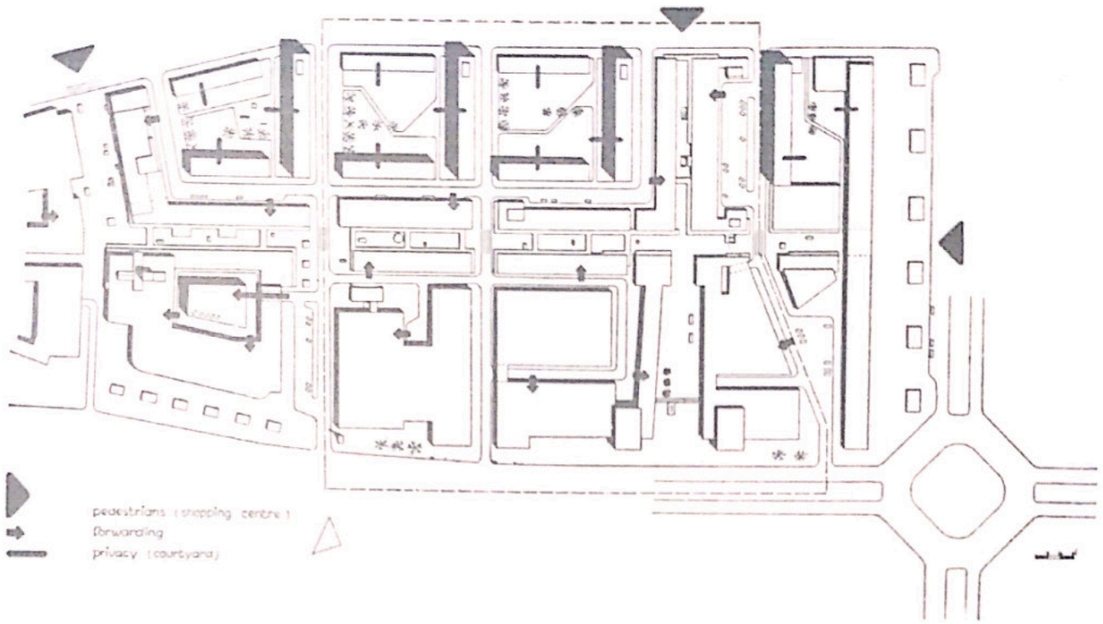
Materiais — pisos — quartzito da Noruega. Paredes e colunas — blocos de concreto. Cobertura — vigas de concreto protendido e painéis de concreto celular. Na tôrre algumas partes são de madeira. No bloco baixo a cobertura é de madeira e vigas de concreto. O campanário é de concrecreto armado.







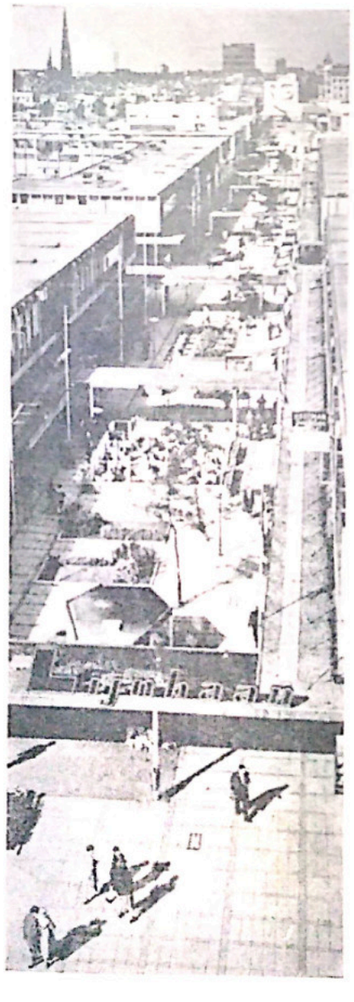






Página ao lado: Planta do conjunto, com indicação dos acessos principais de pedestres, mercadorias e praças fechadas; abaixo, vista aérea do trecho principal da avenida.

Nesta página: duas vistas da avenida e estudo de diversificação das lojas e respectivas fachadas.



Centro Comercial de Roterdão

Arqs. Bakema e Van den Broeck

A primeira parte deste conjunto residencial, recentemente concluida, se constitui de uma avenida em ângulo reto, parcialmente coberta, reservada exclusivamente a pedestres e bordada de lojas de 2 ou 3 niveis, divididas em 6 grupos.

Os serviços de expedição estão nos fundos dos prédios, e abrem para ruas paralelas. A avenida está situada no centro da cidade, em uma zona destruida por bombardeamentos na última guerra, e atualmente em reconstrução.

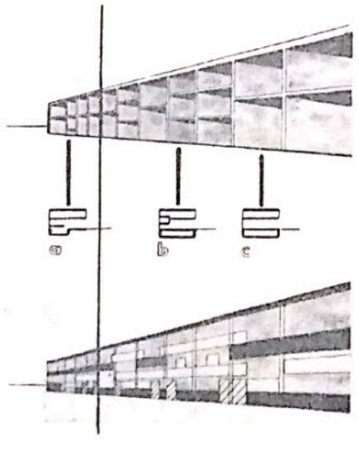
A segunda parte do trabalho, ainda em estudo, comportará um nôvo conjunto de lojas e grandes edificios comerciais.

Os prédios já realizados são de dois tipos, sendo os dos vértices diferentes. A construção é sempre composta de uma estrutura de concreto armado com fechamento de alvenaria de tijolos vasados.

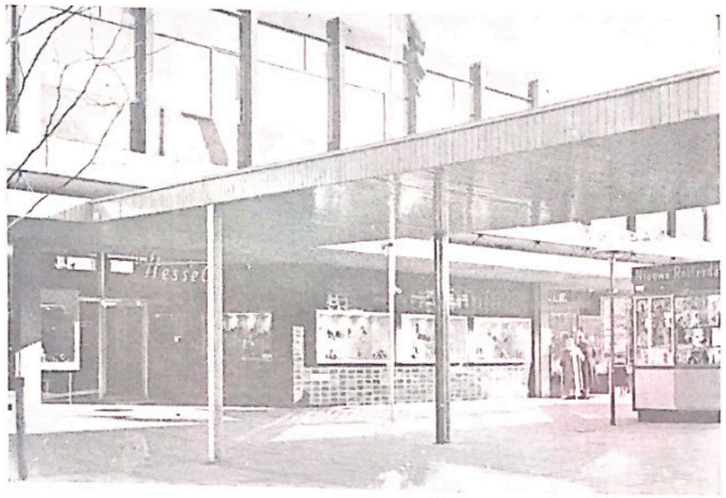
Nas fachadas, pilares pré-fabricados e placas de fechamento em concreto. O módulo é de 1,10 m. A marquisa, em pinho envernizado na côr natural, está atirantada por cabos de aço à estrutura de concreto; êstes cabos, embora puramente funcionais, constituem um elemento plástico. As marquisas são elementos de transição entre a avenida e as lojas; ligando as marquisas, foi possível prever passagens cobertas. O piso da avenida foi executado em placas do mesmo módulo das elevações e plantas das lojas.

A unidade de modulação, a inter-relação das côres de diferentes elementos (bancos, floreiras, quiosques, etc.) com o colorido das paredes de separação das lojas, tudo leva a uma certa harmonia, à qual os anúncios publicitários e a iluminação das vitrinas acrescentam uma nota viva.

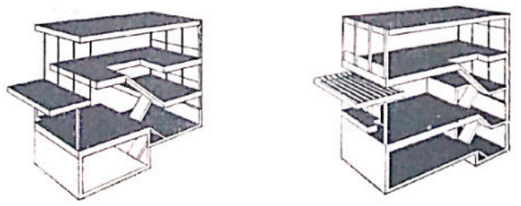
A superfície total de fachada desta primeira parte do conjunto é de 8.600 m2, ou seja, um volume total de construção de 126.000 m3. A calefação é do tipo urbano.

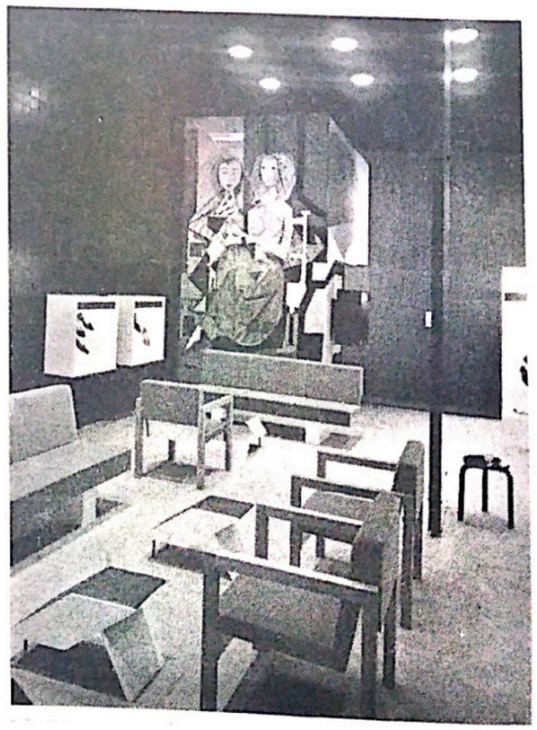






Abaixo, quatro estudos de diversificação do comércio; ao lado, o interior de uma sapataria do Centro.





Prédio de Apartamentos Bairro Hansa - Berlim

Arqos. Bakema e Van den Broeck

Procurou-se, em todos os apartamentos do prédio, evitar que os moradores sentissem a angustiante impressão de habitarem num gigantesco aglomerado de celas. Procurou-se proporcionar a necessária independência a todos os moradores. Houve, ainda, a preocupação de dar aos loca's de uso coletivo — corredores, escadas e varandas da fachada sul — a ambientação necessária à expressão de vida comunitária. Os vizinhos poderão se encontrar nas espaçosas galerias e nas varandas de uso coletivo e não apenas à porta do elevador ou na escada.

Este tipo de organização, que visa simultâneamente o individual e o coletivo, manifesta-se não só no traçado em planta, como na caracterização externa do bloco.

Os apartamentos maiores foram projetados para terem quartos abrindo tanto para a fachada leste quanto para a oeste. As ligações internas nos apartamentos são ortogonais ao corredor principal, cruzando-o por baixo ou por cima. Este sistema de corredores e escadas permite variados arranjos de apartamentos de diversos tamanhos.

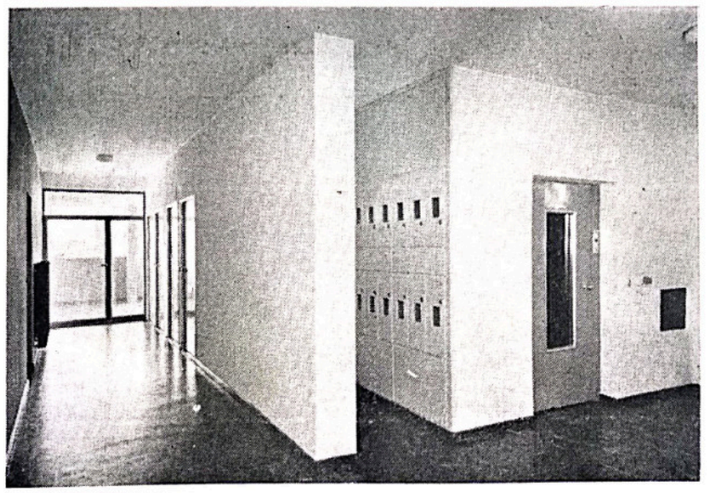
Os elevadores, abrindo em cada segundo ou terceiro pavimentos, tiveram o seu número de paradas reduzido. Com isso, simplificou-se a circulação vertical, e a instalação e a manutenção do equipamento mecânico torna-se menos onerosa. Os elevadores e todo o sistema de circulação foi tratado racionalmente. Para 72 apartamentos existem paradas em apenas 6 pavimentos. Os pavimentos onde param os elevadores estão providos de galerias para as quais abrem as entradas dos apartamentos. No nível da entrada do apartamento uma escada de 7 degraus leva para cima ou para baixo.

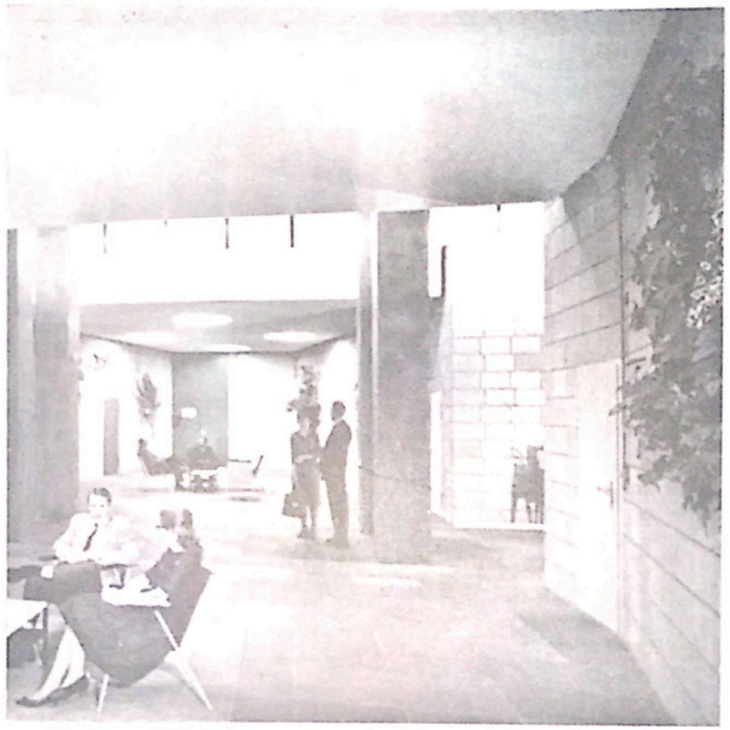
Nos apartamentos maiores, a sala de estar e a cozinha estão no mesmo nível, do qual a escada de 7 degraus leva aos quartos e banheiros, situados acima ou abaixo dêle. Estas escadas internas, por mais inconvenientes que possam parecer aos trabalhos domésticos, acentuam a impressão de residência unifamiliar. Esta impressão é provocada mais intensamente pela presença da escada do que o fato de se abrir o apartamento sôbre duas fachadas opostas. Note-se que, nesta última hipótese, o morador pode acompanhar, no firmamento, tôda a trajetória do sol, exceto durante duas horas.

O prédio tem 43 apartamentos de 3 quartos, 5 de 4 quartos, 2 de 2 quartos e 24 de 1 quarto. O apartamento do porteiro, de 2 quartos, está localizado sôbre a entrada. A área dos apartamentos de 3 quartos é de 96 mq e a dos de 1 quarto é de 36 mq. Os apartamentos maiores têm uma varanda de 1,5 x 6m. Em cada galeria há uma varanda de uso comum de 4 x 6m. O bloco mede, em planta, 20 x 24m e tem a altura de 50m.

Pilares e paredes estruturais, de concreto armado, têm um afastamento de 4m. As paredes externas foram revestidas com placas de concreto pré-moldadas. Os dutos das instalações, esgotos e ventilação, ladeiam as caixas da escada e do elevador.

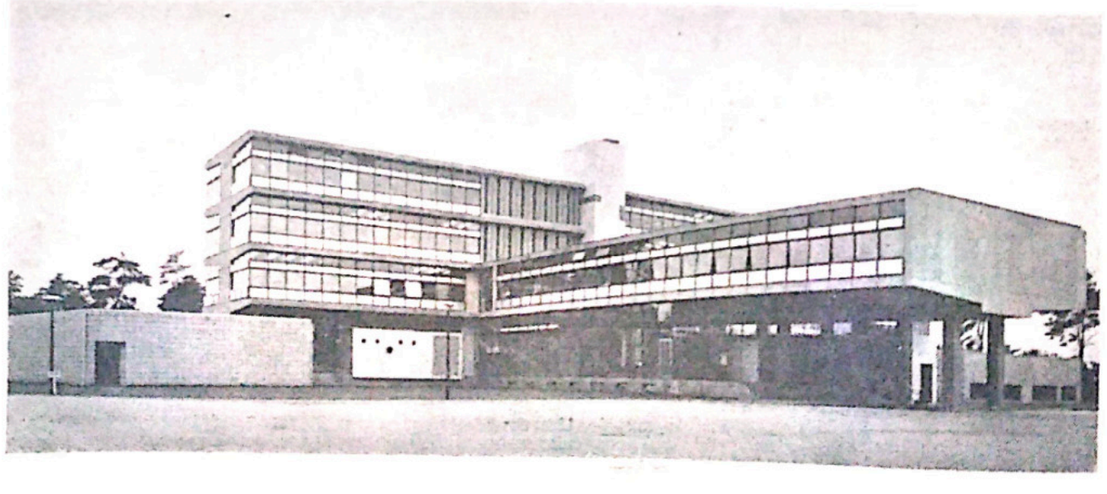


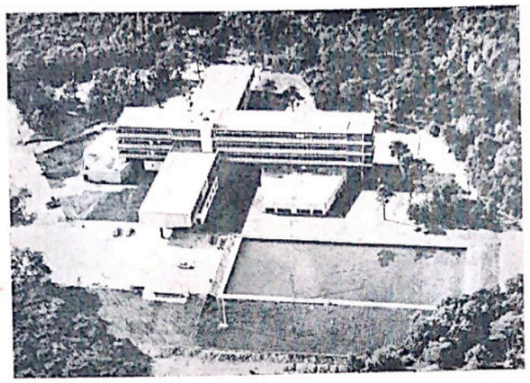


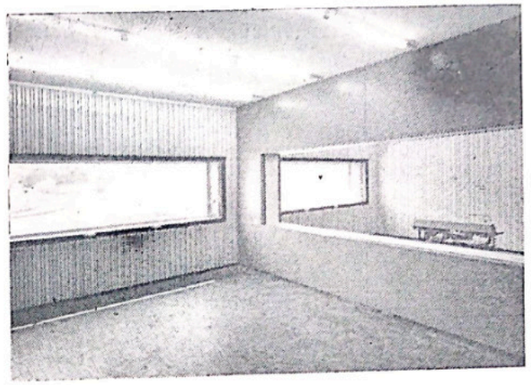


Centro de Radiotransmissão em Hilversum - Holanda

Arqs. Bakema e Van den Broeck

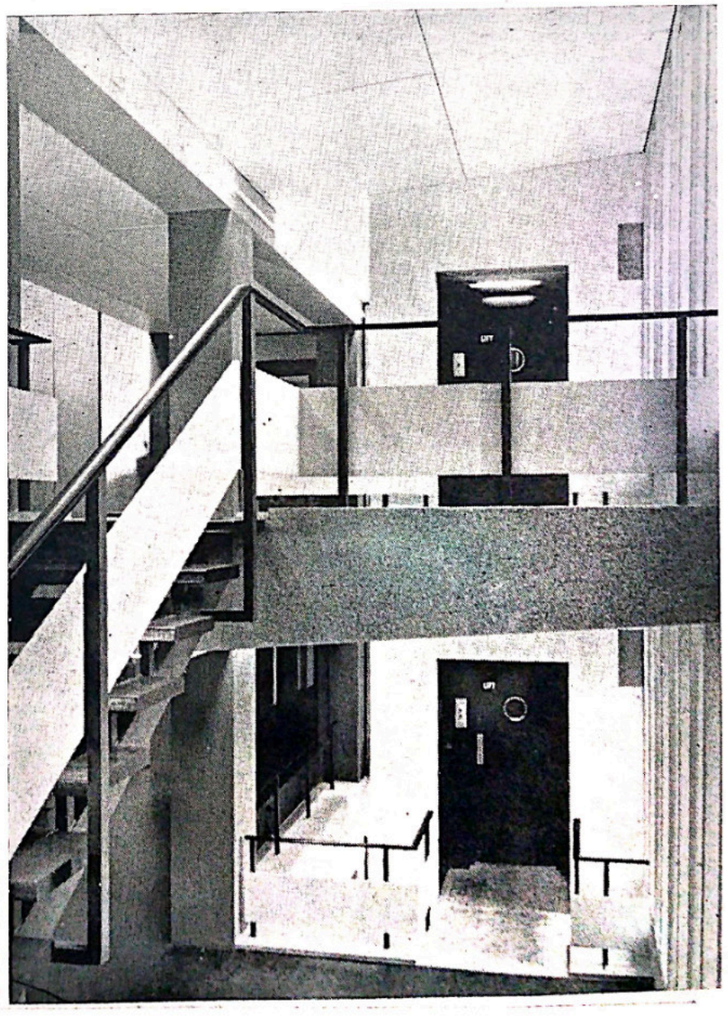






Estúdios de pequenas dimensões eram suficientes para esta estação transmissora, enquanto se pedia grandes áreas para administração e representações.

Os estúdios foram escavados no solo, e construídos como caixas de alvenaria independentes dos outros serviços, que se situaram nas alas de planta cruciforme.



Centro Administrativo de Marl - Alemanha

Arqos. Bakema e Van den Broeck

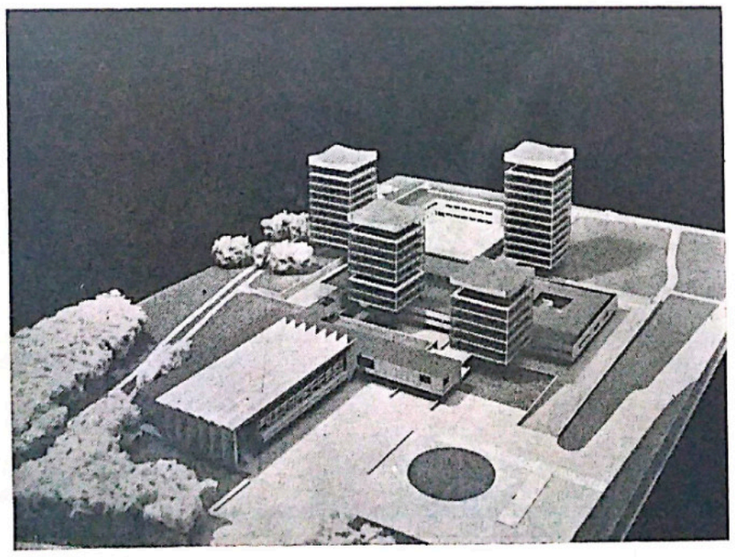
Uma forma orgânica e plástica que se constituisse em um centro de gravidade dentro da "city" verde da nova cidade de Marl, foi o objetivo procurado pelos arquitetos van den Broeck e Bakema ao projetarem o Centro Administrativo.

O trânsito de automóveis, bicicletas e pedestres converge para êste centro de gravidade. A "city" verde e a praça de pedra confluem para o hall da Prefeitura. Aí, uma grande estrutura de concreto armado abriga as salas de reuniões, ao redor das quais se agrupam os escritórios e serviços correlatos, formando um bloco baixo que se projeta sôbre o acesso principal.

Os arquitetos procurando evitar uma solução que reunisse de forma maciça todos os serviços administrativos, deram a cada departamento um prédio próprio, as tôrres departamentais. Na base dessas tôrres está o Edifício Central e num nível abaixo o Arquivo Geral.

Ao redor do Edifício Central o terreno foi escavado. Nesta área, é possível parquear 120 carros. Assim, evitou-se que a massa de automóveis estacionados predomina-se visualmente. As pessoas que circulam no exterior não incomodam as que trabalham no interior do Edifício Central.

O Edifício Central tem dois jardins internos. Para cada departamento, ou secretaria, existe uma tôrre. O porteiro não indicará, como antigamente, a sala n.º 122101, mas sim a tôrre 1,2,3 ou 4. Os salões da Prefeitura estão ligadas ao Edifício Central e às tôrres, através de uma passagem elevada.







Os funcionários ao chegarem ao local de trabalho, de automóvel ou de bicicleta, terão acesso imediato do nível rebaixado à tôrre respectiva.

O sistema construtivo das tôrres foi concebido de modo a ter apenas um um grande apoio central, encimado por uma gigantesca cabeça de cogumelo. Tirantes externos suportam as extremidades das lajes que se apóiam, ainda, no núcleo. Neste elemento central, estão concentradas as circulações verticais, os serviços e as tubulações. Este apoio central poderá ser, mais tarde, se necessário, encimado por um segundo cogumelo na altura desejada. Daí penderão as novas lajes.

Por que procurar manter indefinidamente o perfil do Centro Administrativo de Marl, se sua organização pode ser alterada? No momento, a tôrre mais alta é a do Departamento de Obras. Daqui a vinte anos, talvez, a mais alta venha a ser a do Departamento de Serviços Sociais. Por que não?

O Serviço Policial foi colocado como uma pedra de canto na composição e tem sua praça própria.

A cantina está localizada próxima a um dos grandes jardins internos. Suas paredes são feitas de tal forma que a luz penetra, em tôda a superfície, de modo diferente, dando aos espaços internos uma extrema variedade. Aqui, o funcionário poderá escolher o seu lugar segundo suas preferências individuais, ao contrário do que ocorre nas áreas de trabalho, onde sua posição é imposta pelas funções que exerce.

Na fachada do Edifício Central, onde o vidro não se faz necessário, utilizou-se um fechamento revestido de placas de granito.

Um dos objetivos dos arquitetos foi o de conceber uma obra na qual ficasse patente não haver incompatibilidade entre o funcionamento de grandes serviços administrativos e a manutenção de uma escala conveniente à expressão individual: "Eu trabalho perto da Prefeitura". Ou, "eu trabalho na tôrre 1, ou 4. E ainda, "eu trabalho perto do estacionamento rebaixado".

De tôdas as mesas de trabalho do Centro Administrativo, pode-se ver a "city" verde de Marl. Ela só não é vista das celas do Serviço Policial... mas lá só estarão os que merecerem ser castigados.



Bakema



Van den Broeck

Prof. M. B. Bakema

Nascido em 8 de março de 1914 em Groningen. Estudou na Escola Técnica de Groningen, cursou a Academia de Arte de Construção de Amsterdão e, como ouvinte, a Universidade Técnica de Delft. Depois de formado trabalhou nos escritórios dos arquitetos Van Tijen e Van Eesteren.

Desde 1947, está associado com o Prof. J. H. van den Broeck, formando o escritório de arquitetura "Van den Broek & Bakema". A partir de 1963, foi contratado como professor de Composição de Arquitetura pela Universidade de Delft.

Principais Obras

— Centro Social de Roterdão
— Cinema "Venster", Roterdão
— Shopping Center "Lijnbaan", Roterdão
— Liceu Montessori, Roterdão
— Igreja em Nagele
— Primeiro Prêmio no Concurso Internacional para o Centro Administrativo de Marl
— Bloco de apartamentos no bairro de Hansa, Berlim
— Plano Regional de Kennemerland-Norte
— Plano urbano das cidades de Leeuwarden, Hengelo, Eindhoven e Amsterdão
— Pavilhão de Exposição da Holanda na Feira de Bruxelas (com Rietveld e Boks)
— Prédio para radioemissora internacional, em Hilversum
— Vários edifícios e laboratórios para a Universidade Técnica de Delft
— Menções Honrosas nos concursos internacionais para Telavive, Wulfen e Francoforte

Outras Atividades

— Membro do Architectura e Amititia.
— Membro do Conselho dos CIAM, até 1959. Colaborador de diversas revistas de Arquitetura. Publicação de trabalhos em livros e revistas especializadas. Proferiu inúmeras palestras e lecionou cursos em diversas universidades européias e americanas. Bakema é ainda membro honorário da Associação Austríaca de Arquitetos, e da Associação de Arquitetos da Escócia.

Na série "Documentos sôbre a Arquitetura Moderna", foi publicado por Krämer Verlag, Estugarda, um livro contendo a obra completa do escritório dos arquitetos Van den Broeck e Bakema, desde 1915.

Prof. J. H. Van den Broeck

Nasceu em 4 de outubro de 1998, em Roterdão. Estudou no Colégio Governamental de Nijimegen (1913-1917) e ingressou na Universidade Técnica de Delft em 1919. Em 1924, diploma-se como engenheiro na mesma universidade. Estabelece-se, como arquiteto, em 1927, em Roterdão. Em 1937 associa-se com o Ir. A. Brinkman (anteriormente, Brinkman & Van der Vlugt). Sua associação com o Prof. J.B. Bakema, data de 1947, quando formaram o escritório "Van den Broeck & Bakema".

Principais obras

Pavilhão da Holanda na Feira Mundial de Paris em 1937 e na de Bruxelas em 1958

— Instituto da Diocese, Roterdão 1939
— Conjunto Recidencial, Roterdão 1928-1935
— Loja de Departamentos Ter Meulen-Wassen-Van Vorst, em Roterdão, 1949
— Shopping Center "Lijnbaan", Roterdão, 1953
— Liceu Montessori, Roterdão, 1958
— Igreja em Nagele, 1959
— Primeiro Prêmio do Concurso Internacional para o Centro Administrativo de Marl (Alemanha Ocidental), próximo a Essen. O conjunto está atualmente em construção. 1958
— Bloco de apartamentos no bairro de Hansa-Berlim, 1957
— Plano Regional de Kennemerland-Norte, Província norte da Holanda, 1956
— Plano urbano das cidades de Leeuwarden, Hengelo, Eindhoven, e Amsterdão.
— Conjuntos residenciais em Amsterdão, Roterdão, 's-Gravenhage, Hengelo, Eindhoven e Leeuwarden
— Prédio de radioemissora internacional, Hilversum
— Vários edifícios e laboratórios para a Universidade Técnica de Delft
— Menções Honrosas nos concursos internacionais para Telavive, Wulfen e Francoforte.

Outras atividades

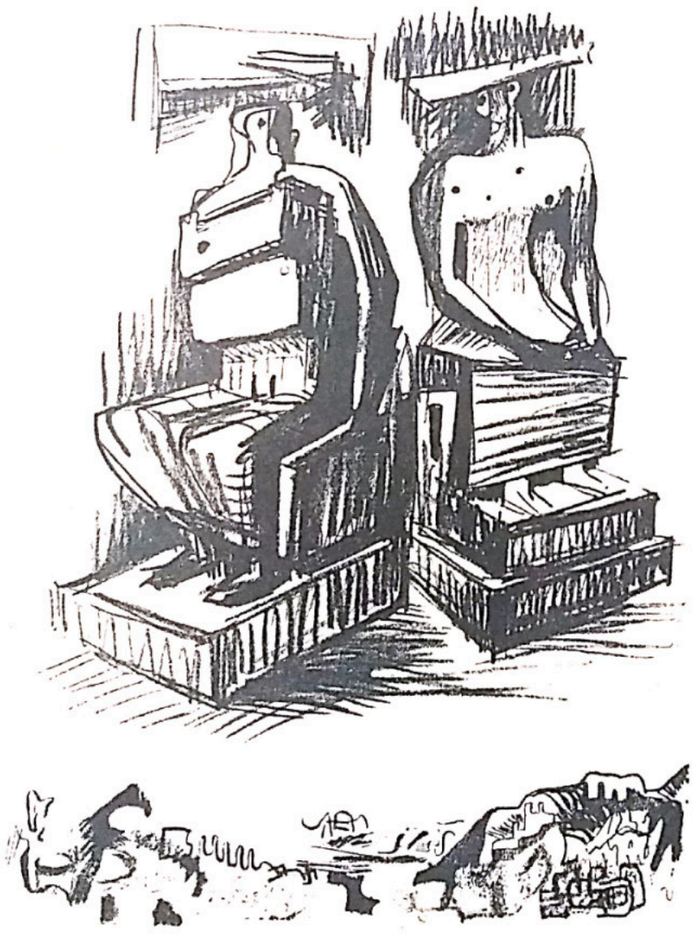
— Membro do Comitê Executivo da U.I.A.
— "Guia da Arquitetura Holandesa" e diversas outras publicações
— Membro Honorário do American Institute of Architects, 1962 e do Royal Institute of Bristish Architects, 1963
— Em 1962 o escritório "Van den Broek & Bakema" recebeu o Prêmio da Crítica, 1961" do departamento holandês da "Association Internationale des Critiques."

Henry Moore: Deucalião da Escultura Moderna

Rosalind G. Wholden

O Mito — Contam os poetas gregos que de um terrível dilúvio só escaparam Deucalião, filho de Prometeu e sua mulher Pirra. Agradecendo a Deus tê-los poupado, êles pediram, também, que a espécie humana fôsse restaurada. Respondendo, um oráculo aconselhou-os a jogar "os ossos maternos" para trás. Deucalião e Pirra sabiam que a terra era a mãe primordial. Juntaram pedras e jogaram-nas para trás, por cima dos ombros. Dos ossos inexauríveis da terra, como flôres silvestres, brotou uma nova população.

O Eco — Dêsse mesmo material, dêsses mesmos ossos maternos, Henry Moore, há 45 anos, exterioriza imagens ancestrais. Moore procede como Deucalião, reverentemente atento ao oráculo, pronto a atender as sugestões que êle possa inspirar. Mas, como escultor, êle próprio metamorfoseia cada pedra. Seu objetivo tem sido o de corporificar a vitalidade e interdependência de tôdas as formas orgânicas. Preferindo trabalhar suas esculturas em função do espaço externo, da paisagem onde a obra pode ser vista à luz do sol, os trabalhos mais bem sucedidos de Moore atuam como mediadores entre o homem e as energias telúricas. Justapostas à natureza elas desafiam, silenciosas, o provincianismo da cronologia. Enquanto a obra de arte revela, em si mesma tôdas as marcas do caminho que conduz à sua existência, as criações da natureza irradiam sua brevidade. Se se compara o ôvo de Brancusi com o ôvo de uma galinha constata-se a ironia da criação humana, na qual a lentidão é simultâneamente estigma e glória. A grande diferença entre "elaborar" e "fazer" continua persistindo nessa época, na qual a estética dá lugar a classificações como "objeto-descoberto" e "objeto-multiplicado"; o abismo é visto por todos, mas o artista continua tantalizado pela ilusão de se encontrar a um passo do ser emergente.



Conduzidos pela crença de que a arte deve manifestar realidades intrínsecas, em vez de espelhar aparências, os artistas da "avant-garde", em tôda a parte, fizeram seu trabalho convergir para o ideal da "verdade do material". Brancusi, o Bauhaus, as esculturas primitivas do Museu Britânico, todos participaram desta moralidade estética. Henry Moore, já no início de sua carreira, estava convicto da recíproca importância existente entre substância e expressão. Moore, filho de um operário de minas de carvão, nasceu em 1898 em Castleford, Yorkshire. Seus estudos foram iniciados em 1921, através de visitas sérias e assíduas ao Museu Britânico e, depois, continuadas em freqüentes viagens, nas quais procurava conhecer a obra de arte do próprio ambiente onde fôra gerada. Esculpindo diretamente a madeira e a pedra, logo se tornou conhecido, por inventar formas que mantinham afinidade com o comportamento experimentado por cada um dêsses materiais, em seu estado natural: a expansão e os movimentos circulares que as fibras da madeira desenvolvem em seu crescimento, os surpreendentes efeitos da persistente ação da água sôbre as pedras. Ossos, armaduras, corpos adormecidos, joelhos, seixos, sepulcros, berços, a mina, o tórax, ventres, através da interpretação de Moore, tornam-se familiares a todos como aspectos da mesma imortal geratriz. Sua fama aumentou ainda mais quando lhe foi outorgado o Prêmio Internacional de Escultura da Bienal de Veneza, em 1948.

Esculpir é um trabalho lento, a mente se antecipa à mão e, a partir de

1948, numerosas e importantes encomendas foram feitas ao artista. Êstes e outros fatôres contribuiram para modificar o procedimento do homem que pode, com tôda justiça, ser chamado de o Deucalião dos escultores modernos. A partir da década de 50 a maioria dos trabalhos de Moore foram feitos em bronze fundido; mas, mesmo assim suas mais recentes obras denotam sua linhagem, seus antecedentes em pedra.

Dos depoimentos escritos pelo artista, podemos seguir alguns dos princípios desenvolvidos através dos anos e que nortearam sua escultura. Na década de trinta, além da "verdade do material", outros aspectos o interessavam: a completa realização da escultura em três dimensões; a compreensão da forma através da observação de objetos da natureza; acreditando, também, em que o relacionamento íntimo de elementos abstratos e de formas humanas, pode ter uma significação mais profunda e intensificar a vitalidade da expressão. Moore, nessa época, intrigado pelo "mistério do vazio", preocupava-se com o problema da dimensão física da pedra, reconhecendo que a escala da escultura devia ser uma decorrência do conteúdo expressivo da obra.

Esta escala, em seu entender, não deveria sujeitar-se ao atendimento temático ou a exigências de espaços pré-determinados. Preparando, atualmente, seus trabalhos em argila êle minimizou as exigências "a priori" dos limites físicos. Com êste material, o escultor pode fàcilmente aumentar a peça em qualquer ponto de seu desenvolvimento.

Dotado de uma propensão natural para a autodisciplina, Moore busca em seus trabalhos recentes, a dirigir a tensão e a fôrça interna das formas para criar um sentido poderoso que atue "de dentro para fora". A facilidade sugerida por um material de entrínseca maleabilidade, como a argila, não tem consequências quando trabalhado dentro das exigências que o artista se impõe. Desde o início da sua "idade de bronze", vem Moore enfatizando o estudo da figura humana como fundamento de tôda escultura. Esta tendência, acentua-se após a viagem feita em 1951, quando reviveu o legado grego.

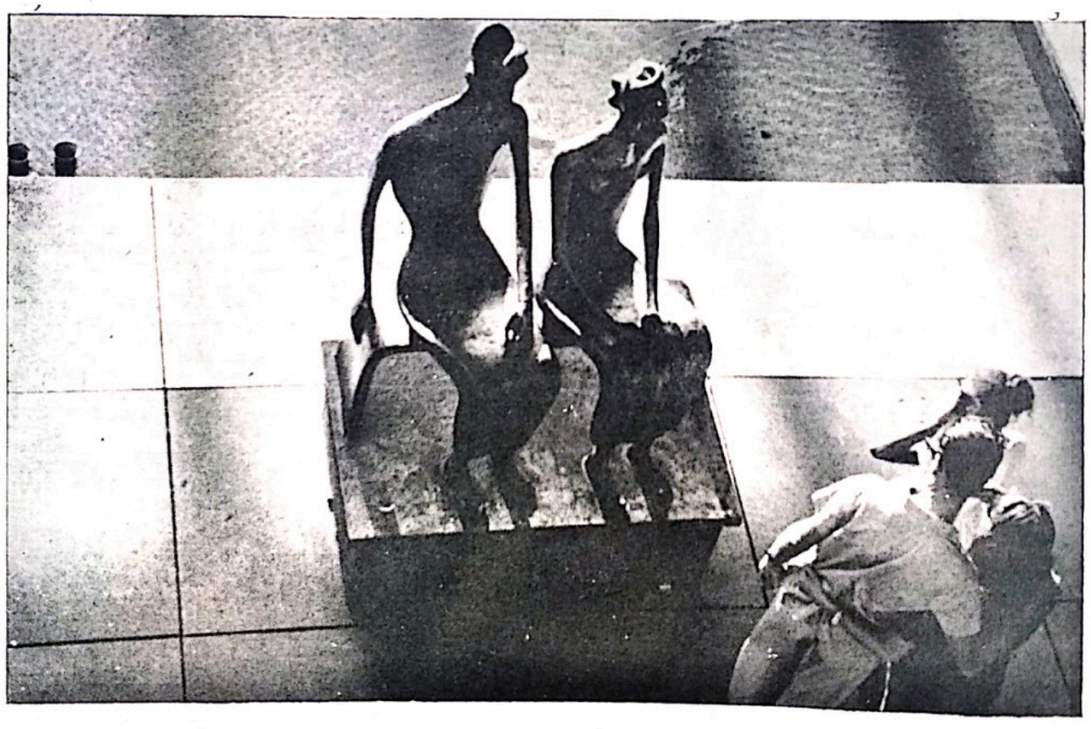
A principal característica formal de seus trabalhos talvez continue sendo a importância simultânea que dá ao tratamento da forma e do espaço, tornando-os inseparáveis. Dentro dêste conceito, Moore vem mostrando um nôvo interêsse pelo baixo-relêvo, forma escultórica anteriormente desprezada pelo artista.

As palavras de uma canção infantil recordam a obra de Moore: "Pernas compridas e tortas, cabeça pequena e sem olhos". Duas deficiências no vocabulário profissional do artista motivam pontos fracos em sua formidável bagagem escultórica. Falta-lhe, de forma acentuada, o sentimento para as qualidades da linha. Quando, em muitos casos, uma superfície exigia tratamento bidimensional êle recorreu a convencionais estrias paralelas ou pequenos relevos em linhas concêntricas. A orgânica diversidade com que sempre utiliza os volumes não se manifesta quando trata olhos, narizes, bôcas e seios. Aí êle aplica uma espécie de Código Morse, para representá-los. Êstes detalhes embaraçosos, por ocorrerem sobretudo no rosto, talvez estejam relacionados com o outro ponto fraco de Moore: cabeças-de-alfinête. Felizmente, o bronze permite muitas variações na espessura e na estruturação. O contraste plástico vem substituir os efeitos que Moore vinha obtendo com maneirismo de superfície.

O tema contido na maioria das obras



MNB



MNB

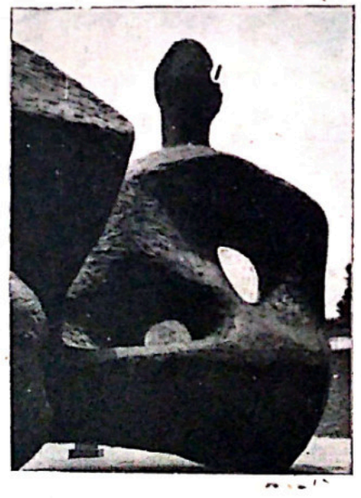
22



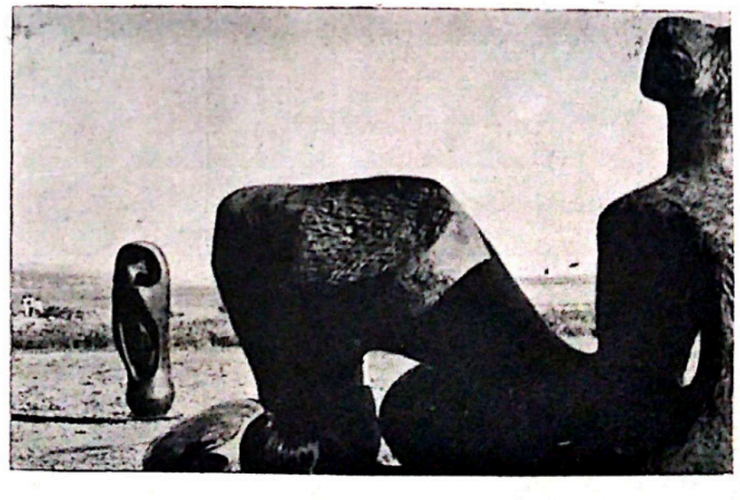
FA



MNB



FA



MNB

23

Acima: grupo "O Rei e a Rainha"; ao lado, detalhe de "O Rei e a Rainha" e quatro vistas de "Figura Sentada".



FA

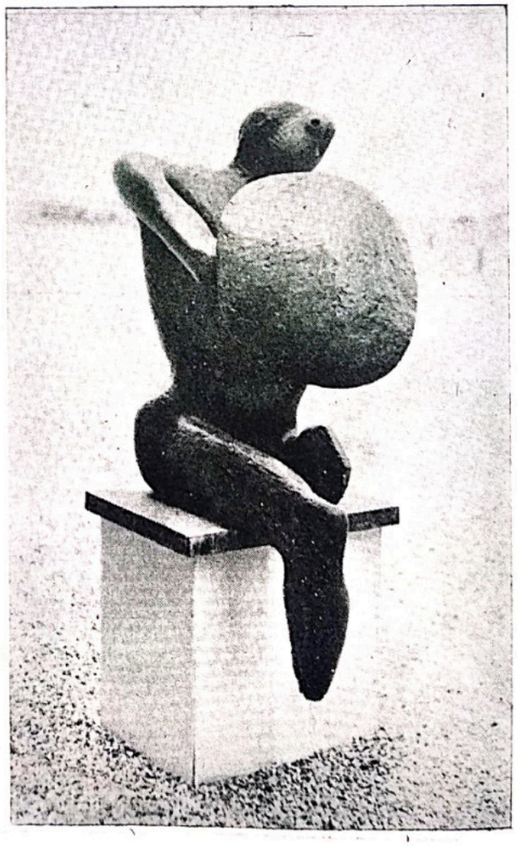


MNB

MNB

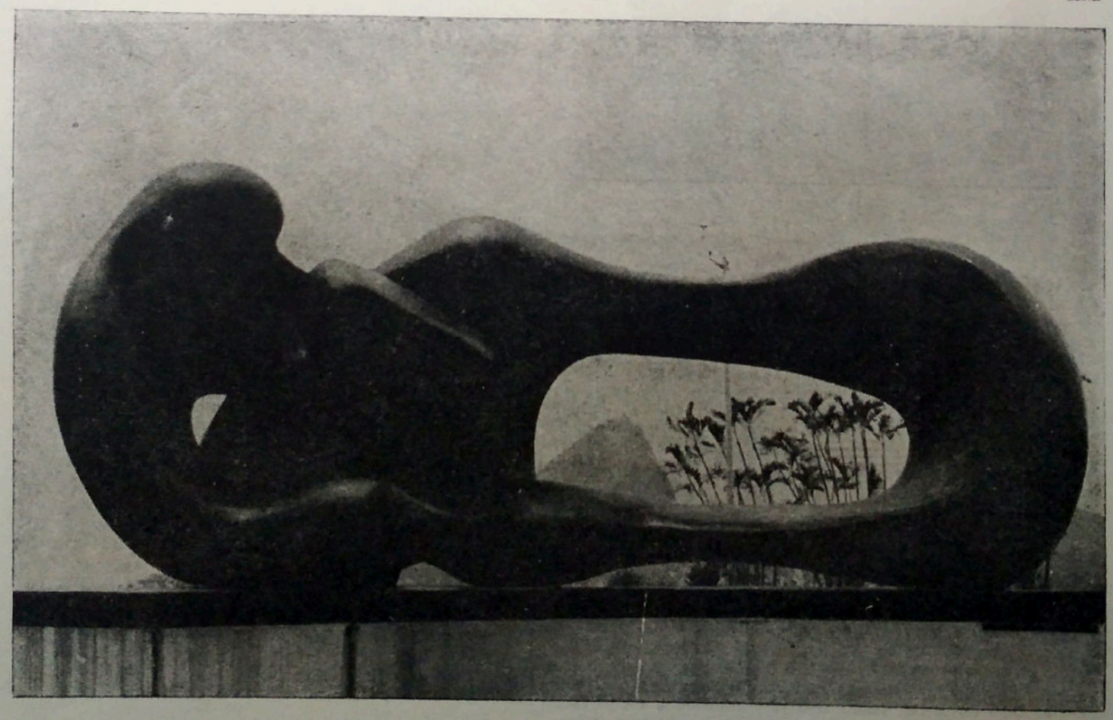


AN

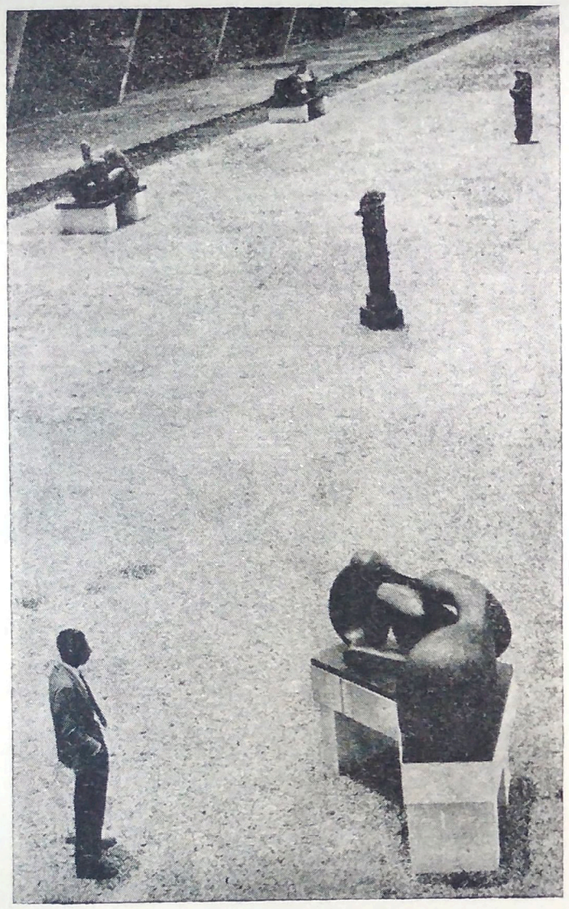


de Henry Moore é o da forma-como-lugar. Êste tema é, essencialmente o fator que o torna mais "contemporâneo" que Lipchitz ou Marini e menos absoluto que Brancusi. Moore, possui, juntamente com Arp e Giacometti, uma visão para a tridimensionalidade, cuja condição de existência primordial é a posição. Onde estaria a matéria senão no espaço? E de que maneira está no espaço? E uma vez definida no espaço, como determinar seus limites para que o tamanho se identifique? O que limita é a matéria ou o espaço? Ou será que não existe a extensão envolvida pelo tamanho? Caso exista, como saber se está ocupada ou vaga? A grandeza da dimensão depende do observador ou é também função da sua percepção, emotividade, inteligência, etc.? Quando estas questões são formuladas por um escultor e não por um físico, as respostas são dadas pelo homem enquanto "homo faber". Ao criar formas estéticas, o escultor define, limita e evoca os aspectos que qualificam a corporeidade, deixando que a obra, por si, estabeleça as distâncias adequadas à sua identificação. Por exemplo, do ponto de vista da escultura se pode dizer que o observador nunca está tão afastado de uma obra de Henry Moore como está de uma obra de Giacometti. E do ponto de vista do observador, um trabalho de Arp, de volume igual a um de Moore, parecerá provàvelmente mais leve e suas invisíveis conotações espaciais se apresentarão de modo mais imediato. Estudando-se a obra de Henry Moore encontram-se peças de diversos períodos que se igualam por uma mesma alta qualidade, independentemente da data de sua feitura. Na escala de valôres do século vinte, a maturidade, considerada como qualidade, se perde diante do conceito de progresso. Infelizmente resultou daí um corolário falso: o juvenil e a novidade implicam em algo necessàriamente bom. Trabalhos recentes de Henry Moore possuem qualidades que revelam a maestria que é alcançada quando o poder criador do homem se liberta dos últimos resquícios individualistas e passa a compor um todo orgânico e indissolúvel. Pode-se mesmo dizer, de maneira figurada, que se integra na corrente sanguínea do indivíduo. Tal revolução é demorada, é uma dádiva do tempo. A preocupação da "moda de Henry Moore" foi substituída por uma responsabilidade desinteressada, dirigida exclusivamente para o trabalho. Quando o artista alcança a maturidade de seu estilo, êle se aproxima dessa intensa unidade que faz a natureza parecer miraculosa e sua autoridade se torna um fato sublime. A ordem evolutiva se impõe diante da novidade por ser um ritmo que se dirige para a perpetuidade. Os novos trabalhos de Moore são soberbos e indicam ao menos, um início. Nenhum artista pode desejar mais que a eventual consecução da perpetuidade, o vínculo que vence o abismo entre elaborar e fazer.

MNB



Acima: "Mãe e Filhos"; na página anterior, "Guerreiro".



Moore Para Todos

O Museu de Arte Moderna apresentou uma exposição de esculturas e desenhos de Henry Moore.

Alex Nicolaef, Fernando Abreu e Maurício Nogueira fotografaram as esculturas de Moore expostas ao ar livre no Museu. Alex Nicolaef extraiu de um artigo de Rosalind G. Wholden, publicado no número de janeiro de 1965 de "Arts and Architecture", o texto que transcrevemos.

Para muitos, o fato que registramos, num final de tarde de domingo no MAM, talvez seja surpreendente e inesperado. Gente, muita gente mesmo, mulheres, crianças, homens, môças e rapazes passeando entre as esculturas de Moore. Não se tratava de gente sofisticada, "amante da arte", mas de gente comum do povo, que aproveitava a proximidade e integração do pátio do Museu à ambiência agradável do Parque do Atêrro, para visitá-lo. Obra de arte deve ser exposta assim. Sem aparato intelectualizado, ao alcance fácil do ôlho e da mão do povo. O Museu deve aproveitar a grande afluência popular ao Atêrro e fazer mais exposições dessas. Abertas, sôltas, sem a "máscara" de arte exclusivamente para iniciados. É só deixar ali que o povo vem, vê e apreende. □

Galeria

Novos e Velhos Cinemas de Hoje - 5

Prosseguimos, neste número a série de artigos (ou reportagens) iniciada no número 27, sôbre a situação do cinema no mundo hoje.

IV — Portugal — Uma Agradável Surprêsa.

Não poderíamos encerrar essa série de reportagens sem fazer uma referência à agradável surprêsa de encontrar em Portugal um cinema da melhor categoria. Acostumados que sempre estivemos em reconhecer os piores filmes da produção lusitana, foi uma grande surprêsa para nós encontrar, em plena efervescência uma espécie de cinema-nôvo português em ebulição e já com a produção de uma meia dúzia de filmes de excelente nível. Embora não tenhamos tido tempo de reconhecer a fundo o movimento, faremos essa alusão com uma rápida informação sôbre o que pudemos conhecer.

Em primeiro lugar, o movimento cinematográfico que se forma hoje em Portugal gira em tôrno da aventura e do destemor de um jovem produtor, Antônio da Cunha Telles, disposto a financiar os jovens diretores portuguêses que tentam fugir ao rotineiro maucinema oficioso de lá. Assim é que já produziu "Os Verdes Anos" (Paulo Rocha), "Belarmino" (Fernando Lopes). "O Crime da Aldeia Velha" (Manuel Guimarães), "As Ilhas Encantadas" (Carlos Villardebo), "Tatembe" (Faria de Almeida), "Domingo à Tarde" (Antonio Macedo) a "Cruz de Ferro" (Manuel Guimarães). Na sua maioria, êsses filmes ligam-se diretamente a um espírito lisboeta de viver e interpretar a vida, muito mais agarrados à crônica dos costumes de Lisboa do que os dois primeiros ("Os Verdes Anos" — história de um provinciano que se muda para Lisboa — e "Belarmino" — cinema-direto com um "boxeur" decadente e seu submundo) são os mais preciosos exemplos. A vingar o esfôrço de Cunha Telles e seus realizadores, poderemos ver o cinema português, dentro em breve, ocupando um lugar de mais importância no cenário cinematográfico mundial.

V — O Nôvo Mundo — À Sombra do Gigante Renascido.

Quisemos manter essa resenha dentro do quadro europeu de cinema e no que êle tem, hoje, de mais representativo. Mas não podíamos deixar de fazer uma breve referência ao que nos foi dado ver em relação aos países americanos. De fato, à exceção do Canadá e EUA, quase poderíamos dizer que nada de nôvo surgiu no panorama do Nôvo Mundo. Os cubanos no conjunto do esfôrço revolucionário, pouco podem oferecer, ainda, como cinematografia sólida; os argentinos, vivendo ainda a nostalgia européia à Torres Nilssen, impediram de trabalhar seus melhores nomes, liderados por Fernando Birri, hoje filmando com Pratolini na Itália; os mexicanos, por vez, permanecem sufocados pela chanchada-dramalhão, com todos os seus mitos e, ao que parece, os primeiros sinais de falência no mercado interno; afora isso, são os raros filmes do Peru ou da Venezuela ou da Bolívia, com características que permitam se falar de uma cinematografia.

No Canadá, graças ao paternalismo do Office National du Film, de Québec, formou-se, sob a influência direta de Rouch e Mac Laren, um laboratório experimental e documental de curta-metragens. Absorvidos pelo formalismo de Norman Mac Laren, os canadenses entregaram-se a êsse experimentalismo, sob a proteção do govêrno, até que surgiu Jean Rouch, e o "cinéma-vérité" e as técnicas modernas de documentário. No seio desta nova fonte, formaram-se novos interêsses e o curta-metragem canadense dividiu-se entre o laboratório e a câmara-na-mão. Foi assim que se formaram nomes como os de Michel Brault, Pierre Patry, Gilles Gronex, etc. Hoje, com o Office National du Film funcionando a tôda o vapor, o Canadá pode se orgulhar de estar fazendo os melhores curta-metragens do mundo, em grande quantidade, em constraste com o número limitado de longos anuais — o ano passado, ano fértil, foram realizados exatamente quatro longa-metragens. Dêstes, sem dúvida, o mais importante é "A Tout Prendre", uma mistura de "mise-en-scène" truffaut-godardiana com farta documentação direta, sob a direção de Claure Jutra, um jovem discípulo do Office e de seus principais mestres (o filme é, sugestivamente, dedicado a Rouch e Mac Laren). O Canadá, embora esteja realizando um excelente trabalho de pesquisas no curta-metragem, pode estar ameaçado de não passar de um episódio curioso na história do cinema.

Mas, sem dúvida, o grande evento no Nôvo Mundo, hoje, é o renascimento do gigante americano à sombra do qual as outras cinematografias viveram durante tanto tempo. O esfôrço de alguns independentes, a recuperação racional dos grandes estúdios está promovendo uma nova era de fausto para a indústria de cinema americano. Independentemente de alguns de seus mais novos realizadores de Nova York (os Sanders, Cassavetes, etc.) e de Chicago (Lerner, Peerce, etc.) as velhas rapôsas afiam suas prêsas e se preparam para voltar à cena, como já o fêz Zannuck, não sem estardalhaço. Êste fenômeno não pode ser esquecido. Como não pode ser esquecido também que, ao lado disso, floresce uma nova cinematografia nos Estados Unidos, da melhor qualidade — ao lado do experimentalismo exibicionista e delirante do grupo de Mekas, a seriedade de documentaristas, do cinema-direto de jovens como Kaufman, Manaster, de Antonio, e o velho mestre de quase todos, Leacock. Dêstes, voltaremos a falar no último artigo dessa série, sôbre o cinema-direto. □

Carlos Diegues

Arquitetos e a Política Habitacional de Minas Gerais

A política habitacional do Govêrno de Minas Gerais está sendo formulada através de dois órgãos. A Caixa Econômica do Estado, atuando como organismo financeiro e executivo, e o Conselho de Habitação e Urbanismo, ligado à Secretaria de Trabalho e Cultura Popular, que funciona como entidade normativa.

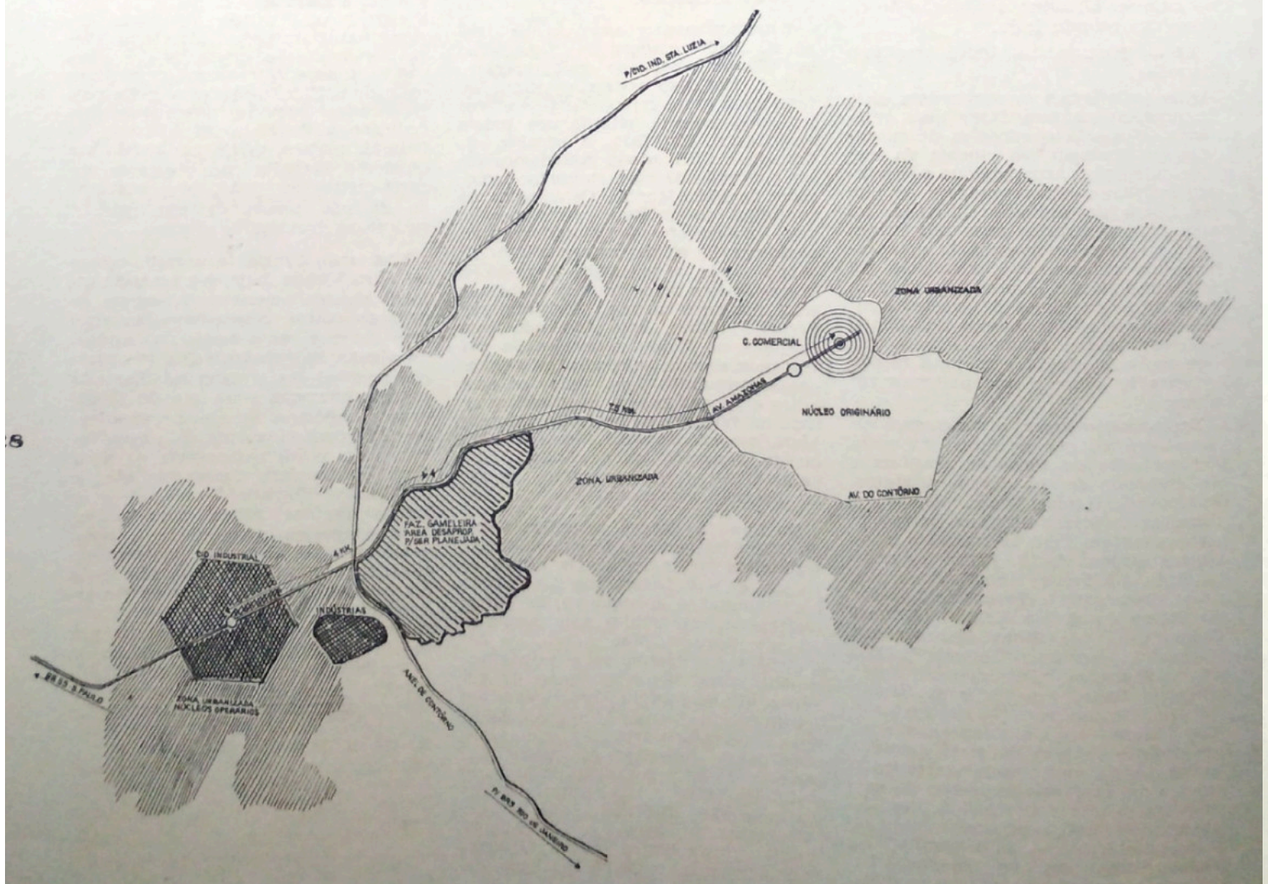
O Conselho de Habitação e Urbanismo tem como órgão técnico o Departamento de Habitação e Urbanismo, dirigido por um arquiteto e integrado por técnicos de diversa formação profissional — arquitetos, sociólogos, engenheiros e economistas. No momento, compõem o quadro do Departamento os seguintes profissionais: arquitetos Ney Werneck, Alípio Pires e Haroldo Nogueira; sociólogos Hiroshi Watanabe, Edna Ângelo e Maria Celeste da Silva; e o engenheiro Hugo Machado Coelho. Na presidência da Caixa Econômica do Estado encontra-se o Sr. Milton Velloso.

O Sentido da Política Habitacional de Minas Gerais

Em reunião realizada em novembro do ano passado, o Conselho Estadual de Habitação definiu a política habitacional do Estado de Minas como "uma ação permanentemente voltada para o problema da moradia, através de uma visão conjunta do desenvolvimento econômico e do planejamento físico." Esta política abrangerá os aspectos sociais, creditícios, técnicos e o de uso inerente à organização das comunidades.

Entre os princípios básicos da política habitacional estabelecida pelo Conselho Estadual de Habitação, podem ser destacados:

1 — Incentivar os estudos e pesquisas sôbre o problema da moradia em todos os seus aspectos.



2 — Recomendar o planejamento de conjuntos habitacionais e a sua integração às estruturas urbanas onde êles vão se situar.

3 — Incentivar e recomendar às prefeituras municipais a elaboração de planos diretores.

4 — Proceder o censo geral da população favelada de Belo Horizonte.

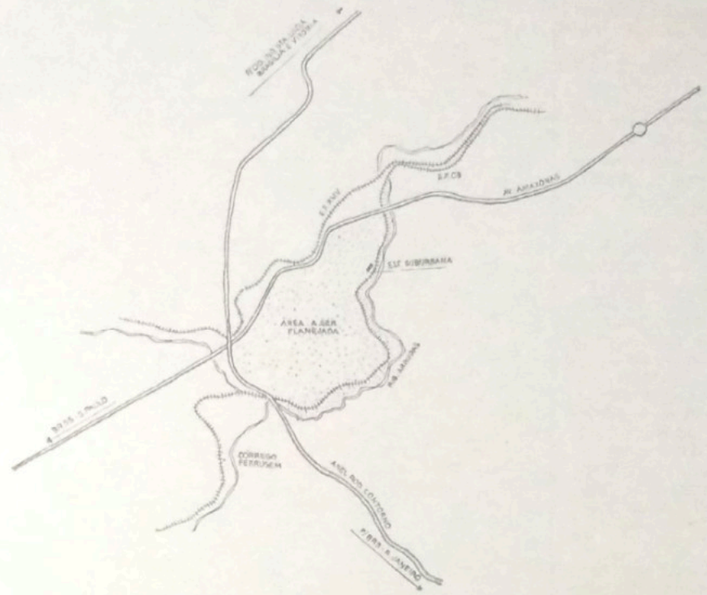
O levantamento da população favelada da Capital do Estado já foi iniciado pelo Departamento de Habitação e Urbanismo, da Secretaria de Trabalho e Cultura Popular. O trabalho, inclusive a tabulação dos dados obtidos, está em fase final de elaboração. Esta pesquisa fornecerá os elementos necessários sôbre o aspecto quantitativo e geográfico da população favelada, bem como suas condições de trabalho, de instrução, de renda etc.

Fazenda da Gameleira — Primeira Experiência de Planejamento Habitacional em Minas Gerais

O Conselho Estadual de Habitação, justificando a escolha da área conhecida como a Fazenda da Gameleira, para base da primeira experiência de planejamento habitacional do Estado, alinha uma série de razões a seguir sintetizadas.

Belo Horizonte, dada sua condição de principal cidade do Estado, a de maior população e maior atividade econômica, além de se constituir em centro político-administrativo, exige, numa ação de emergência, tratamento prioritário para o problema habitacional que lhe aflige.

Admite-se, embora não se disponha de dados precisos, que a população favelada de Belo Horizonte ultrapassa a cifra das 100.000 pessoas.



Conhecer precisamente a situação dessa população foi um dos primeiros objetivos do programa. A execução de planos para alojamento de uma população dessa grandeza exige, antes de mais nada, a existência de áreas suficientemente extensas. O exame da estrutura urbana de Belo Horizonte, por sua vez, revela que é desaconselhável estender ainda mais sua área de expansão. Os problemas relativos a sistema viário, transportes coletivos, abastecimento de água, rêde de esgotos e de distribuição de energia elétrica, decorrentes desta superexpansão, seriam agravados sensivelmente. Acentuar-se-ia, por outro lado, a deficiência do equipamento social urbano — assistência médico-hospitalar, postos de puericultura, creches, lactários, centros sociais, escolas em todos os graus e centros de atividades culturais e recreativas — que se impõe como um complemento da comunidade hatacional.

O problema de moradia dessa população é agravado pelas condições de trabalho dos seus integrantes. Para os que não conseguem trabalho efetivo, capaz de lhes garantir uma renda estável, de nada vale qualquer ação governamental destinada apenas a ajudá-los a adquirir casa.

A escolha de áreas para a implantação de núcleos residenciais deve levar em consideração as fontes de oferta de emprêgo, e facilidade quanto a serviços urbanos e equipamento social. Em Belo Horizonte, sem dúvida, existem fontes de emprêgo. Estas fontes localizam-se principalmente em seu parque industrial, situado na Cidade Industrial; na indústria da construção civil que se desenvolve predominantemente no centro da cidade; e no setor "serviços", cuja demanda ocorre normalmente no núcleo urbano. Daí, infere-se que a área a ser escolhida deverá estar localizada nas proximidades das vias que interligam as fontes de mercado de trabalho, dentro do sistema viário existente e ser servida por transportes coletivos.

É importante, também, que a área escolhida esteja geográficamente bem definida, de forma a facilitar o planejamento e a evitar que a ação governamental, destinada a provê-la de serviços públicos, sistema viário, saneamento, abastecimento de água etc., venha a beneficiar os interêsses dos especuladores.

Observados êsses requisitos, concluiu-se que a área capaz de melhor atender aos objetivos da política habitacional, era a situada à margem da Avenida Amazonas, limitada por esta, pelo Ribeirão Arrudas e pela BR-31, área esta conhecida como Fazenda da Gameleira.

Parte da área acima delimitada, pertence já ao Estado. O restante dela está em mãos de particulares. Nesta área, algumas favelas se formaram em terrenos pertencentes ao Estado e a particulares. Excetuadas as zonas faveladas e a ocupada pelas localidades denominadas Vila São José, Vila Nova Cintra, e Vila Jardinópolis, a área da Fazenda da Gameleira está pràticamente desocupada.

Dentro do perímetro que limita a chamada Fazenda da Gameleira, encontra-se ainda a Vila Magnesita, constituída por terrenos aforados às indústrias, para construção de casas para operários. Esta vila está quase completamente ocupada. Alguns quarteirões, apenas, estão vazios.

A Fazenda da Gameleira compreende aproximadamente 480 hectares. Admitindo-se, teòricamente, o completo aproveitamento de tôda a área, a uma densidade demográfica de 200 hab/ha, nela poderá ser alojada uma população estimada em 96.000 pessoas.

Além disso, a conformação geográfica da área correspondente à Fazenda da Gameleira apresenta-se favorável à execução de obras de saneamento e possui, em parte, abastecimento de água e rêde de distribuição de energia elétrica. O acesso principal é assegurado através da Avenida Amazonas e está servida pelos transportes coletivos que trafegam nesta avenida, dispondo ainda de uma estação ferroviária da E.F.C.B.

A área a ser planejada, conta ainda em sua periferia — e mesmo no seu interior — com os seguintes estabelecimentos: Hospital Júlia Kubitschek, Hospital Ezequiel Dias, Hospital Galba Velloso, Posto de Puericultura Sarah Kubitschek, Lar das Meninas, Escola Técnica de Belo Horizonte, Escola do SENAI da Cidade Industrial, sete grupos escolares, Liceu Salesiano, Colégio das Irmãs Sacramentinas, Centro Social do SESI, Centro Social Cabana de Pai Tomás, e Centro de Abastecimento de Belo Horizante (projetado) Hospital do IAPI (projetado).

Esquema de Utilização

O planejamento deverá atingir tôda a área da Fazenda da Gameleira, definida geogràficamente pela Avenida Amazonas, pelo Ribeirão Arrudas e pela BR-31. O Estado deverá providenciar a desapropriação dos terrenos a êle ainda não pertencentes. Esta medida impõe-se como indispensável. Caso isso não ocorresse, surgiriam, fatalmente, no futuro, maiores dificuldades. A realização do plano de forma fragmentada, além de prejudicá-lo, provocaria a valorização dos terrenos circunvizinhos, tornando muito mais onerosa qualquer futura aquisição.

As áreas atualmente ocupadas e com destinação social, tais como escolas, hospitais, creches, centros sociais e outras serão integradas no Plano.

Os pequenos lotes, adquiridos anteriormente para construção de moradia própria, serão objeto de estudo, admitindo-se o princípio de que seus proprietários poderão permanecer no local. Quando a existência destes lotes conflitarem com os objetivos do Plano seus proprietários receberão, em outros locais, lotes semelhantes.

A idéia básica é a de promover a remoção de 96.000 pessoas, atualmente residentes em Belo Horizonte, para a área da Fazenda da Gameleira, dando-se preferência aos que moram nas favelas existentes nas proximidades.

O zoneamento, a execução dos serviços urbanos — sistema viário, saneamento, abastecimento de água, distribuição de energia elétrica etc. — e o equipamento social, foram tomados como pontos de partida básicos.

Um sistema de divisão de terras em glebas, será estudado. Estas glebas serão objeto de escritura única, que, no entanto, poderão ser subdivididas em lotes individuais, ou serem indivisas — caso em que receberão prédios de habitação coletiva. Êsse sistema de glebas, espera-se, servirá de estímulo à associação dos respectivos moradores no sentido de resolverem, em conjunto, seus problemas. □

A Pesquisa na Arquitetura

Eric Pawley

A Arquitetura está estreitamente ligada ao aspecto estético e funcional da utilização e do tratamento de todo espaço construído para o homem. Ela se ocupa da economia do meio ambiente no sentdo mais amplo. As diversas palavras dessa afirmativa implicam na criação, essência mesmo de todo esfôrço artístico. A intuição criadora, por sua vez, se baseia no espírito formado, preparado e dirigido à um determinado domínio do pensamento. Por outro lado, quer se trate do sucesso nos negócios, da realização artística, ou ainda da combinação dos dois a serviço da profissão, a creatividade se acha na obrigação de pesquisar novas respostas aos velhos ou novos problemas. Hoje em dia isto significa pesquisar.

A pesquisa em Arquitetura compreende então o estudo fundamental do projeto, determinado pelas funções dos diversos tipos de construções e pelo meio sensorial no qual vivemos. Êste estudo implica por sua vez em trabalhos de pesquisas profundas sôbre as novas teorias do comportamento humano, afim de explicar como o homem age e reage — como indivíduo ou como cliente, isolado ou em grupo ao utilizar, o espaço arquitetônico e seus serviços. O fator estético não está limitado sòmente pela aparência. Não se trata de sucitar prazer visual mas de compor o plano de modo sensorial em seu conjunto.

A pesquisa em Arquitetura não é nova, mas até agora foi realizada sob a forma de projetos fragmentados, sem coordenação nenhuma, e com resultados por vêzes negativos ou insuficientemente profundos, provocando um intercâmbio de informações inadequadas e inúteis.

Sòmente respondendo a estas necessidades poderemos recolher informações de real valor e maior alcance. Não se trata aqui de forma alguma, de apelar à centralização das atividades de pesquisa, as quais não podem nem deverão ser abandonadas. Apela-se à uma operação de coordenação, apreciação e difusão — um estímulo efetivo e uma fonte de informações que deve se tornar disponível a fim de que o **habitat** e o lugar onde o homem trabalha possam ser melhorados.

Os arquitetos que nisso se empenharam ou que tiveram a possibilidade de se evadir do isolamento nacional, encontraram no estrangeiro abundante matéria de ensinamentos. Nenhum país tem o monopólio do saber e da inteligência em Arquitetura, e à medida que a construção e reconstrução industrial se desenvolvem em outros países, vemos surgir um mínimo sempre crescente de novas soluções para problemas velhos ou novos, sôbre os quais devemos estar atualizados.

Nossa primeira tarefa é a de operar em nosso próprio país, mas não podemos fechar os olhos a horizontes que cada vez estão mais próximos. A troca de informações é necessária ao desenvolvimento recíproco. Seria duvidoso que êsse desenvolvimento pudesse ser feito ùnicamente à base da troca de relatórios e documentações. A comunicação de conceitos fundamentais, e sua aplicação neste complexo campo que é o meio ambiente, sempre dependeram da verificação e da interpretação pessoais.

Um outro aspecto do programa da pesquisa arquitetônica, é a necessidade de pessoal qualificado. Esperamos que a profissão e as escolas de Arquitetura reconheçam essa mútua responsabilidade. Ela é dupla: os estudantes capazes de se interessarem pela pesquisa, e que para ela tenham aptidões, devem ser descobertos e treinados. Os escritórios e as escolas de Arquitetura, devem estar sempre prontos à reconhecê-los, à oferecer-lhes o lugar adequado e recompensá-los financeiramente segundo os conhecimentos profissionais que êles são capazes de proporcionar.

A pesquisa em Arquitetura, não é a pesquisa de construção ou da edificação. O aperfeiçoamento de uma janela, de um elemento de fachada ou de outro objeto qualquer dêsse gênero, não será, absolutamente, o objetivo dessa pesquisa. Não se trata de trabalho de laboratório sôbre o cimento ou o vidro, nem de pesquisa fundamental sôbre as propriedades das matérias plásticas, ou da corrosão dos metais. Essas pesquisas não são do domínio do arquiteto, elas poderiam no máximo responder às necessidades e problemas da Arquitetura. A pesquisa arquitetônica não está diretamente ligada aos materiais, nem aos objetos da tecnologia da construção. Por mais útil que seja obter o melhor funcionamento de uma esquadria, é preciso não se deixar influenciar pelo interêsse e necessidade dos que querem colocar no mercado o aço inoxidável, o vidro laminado, ou o cobre esmaltado. Muitas vêzes, infelizmente, tornamo-nos sòmente "designers", reunindo elemento que alguns acham vantajosos fabricar.

Será através da melhoria das relações entre a construção e os sêres humanos que o arquiteto poderá dar sua contribuição à construção. Nossos conhecimentos à êsse respeito são muito restritos. Fizemos um certo número de descobertas, sôbre as dimensões e a capacidade do corpo humano normal e seus músculos, sôbre a fadiga, e as condições nas quais o homem se sente à vontade. Os edifícios e os espaços que os circundam constituem o nosso meio arquitetônico. Nós, sêres humanos, como indivíduos ou grupos de indivíduos constituímos nosso próprio ambiente sociológico e psicológico. Todos os meios técnicos foram postos à nossa disposição afim de combinar os espaços previstos para diversos efeitos e funções: visuais, términos, acústicos, táteis etc. O que desejamos fazer? O que será preciso fazer a fim de responder ao programa do cliente, incluindo sua às vêzes inconfessada necessidade de beleza?

Eis porque a pesquisa arquitetônica se preocupa até mesmo com a natureza da responsabilidade profissional — assunto que dá origem a uma série de problemas particulares inerentes ao arquiteto: não podemos pois esperar que aquêles que nada conhecem desses problemas possam entendê-los ou de apreendê-los em sua totalidade. Esta pesquisa tem por objetivo a integração do projeto em seu conjunto de setores, e deve ser completada pelos estudos de consultores competentes, guiados pelo arquiteto, no que diz respeito ao comportamento dos sêres humanos, e de suas capacidades físicas. É preciso que se saiba mais sôbre o espaço, a escala, e diversos outros fatôres concernentes ao projeto, assim como sôbre as exigências de cada tipo de edificação. Com efeito, é preciso que o arquiteto que projeta escolas, tenha contacto com crianças, observe a maneira como vivem na escola, e como aprendem; da mesma forma que a construção de um hospital exige pesquisas sôbre os meios terapêuticos.

Um outro aspecto da pesquisa em Arquitetura, é aquela que diz respeito aos contactos entre o arquiteto e seu cliente, e os diversos fatôres sociológicos e psicológicos em que implicam êsses contactos; saber atender às verdadeiras exigências do cliente, aconselhá-lo e responder perguntas sôbre a orientação dada aos projetos.

A pesquisa em Arquitetura é então um bem profissional e um bem público. Ela é fundamentalmente baseada no ser humano, tanto que a preocupação do arquiteto em casos de incêndios, é, com justa razão, a da proteção da vida humana, em vez da conservação de bens.

Estamos convencidos que a pesquisa arquitetônica é uma necessidade fundamental de nossa profissão. Uma atividade na qual se deve evitar a usurpação das que entram em cena com formação e ética parciais, munidos de uma parte do trabalho que só a nós cabe por direito. □

Destaque



Viljo Revell (25/1/1910 - 8/11/1964)

ARQUITETURA registra, com pesar, o falecimento do arquiteto finlandês Viljo Revell, ocorrido em fins do ano passado.

Revell nasceu em Vaasa, Finlândia, em 1910 e fêz o curso de Arquitetura na época em que se iniciava, na Finlândia, o florescimento do Funcionalismo. Enquanto estudante, **VR**, trabalhou como assistente de Alvar Aalto tendo terminado seu curso em 1937.

Antes de se formar Revell construiu, em colaboração com Kokko e Rihimäki, uma loja que ficou conhecida como o "Palácio de Vidro". Trata-se de uma arrojada obra de Arquitetura moderna, no cenário bastante conservador da Cidade de Helsinque, na época.

O texto escrito por Kiösti Alander sôbre Viljo Revell, para a Encyclopedia of Modern Architecture", informa que ao escolher o tema do trabalho que lhe valeria o diploma real: um prédio para uma pequena indústria. Revell "abordou o problema dentro da rigorosa lógica própria dos racionalistas."

"Sua visão das soluções práticas, sua propensão para o pensamento sistemático e seu talento para a organização, levaram-no à direção do Departamento de Reconstrução, fundado durante a guerra pela Associação Finlandesa de Arquitetos. Mais tarde, êle assumiu a presidência do Comitê Finlandês de Normas e Padrões".

Prosseguindo, o verbete sôbre Revell da Encyclopedia of Modern Architecture, assinala que "o primeiro projeto importante de **VR** foi o de um edifício de escritórios, com instalações hoteleiras, em Helsinque. (1952, em colaboração com Keijo Petäjä.)

"Entrementes, seu escritório havia se tornado numa espécie de centro do nôvo Racionalismo da Finlândia, contribuindo para a formação de muitos arquitetos, que viriam constituir, mais tarde, a nova geração. Na preparação de seus assistentes, Revell limitava-se, apenas, a dar-lhes uma orientação crítica, permitindo-lhes ampla liberdade no trabalho. O considerável número de projetos premiados em concursos e as obras construídas são o resultado evidente do trabalho desta equipe, constantemente rejuvenescida (Escola Primária de Meilahti, 1953, juntamente com Osmo Sipari; Conjunto Experimental em Tapiola; várias residências de luxo; prédios de apartamentos)".

A clareza em planta, o exterior de linhas simples mas de grande eficiência e validez, e a precisão do planejamento da Indústria Têxtil de Kudeneule, em Hanko (1955) são imediatamente perceptíveis. Revell não enfatiza a repetição de elementos secundários, apresenta, pelo contrário, uma temática formal unificada. Prefere trabalhar com grandes estruturas e amplos vãos, tendência esta visível, igualmente, em alguns projetos seus não executados (Conjunto Residencial de Sininen Nauha, Helsinque 1954; Tasa, planejamento para Tampere, 1953). Êstes trabalhos, patenteiam as idéias básicas de Revell — grandes espaços desimpedidos, tendo por limitação única, o horizonte."

Revell foi o vencedor, juntamente com Castrem, Lundsten e Valjus, do concurso internacional para Prefeitura de Toronto. Referindo-se a esta obra, K. Alander diz que o projeto nasceu da intenção de evidenciar o significado do prédio público, dando-lhe uma forma capaz de o diferenciar dos arranha-céus comerciais circunvizinhos. "Êste projeto é, simultâneamente, a expressão da busca de formas livres, própria de Revell e que caracteriza os trabalhos de outros racionalistas, no final da década de 50".

A maneira de trabalhar de Revell é marcada pelo sentido das amplas generalizações, pela tendência internacional e pelos aspectos industriais da Arquitetura. Esta maneira, conforme observa Kiösti Alander, "contrasta com a de outros arquitetos finlandeses, que dão preferência a uma forma de projetar pessoal, na qual utilizam uma escala menos ampla e um estilo que, com freqüência, tende a falsear os aspectos técnicos".

Kiösti Alander, conclui afirmando que, os contrastes conduzem ao desenvolvimento, razão por que a influência de Viljo Revell tem se mostrado muito proveitosa.

Obras mais importantes de Viljo Revell — Prefeitura de Toronto (1958-, Capela Funerária de Vatiala (1958-1961), Arsenal da Guarda de Helsinque (1956-1962), Quarteirão Central de Vaasa (1958-1962), Banco em Turku (1960-1963), Banco em Lahti (1962-1964).

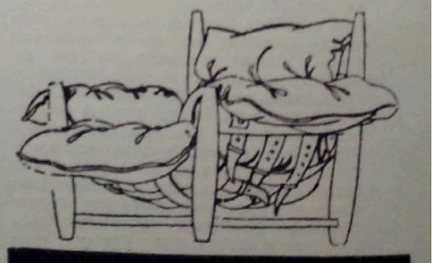
Obras inacabadas — além da Prefeitura de Toronto, Revell deixou por terminar as seguintes obras: Centro Cívico de Helsinque, Habitações em Vuosaari, Estação Ferroviária de Seinäjoki e Igreja em Oulunkylä.

oca

PARTICIPA A INAUGURAÇÃO DE SUA FILIAL PAULISTANA E CONVIDA PARA VISITAR A EXPOSIÇÃO DE MOVEIS DA LINHA **oca**
RUA AUGUSTA, 1058

oca

RUA JANGADEIROS, 14-C - RIO



Delos — Atenas 1964

Durante o Segundo Simpósio de Delos, em 1964, foi aprovada a seguinte declaração:

1 — Experiência recente das Nações Unidas provou que:

a) Não foi iniciada ainda a ação adequada no campo do **habitat** humano ou quanto menos, a atividade neste setor não está na escala do esfôrço desenvolvido em outros domínios.

b) Isto deve-se ao fato de não ser o **habitat** humano considerado como um domínio de atividade independente; a ausência de um organismo especial das Nações Unidas; e, finalmente, a uma distribuição não apropriada dos fundos disponíveis.

2 — Inúmeros países têm tentado, ùltimamente, adotar medidas para que êste campo seja considerado independentemente. Êsses esforços todavia não têm dado os resultados esperados.

3 — Acreditamos que uma resolução do Simpósio de Delos a êsse respeito deva ser submetido às Nações e aos Estados membros, reiteirando os esforços feitos até hoje.

4 — Assim sendo, o Simpósio recomenda a seguinte resolução:

a) Que o **habitat** humano seja considerado, nas Nações Unidas, como um campo de ação separado, a exemplo de inúmeros países que mantêm organismos como Ministérios para Habitação, para o Planejamento Urbano etc.

b) Que medidas administrativas apropriadas sejam tomadas, no quadro das Nações Unidas, para avaliar as necessidades dêsse nôvo setor.

c) Que êste setor receba das Nações Unidas uma justa parte de seu orçamento e que se procure um financiamento suplementar em escala mais adequada para atender a crise que atravessam os centros urbanos.

Esta solução foi adotada por A. Olumide Craiz, Constatino Doxiadis e Sir Robert Matthew.

Em 1963, dia 12 de julho, personalidades, representativas de diversas disciplinas científicas, de países de sistemas políticos e de grupos culturais diferentes, reunidas em Delos, Grécia, afirmaram e declamaram:

1 — A cidade, no curso da História da Humanidade, foi o bêrço da civilização e do progresso. Hoje, como tôdas as outras instituições humanas, ela está fortemente envolvida pela mais profunda e importante revolução que a Humanidade já conheceu

2 — Esta revolução se fêz sob o signo de transformações dinâmicas. Nos próximos quarenta anos, a população terrestre atingirá a cifra de setenta bilhões. A ciência e a técnica determinam cada vez mais a maneira humana de viver. O comportamento social do homem se modificou profundamente à medida em que elas progrediram. Estas transformações se manifestam em todos os domínios como um perigo, contrabalançado pela crescente perspectiva de progresso. O homem, ao utilizar a energia atômica, poderá reduzir todo o **habitat** humano a ruínas semelhantes às de Hiroxima; mas pode, também, obter as fontes energéticas capazes de satisfazer tôdas as necessidades humanas. A população mundial pode ultrapassar os limites determinadas pela sua capacidade de produção de alimentos. Para acompanhar o ritmo do incremento das necessidades, a produção atual de alimentos deverá ser triplicada até o ano 2.000. E, entretanto, pela primeira vez possuímos os meios de assegurar uma nutrição suficiente a todos.

3 — Êstes paradoxos são largamente sentidos. O que não se percebeu ainda é que a incapacidade de adaptar as aglomerações humanas à dinâmica transformações em curso, poderá se manifestar, em futuro muito próximo, como o perigo mais grave, depois da guerra, para o destino de ser humano; perigo maior que a doença a fome.

4 — O traço universal desta revolução de escala mundial é o movimento acelerado e incessante da população em direção às áreas urbanas. Enquanto a produção total do Planêta cresce à razão de 2% ao ano, o aumento da população urbana excede de 4% No curso dos próximos quarenta anos, as construções urbanas ultrapassarão a totalidades das construções já realizadas durante tôda a História. É evidente que os projetos de desenvolvimento urbano inadequados são a causa de uma dissipação indesculpável. A ausência de qualquer previsão conduz as cidades ao caos, ameaça a ordem cívica e provoca a destruição de várias e preciosas tradições históricas. A necessidade de uma planificação racional e dinâmica das aglomerações humanas, no presente, como em futuro próximo, é inerente a situação atual das cidades.

5 — O homem pode enfrentar esta nova crise. Existem recursos suficientes para levar êste empreendimento a bom têrmo. A técnica moderna permite a mobilização de meios materiais numa escala inteiramente nova. Os países desenvolvidos despendem, anualmente, 150 bilhões de dólares em armamentos, e, apesar disto as rendas nacionais crescem. Bilhões de dólares são gastos anualmente nos serviços de previdência social, tornados necessários, em parte, pelas deficiências da vida urbana. Quando se toma consciência de um problema, os recursos necessários à sua solução podem ser encontrados. É verdade que êstes recursos não estão uniformemente ao alcance de todos. Algumas sociedades continuam privadas de meios de ação. Mas isto não representa em absoluto, um obstáculo intransponível; estas mesmas sociedades para eliminar sua pobreza, e promover sua modernização, poderão dispor de ajuda a longo prazo, vinda de regiões tecnològicamente desenvolvidas.

6 — As linhas mestras da política a seguir são, elas também, mais claras do que nunca, em razão, de uma certa forma, do progresso obtido pelos estudos sistemáticos do comportamento humano. Criar aglomerações humanas capazes de satisfazer o homem, não só como pai e trabalhador, mas como intelectual, artista e cidadão, deve ser a finalidade desta política. A participação ativa do indivíduo é essencial à formação de seu ambiente. Deve-se fazer uso, de forma criadora, das possibilidades ainda imprevisíveis da técnica em desenvolvimento. A planificação deve, ela mesma, assegurar-se de que estas possibilidades não serão excluídas por uma conceituação estática das aglomerações humanas. É preciso, acima de tudo, que o cidadão se sinta à vontade em seu meio cultural e aberto à cultura de outros.

7 — Quanto cogitamos da aplicação dêstes princípios aos problemas de planejamento urbano, sentimos a necessidade de empreender reformas a longo curso e de revigorar instituições e processos existentes. O sistema de ensino, em todos os graus, não desenvolve atualmente atividade bastante para enfrentar os novos problemas do **habitat** humano, ou para examinar as possibilidades de os resolver, através de uma planificação racional. A aplicação das ciências fundamentais em proveito da prosperidade humana é considerada nas universidades de forma fragmentária. Elas se ocupam de uma única face do homem: sua saúde, alimentação, sua educação, etc., e nunca do homem como um todo, do homem em sua comunidade. Consequentemente, afirmamos, da maneira mais veemente, nossa convicção de que, em qualquer ação, dentro das organizações que tratam em escala nacional ou internacional dêstes problemas, nas instituições de ensino superior, públicas ou privadas, nossa sociedade necessita de: a) instituir nova disciplina científica, com características próprias: a das aglomerações humanas; b) instituir pesquisas relativas do mais amplo alcance; c) reunir especialistas de disciplinas científicas afins, e fazê-los trabalhar em conjunto, em projetos concernentes a êste domínio; d) elaborar novos métodos para formação de pessoas capazes de assumir a direção e as responsabilidades na esfera da ação; e) atrair à êste nôvo domínio da pesquisa, do desenvolvimento e da aplicação prática, os espíritos jovens e bem dotados.

8 — Vimos de países diversos, e pertencemos a unidades culturais diferentes. Nossas convicções políticas não se assemelham e exercemos profissões diferentes. Mas, cremos que o problema das aglomerações urbanas é um problema geral e fundamental em nosso mundo nôvo e dinâmico, e que sua consideração e seu estudo devem, como é o caso de tôdas as disciplinas científicas, estar acima de nossas desavenças particulares. Estamos convencidos de que a aplicação prática de uma ação em setores vitais como o da utilização da terra, da implantação dos investimentos ou da planificação além do futuro imediato, será determinada pela política e pelas necessidades de cada país; e, como cidadãos, nos comprometemos a tentar incluir êstes problemas nos debates políticos de nossas respectivas sociedades. Não estamos divididos entretanto quanto a um ponto e o afirmamos com tôda a veemência: somos cidadãos de uma comunidade mundial que está ameaçada por sua vertiginosa expansão e o nosso interêsse, o nosso compromisso relacionam-se com a sorte mesma do ser humano.

Entre outros, assinaram o documento os seguinte arquitetos:

Charles Abrams (USA), Edmund N. Bacon (USA), Stewart Bates (Canadá), Pedro Bidagor Lasart (Espanha), C.S. Chandasekhara (India), Jacob L. Crane (USA), Richard Llewellyn Davies (Inglaterra), C.A. Doxiadis (Grecia), S. Giedion (Suiça), J. Gorrynski (Polonia), M.S. Makiya (Iraque), Sir Robert Matthews (Inglaterra), Waclaw Ostrowski (Polônia), Carl Scheweyer (Alemanha).

Diálogo

● Na qualidade de arquiteto peruano formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, e diante do interêsse que tenho por tudo que fôr Arquitetura brasileira, dirijo-me a V.S.ª para consultar sôbre a possibilidade de me remeter todos os números publicados e por circular da prestigiosa e conceituada revista ARQUITETURA, órgão do IAB; (...) Aproveito a oportunidades, para felicitar todos os colaboradores da Revista, pelo enfoque imparcial e corajoso de seus artigos.

Arq. Jorge Nakamura Asano
Tomás Guido, 420 — Lince
Lima — Peru

Os números atrasados estão quase todos esgotados, mas, daqui por diante V. passará a receber em Lima a revista ARQUITETURA.

● Tendo chegado inesperadamente às minhas mãos um número da revista ARQUITETURA e depois de lê-la e haver constatado o formidável que é, venho através da presente a presença de V.S.ª a fim de solicitar a especial gentileza de incluirem-me como assinante da mesma, pois, de acôrdo com o publicado nesse número, a revista é oferecida gratuitamente aos senhores arquitetos.

Esclareço que sou arquiteto há cêrca de 18 anos, tendo trabalhado durante êsse tempo no Uruguai. Sou uruguaio de nascimento e faz sòmente dois meses que me encontro no Brasil, onde pretendo iniciar uma nova vida no setor de construções.

Walter R. Ramirez Galmés
Rua Francisco Marengo, 381
São Paulo, 7 — Capital

Realmente, ARQUITETURA é distribuida gratuitamente a todos arquitetos, mas, sob uma condição — serem sócios do Instituto de Arquitetos do Brasil. Assim, prezado colega Walter Ramirez, procure o IAB-SP, associe-se a êle e passará a receber mensalmente ARQUITETURA.

● Gostaria imensamente de completar minha coleção de ARQUITETURA, com os números 10 a 16 e 21 em diante. Faço parte do corpo técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas e estou interessado em assuntos correlatos com a habitação popular. Assim, caso lhe seja possível ofertar-me elementos neste sentido, muito lhe agradeceria. Já estive em São Paulo, no Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, onde consegui alguns folhetos e publicações. Pretendo fazer um estudo sôbre o assunto e apresentá-lo ao Secretário de Estado a que estou subordinado.

Arq.º Márciu Dagoberto Dutra Polenghi
Rua Mal. Floriano Peixoto, 478
Curitiba — Pr.

Os números posteriores ao 21, V. já deve ter recebido. Quanto aos atrasados, faremos o possível para atendê-lo uma vez que estão quase todos esgotados. Se fôr do seu interêsse, terminado o seu estudo sôbre habitação gostaríamos de conhecê-lo e se possível publicá-lo.

● Vimos a presença de V.S.ª em nome da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba — URBS, solicitar seja remetida regularmente a esta emprêsa a revista ARQUITETURA, editada, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, publicação que, pela atualidade e importância dos assuntos que aborda, tornou-se leitura obrigatória de todos aquêles que, de uma forma ou de outra, estão ligados à Arquitetura e ao Urbanismo.

Cleon Ricardo dos Santos
Setor de Relações Públicas da URBS
Rua Barão do Rio Branco, 63, 20.º andar
Curitiba — PR.

● Primeiramente quero fazer um elogio à revista ARQUITETURA, muito admirada pelos estudantes de nossa Faculdade e de elevada importância para todos nós. Desejaria, se possível, a assinatura e principalmente o n.º 9 de sua coleção.

Luiz Osório Amorim de Carvalho
Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, Salvador — BA

O seu pedido já foi atendido.

● Já tendo conhecimento da revista ARQUITETURA e sendo ligado a um setor, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com sede em Minas Gerais venho solicitar o envio da aludida publicação. Ao fazer a presente solicitação, faça-o no sentido de melhor conhecimento de um assunto tão ligado à atividade de um funcionário especializado. A publicação é, de fato, uma ótima fonte de ensinamento.

João Batista de Magalhães Gomes
Conservador do D. P. H. A. N. 3.º Distrito
Rua Alvares Maciel, 362
Belo Horizonte — MG

Agradecemos as elogiosas referências a ARQUITETURA. Outra não tem sido nossa intenção: fazer uma publicação útil. Informamos ainda que registramos o seu endereço para futuro recebimento de ARQUITETURA.

● Peço, se possível, o envio dos números atrasados posteriores ao número 16. Para mim ARQUITETURA constitui fator de pesquisa séria em têrmos reais da problemática da profissão.

Arq.º José Carlos Laender de Castro
Rua Rio Doce, 63
Belo Horizonte — Minas Gerais

A dificuldade maior, José Carlos, é conseguir números atrasados, veremos, no entanto, o que poderemos fazer para ajudá-lo.

● Gostaria de receber habitualmente, em meu nome, a revista ARQUITETURA. Sou arquiteto, diplomado em 1959 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, São Paulo e registrado no C.R.E.A. — 6.ª Região, sob n.º 11.553.

Arq.º Jair R. Peixoto Laguna
São Paulo, 8 SP.
Rua Cel. Oscar Porto, 78 apt 1.

ARQUITETURA é distribuida gratuitamente aos arquitetos de todo o Brasil, sob uma única condição — ser membro do Instituto de Arquitetos do Brasil. Associe-se ao IAB-SP e receberá mensalmente a revista que é órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.

É preciso recuperar Alcântara

Arq.º Maurício Nogueira Batista

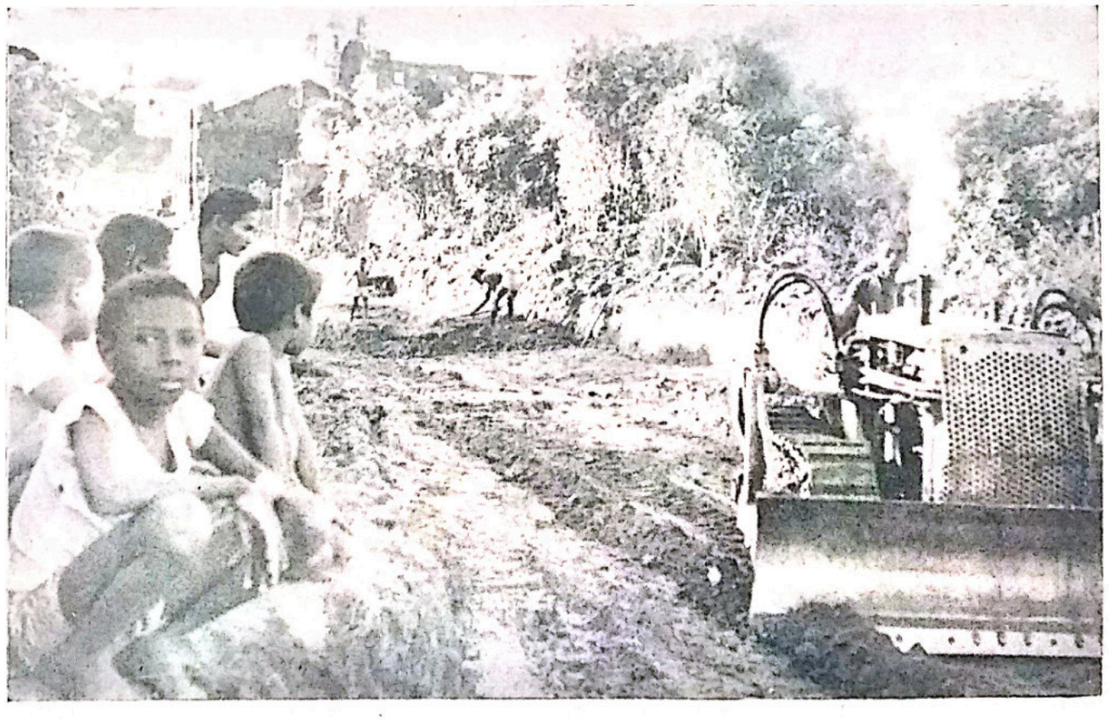
ARQUITETURA recebeu há pouco tempo um apêlo do arquiteto Antônio Pedro Alcântara, que está no Maranhão tentando realizar uma tarefa fabulosa — recuperar uma cidade dada como morta. Antônio Pedro pede ajuda para salvar Alcântara.

A idéia de Antônio Pedro é a de que é viável a implantação de um plano para a recuperação da cidade. A ampla perspectiva que se abre com o atual desenvolvimento do Maranhão e as repercussões regionais e locais dêsse desenvolvimento, possibilitaram o estabelecimento de um plano de recuperação, a curto prazo, do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara, monumento histórico e artístico nacional.

A verdade é que cuidamos muito pouco do patrimônio cultural que temos. No entanto, os testemunhos deixados pelas gerações que nos antecederam são uma das coisas de valor dêste país. Êles deveriam merecer, de nossa parte, um carinhoso cuidado e respeito, em vez da indiferença geral que lhes votamos. O Departamento Histórico e Artístico Nacional é um órgão público da maior importância, mas pouco pode fazer, dentro das minguadas verbas que recebe, para zelar efetivamente pelo imenso acervo cultural que anda por aí largado e disperso.

Já é tempo de se empreender uma atuação mais positiva no campo da preservação e conservação do patrimônio artístico nacional. A mobilização de entidades culturais e de outras, de pessoas, sem falar da indispensável intensificação da ação do Poder Público, no sentido de se criar uma mentalidade capaz de proporcionar condições favoráveis à salvaguarda dos monumentos arquitetônicos nacionais é, sem dúvida alguma, um imperativo inadiável. Nós que somos tão afeitos a seguir exemplos estrangeiros em outros domínios, bem que poderíamos nos dispensar da prova de originalidade neste. Basta ver o que significa a utilização do acervo cultural, como fonte de divisas, nos países europeus — Itália, França, Holanda e Grécia, por exemplo.

Não nos podemos furtar ao apêlo do arquiteto Antônio Pedro. A luta que êle empreende objetiva e concretamente em Alcântara, é também nossa. Nas páginas de ARQUITETURA, inúmeras vêzes abordamos e debatemos os problemas relativos à preservação dos monumentos arquitetônicos do passado. A divulgação, agora, do trabalho elaborado pelo arquiteto Antônio Pedro Alcântara é de per si, uma contribuição valiosíssima para a formação da consciência a que nos referimos. Por outro lado, a concretização do plano com sucesso trará profícuas repercussões no tratamento de outras cidades e locais em semelhantes condições.



Objetivos do plano

O plano para recuperação de Alcântara tem por objetivos fundamentais: "a) *sustar* o prolongado processo de marginalização da cidade, a tempo de impedir a completa destruição do seu rico acervo cultural e artístico; b) *dinamizar* êsse acervo de modo a integrá-lo no movimento cultural do Maranhão; c) *utilizar* êsse processo de dinamização como instrumento de melhoria das condições de vida da população; d) *recuperar* os principais monumentos arquitetônicos e o primitivo traçado urbano da cidade, prevendo sua possível expansão; e) *adaptar* os programas das unidades arquitetônicas e a atual estrutura urbana às necessidades de uma sociedade moderna, mediante um adequado plano de obras".

Outros aspectos aconselhariam a implantação de medidas de planejamento para a área de Alcântara. A situação sócio-econômica do Maranhão tem "como fator determinante a enorme expansão do território econômico do Estado, com o ascenso da lavoura de subsistência e apreciável saldo nas relações comerciais com o resto do País e o Exterior e os primeiros sintomas de uma economia em processo de industrialização". Por outro lado, as medidas e planos que visam estimular e coordenar os elementos dinâmicos da economia maranhense objetivam, simultâneamente, a plena reintegração da Capital e sua região, na função histórica de centro econômico do Estado". Êste fato deverá determinar enorme expansão do complexo urbano da capital maranhense e a conseqüente absorção das áreas que lhe são vizinhas, entre elas, Alcântara.

Entre os fatôres sócio-culturais que deverão atuar nesse processo de absorção APA destaca os seguintes:

"1) Existe em torno de Alcântara uma verdadeira mística popular: é comum que se refiram a ela com a "antiga capital" e que cantem a sua passada grandeza, sempre envôlta em lendas de misteriosos tesouros. É assim que se reflete na consciência popular o preponderante papel exercido no passado por Alcântara na vida econômica e social do Estado.

2) A cidade é também um centro romeiro de importância, se bem que em processo de franca decadência. São famosas, em tôda a região, as festividades do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Livramento".

O arquiteto Antônio Pedro Alcântara salienta ainda que "um ligeiro exame do desenvolvimento histórico da região permite constatar que São Luís e Alcântara, dois centros urbanos situados dentro de um mesmo complexo geoeconômico, por fôrça da ação comum de fatôres sócio-econômicos e devido à proximidade geográfica, tendiam a uma conubarção, só impedida pela ação de fatôres que se encontram em rápido processo de superação. Observa-se, atualmente, os primeiros e incipientes sintomas e uma verdadeira retomada dêsse processo histórico". Concluindo seu raciocínio, APA afirma que o plano visa, em última análise, "acelerar êsse processo espontâneo de absorção, disciplinando e determinando, dentro do possível, os têrmos em que êle deverá se desencadear".

A Região — Formação e Linhas Gerais do Desenvolvimento de seus Centros Urbanos

A região onde se localiza Ancântara está situada na chamada zona do litoral norte do Estado do Maranhão. Foi aí que desembarcaram os primeiros europeus — corsários ou colonizadores — e aí se definiu a principal direção das correntes colonizadoras, em demanda das férteis terras dos vales dos Rios Pindaré, Mearim e Itapecuru. Nesta região, em 1612, os franceses que tentavam instalar-se no Brasil, fundaram a cidade de São Luís.

São Luís e Alcântara, cidades vizinhas, situadas às margens da Baía de São Marcos, constituíram os dois núcleos urbanos que empolgaram a vida econômica, social e política da região por um largo período, que vai do início da colonização (século XVII) até os fins do século XIX.

São Luís, apoiada na existência de uma rêde natural de vias de transporte, representada pela extensa bacia fluvial, firmou-se, do último quartel do século XVIII até o início do presente século, como centro abastecedor e exportador da região que corresponde ao interior do Estado, ao norte de Goiás e a apreciável parte do território piauiense. Esta excepcional situação levou a cidade a se transformar no empório comercial de todo o extremo norte do país.

Alcântara foi a sede da Capitania do Cumã, vasta região que abrangia as mais ricas terras do então Estado do Maranhão e Grão-Pará.

No século XVIII, quando a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará conseguiu extraordinário sucesso, a Capitania do Cumã tornou-se o celeiro da região. Dezenas de engenhos, dezenas de salinas, onde trabalhavam milhares de escravos, permitiram o desenvolvimento de uma requintada sociedade, escravocrata, de raízes e educação européias, que dominou a vida social e política do Maranhão, durante quase todo o século XIX. A Cidade de Alcântara servia de estância, na estação chuvosa, aos fazendeiros. Ali êles assistiam as festas religiosas e dali se transportavam para São Luís. É curioso observar que apesar de sua importância, — Pedro Geiger assinala, a propósito, que Alcântara desempenhou o mesmo papel que Olinda em relação ao Recife: "enquanto São Luís era o pôrto comercial, dominado pela classe dos negociantes portuguêses, Alcântara era a residência da aristocracia rural, em vistosos casarões". — Alcântara sempre dependeu do equipamento social de São Luís, a ponto de não possuir, sequer, imprensa própria.

Decadência

Profundas transformações estruturais na economia, na sociedade e na orientação política do país, e, mais tarde, no sistema de transporte, determinaram a decadência das duas cidades.

A abolição da escravatura determinou a queda da produção e conseqüentemente a desvalorização da terra. O comércio com a Inglaterra, iniciado com a vinda da Côrte para o Brasil e que conduzira ao apogeu a prosperidade alcançada com as operações da Companhia do Maranhão e Grão-Pará, retraiu-se totalmente com a proclamação da República.

O assoreamento do pôrto, o colapso da navegação de cabotagem, o desenvolvimento da navegação no Tocantins, com a introdução de mais eficientes embarcações, atraiu para Belém parte do comércio das regiões vizinhas ao Maranhão e norte de Goiás. Paralelamente, o comércio piauiense, a medida que se vinculava diretamente aos grandes centros do sul do País e mesmo do Exterior, foi tomando ao Maranhão as áreas ribeirinhas do Parnaíba, as quais passou a abastecer.

Estas linhas de decadência foram se acentuando até chegar ao período mais recente das grandes construções rodoviárias, que modificaram, ràpidamente, o arcabouço dos transportes maranhenses. As rodovias deslocaram o eixo econômico do Estado para o interior, ameaçando transformar São Luís numa cidade marginal.

As conseqüências dêsses fenômenos, em relação a Alcântara, tiveram repercussões mais graves. Enquanto São Luís, como centro exportador da Província, continuava a viver uma época de prosperidade, a decadência de Alcântara se acentuava. A introdução da navegação a vapor, facilitando o transporte para o vale dos rios, determinou a interiorização das zonas de plantio. O incremento da produção açucareira e salineira nos estados nordestinos e, sobretudo, a abolição da escravatura, golpearam rudemente o velho município, marginalizando completamente sua sede, a Cidade de Alcântara.

As condições climáticas de Alcântara, favoráveis ao veraneio e suas festas religiosas faziam, no entanto com que ela continuasse a ser procurada. A precariedade de meios de comunicação com São Luís, entretanto, levou ao abandono quase total da cidade. O estabelecimento, há vinte anos atrás, do Presídio Estadual em Alcântara representou o golpe de misericórdia.

Perspectivas

O Estado do Maranhão atravessa um surto de desenvolvimento e expansão econômica apreciáveis. Sua renda territorial tem avançado significativamente (5,4% entre 1948 - 1955). Na formação dessa taxa contribuiu com pêso decisivo o setor primário, cujo crescimento operou-se a uma média de 10,6% ao ano. O fator do dinamismo do setor primário reside no incremento das atividades agrícolas e nestas, com maior fôrça, na orizicultura. "Esta fase de ascenso da lavoura maranhense caracteriza-se pela considerável expansão do território econômico do Estado que passou de 3 milhões para 9,5 milhões de hectares, sòmente no período de 1940 1950 (no Brasil, o acrescimo da área global não chegou a alcançar 20%), e no caráter exportador de recursos da economia estadual, refletida no saldo de suas relações comerciais com o resto do País e com o Exterior".

Da análise de surto de desenvolvimento que se opera no Estado, o arquiteto Antônio Pedro Alcântara pôde distinguir prenúncios de modificação estrutural da economia maranhense: "A atividade agrícola em progresso poderá favorecer o processo de capitalização da economia e, em certa escala, as poupanças formadas na lavoura poderão ser retidas e aplicadas dentro das fronteiras econômicas do Estado. Com tôdas as limitações exigidas, talvez se possa divisar nos fenômenos apontados um sintoma de transição semelhante ao que se observa nas economias em processo de industrialização".

Alcântara e a Expansão do Complexo Urbano da Capital Maranhense

Os planos em andamento ou programados que visam estimular e coordenar os elementos da economia maranhense, assegurando um melhor nível de circulação de suas riquezas e de atendimento de suas necessidades, informa o arquiteto Antônio Pedro, devem objetivar igualmente a plena reintegração de São Luís em sua função histórica de centro econômico do Estado.

Esta reintegração, prossegue APA, se apóia, fundamentalmente na construção de um moderno pôrto e na pavimentação de rodovias estratégicas que dela demandam às zonas pioneiras do Pindaré-Mirim, em franca expansão econômica, e produzirá sensíveis modificações do ritmo e no sentido geral do desenvolvimento.

Desobstrução das ruínas do quartel do Forte de São Sebastião. O forte é dos meados do século XVIII.



Desobstrução da Rua da Amargura. Ao fundo vê-se o "Passo do Encontro" (da procissão da Semana Santa).



Restauração dos muros de pedra e cal junto a igreja e convento do Carmo.

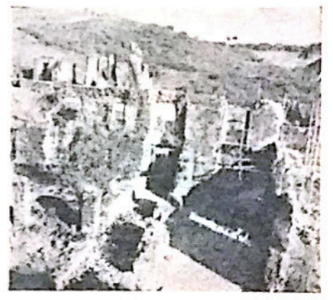


Fragmento da portada. Deve pertencer, provàvelmente, ao Colégio dos Jesuítas. A peça foi encontrada quando as escavações estavam já a 2 metros de profundidade.

Passo do Encontro, já restaurado.



Ruinas do Convento do Carmo (sec. XVII)





Tais modificações, o que tudo indica, provocarão o remanejamento da atual estrutura urbana de São Luís, tendendo à criar zonas melhor definidas quanto à função urbana e que se traduzirão, fisicamente, na concentração de edificações em certas áreas, na rápida deterioração de outras, segundo as novas linhas de interêsse a serem criadas. A influência da cidade se ampliará e se reforçará, visivelmente, sôbre as áreas circunvizinhas, tornando necessário o atendimento das novas e crescentes necessidades surgidas com o crescimento e a elevação do nível de vida da população. A integração dessas áreas, afirma o arquiteto Antônio Pedro, ao complexo urbano da capital maranhense, parece-nos inevitável.

"Alcântara, particularmente, encontra-se em situação privilegiada dentro dessa área de influência de São Luís. Separada dela apenas pela Baía de São Marcos, Alcântara possui características tão singulares, quer do ponto de vista paisagístico, quer do ponto de vista cultural e artístico, que se constituirá numa das principais peças do equipamento social daquela capital e mesmo de todo o Estado".

"Um plano de recuperação de Alcântara", conclui o arquiteto Antônio Pedro, "assim concebido, integrar-se-ia, perfeitamente, numa planificação regional mais ampla que visasse disciplinar e orientar o crescimento de São Luís. Além do mais, a situação da cidade-museu, plenamente integrada no movimento social e cultural da região, viria a permitir que não só a coletividade maranhense, mas a de todos os estados brasileiros, entrasse em contato vivo com um dos monumentos mais expressivos do passado nacional".

O Plano de Recuperação de Alcântara e sua Organização

O plano elaborado pelo arquiteto Antônio Pedro de Alcântara prevê a transformação da Cidade de Alcântara num *Centro de Cultura e Lazer* do Estado do Maranhão, principalmente de sua capital, mediante um adequado programa de obras e um cuidadoso trabalho de organização e promoção. Para conseguir êste intento, propõe o arquiteto, a dinamização e a integração no movimento cultural do Estado, do acervo histórico, cultural e artístico ali existente; estimular o artesanato local, melhorar as condições de habitabilidade e criar serviços remunerados capazes de beneficiarem a população; e, finalmente, em etapa posterior, aumentar a arrecadação municipal através de taxas sôbre as atividades a serem implementadas.

Transcrevemos a seguir o esquema de organização elaborado, e que inclui medidas tendentes a criar uma série de "centros de interêsses de caráter cultural, artístico, desportivo, recreativo e de curiosidades que venham a servir de atrativo e possam garantir um permanente afluxo de visitantes à cidade.

No plano cultural e artístico: 1) Organizar visitas à cidade e seus monumentos. Providências necessárias: instalar uma agência do Departamento de Turismo e Promoções do Estado; colocar junto a cada monumento elementos de identificação; elaborar um guia da cidade; as visitas devem ser estendidas aos arredores da cidade. Locais como o Sítio Nazaré, devem ser preparados para êste fim. 2) Organizar o Museu da Cidade, prevendo-se um possível desdobramento em Museu Sacro, Museu do Negro, e Museu de Arquitetura. Providências: escolha de locais, levantamento seleção e tombamento do material existente; consulta a colecionadores para obter peças originais de Alcântara. 3) Criar um local para espetáculos ao ar livre, com o aproveitamento, de possível ruínas do Convento do Carmo. Providências: preparação do local, seleção dos grupos de representantes que participarão dos espetáculos seleção de repertório e preparação de um calendário anual. 4) Estimular as tradicionais festas religiosas como as do Divino Espírito Santo, de N. S. do Livramento e de São Benedito de forma a que readiquiram o antigo esplendor. 5) Estimular a confecção e a comercialização das rendas e outros produtos artesanais. Uma cooperativa deve ser criada com esta finalidade.

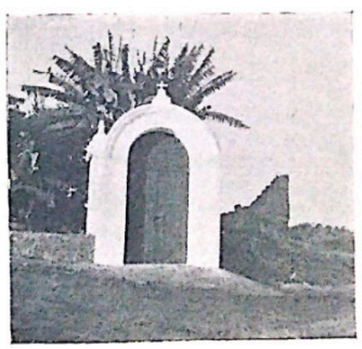
No campo desportivo, recreativo e de curiosidade estão incluídos jogos, praias, excursões, pesca e caça. Para tanto está prevista uma série de providências que vão desde a limpeza das praias à construção de embarcadouros, a preparação de locais para diversas atividades e organização de serviços que serão colocados a disposição dos visitantes.

No tocante à estada e a transportes e comunicações foram pensadas medidas destinadas a alojar convenientemente os visitantes, mediante a adaptação de um sobrado como pousada. A hipótese de os moradores também hóspedarem visitantes, foi igualmente prevista. Quanto ao transporte, um detalhe torna-o de mais difícil solução. Existe uma verdadeira prevenção popular contra a travessia da Baía de São Marcos. Foram previstas medidas destinadas a assegurar a travessia da baía, com barcos a motor e a vela, bem como a possibilidade de se incrementar o uso de taxi-aéreo.

Um esquema de planejamento publicitário encerra o programa de medidas previstas pelo arquiteto Antônio Pedro para a recuperação da cidade de Ancântara.

O plano de recuperação de Alcântara, do qual procuramos dar nesta reportagem uma rápida visão está sendo executado mediante convênio entre o Govêrno do Estado e o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

"Passo de Santa Quitéria" já restaurado. Ao fundo as ruínas da igreja de mesmo nome.



Brasília

Solos - clima - vegetação

Cláudio Cecil Poland



Belo exemplar de sucupira-branca (Bowdichia sp.) vendo-se ao fundo o "Cerrado", vegetação caracteristica da região.

Os 5.000 km2 que constituem a área da Capital Federal estão dentro da grande região denominada Planalto Central, situada entre o Rio São Francisco a leste, o Rio Grande (afluente do Paraná) ao sul e o Rio Araguaia a oeste e a Bacia do Paraná ao Sul.

Brasília está situada na parte sul de Goiás, entre as latitudes 15º 30, S e 17º 00', S, na Bacia do Paraná a 900 km do litoral. A topografia predominante é a de uma região horizontal, chata, notando-se claramente duas superfícies de erosão. Uma alta com cêrca de 1.000 a 1.100 metros, plana: são os "chapadões", divisores dos rios principais e outras menores, as chapadas **divisoras** dos riachos e **ribeirões**. Chapadas e chapadões são separados por vales largos, achatados, de altitudes entre 700 a 800 metros, constituindo o segundo nível do planalto. Nos chapadões e chapadas dominam as formas côncavas, tornando-os bem drenados, enquanto convexos são os vales com longas encostas que terminam nos talvegues dos rios e riachos, onde serpenteiam as matas ciliares. Resumindo, podemos dizer que geòlogicamente o planalto apresenta dois andares. O basalto constituído de rochas cristalinas e metamórficas (gnaisses, xistos) e ainda quartzitos, folhelhos, calcáreos, etc. Êste embasamento antigo e capeado por um manto de sedimentos, principalmente folhelhos e arenitos que se alternam em certas zonas com rochas vulcânicas intrusivas (Mato Grosso de Goiás, "trapp" do Triângulo Mineiro, etc.).

Os derrames destas rochas intrusivas dão os solos férteis da região, formando os arenitos, os solos pobres e ácidos que mal suportam uma vegetação rala.

A suposição dos geólogos de que a superfície dos chapadões e chapadas é uma velha peneplanície sobrelevada é confirmada pelo fato de ser coberta por acumulações superficiais como as camadas de cascalho e seixos, os depósitos de areia e concreções ferruginosas formando uma crosta laterítica denomina canga. Êstes depósitos são dádivas da natureza aos construtores de Brasília, fornecendo-lhes agregados de várias granulometrias para construções de vários tipos.

Ao tentarmos uma rápida noção dos solos da Capital, temos de falar em rocha matriz e intemperismo. O intemperismo, quer físico-químico ou biológico é o primeiro estágio na formação do solo. As condições extremas de elevada precipitação e estações sêcas prolongadas na área do retângulo, geram solos altamente intemperizados (lateríticos) e profundos, alcançando de 20 a 23 metros até chegarmos à rocha matriz também altamente intemperizada. Seis grandes grupos de solos podemos verificar na área, como: Lato solos húmicos, Lixo solos concrescionais, Gley húmicos, Solos turfosos, Lateritas hidromórficas e Litossolos. Creio que os Lato solos húmicos ocupam a maior porção da área. Grandes extensões que percorri até a Fazenda do Gama e do centro até a região do Bananal são ocupadas por êste grupo de solos. A estrada que liga Brasília à Formosa, ostenta em suas margens grandes extensões destes so-



Macherium villosum — Jacaranda-castanho, do cerrado.



Lixo solo concrecional — Espêssas camadas de cascalho lateritico e seixos, usada como agregado nas construções.

los cobertos por densos cerrados. Creio mesmo que dentro de Brasília estão situados os melhores tipos de Lato solos húmicos da região, dado o aspeto da vegetação que suporta. Densas formações de pequizeiros, de sucupiras, de faveiros, árvores tipicas do "cerrado", dão no entanto, impressão de uma formação florestal. Estes solos, embora altamente lixiviados, pobres em bases trocáveis e com alta acidez, são fáceis de trabalhar, dada a sua estrutura. Ensaios de correção e fertilização devem ser feitos a fim de verificar sua produtividade. Os calcáreos dolomiticos afloram em Formosa e são ótimas fontes de cálcio e magnésio para a correção destes solos.

Os Lixo solos concrescionais consistem em camadas espêssas e expostas de cascalhos lateriticos endurecidos e soltos, revestidos por delgada camada de terra — (em formação). Estes solos não devem ser revolvidos quando para fins agricolas, pois o cascalho ficaria na superficie. Adaptam-se à formação de florestas e pastagens que podem ser semeadas a lanço no inicio da estação chuvosa. Observei o capim-gordura (Melines) vegetando nestes solos na estrada do Bananal. Aos recursos fornecidos por êste grupo de solcs deve-se talvez a construção das estradas, aeroportos, etc., em Brasília. Os Gley húmicos e Turfosos, são solos hidromórficos, isto é, formados por certas condições de umidade. São encontrados nos talvegues dos rios e riachos e depressões alagáveis. Pretos, (quando úmidos) ácidos, mal-arejados porém ricos em matéria orgânica. Suportam uma vegetação nativa de gramineas fibrosas e buritis. São os responsáveis (quase sempre) pelas linhas de buritis que serpenteiam na região (palmeiras). São aproveitados na região para hortas, jardins, etc. Os gramados existentes no Palácio da Alvorada, Hotel, etc. repousam nestes solos, transportados das baixadas. Ótimos solos, após a correção, dada a sua alta acidez.

Clima

O clima do Planalto Central é denominado "continental", caracterizado pelos invernos de longa estiagem e verões de abundantes precipitações. É o clima das chamadas pastagens tropicais. A área onde está situado o Distrito Federal, tem altitudes que variam de 1.000 à 1.100 metros. A temperatura média no verão é de 22º centígrados e a máxima absoluta 35º C, média no inverno 19º, mínima absoluta 2º C. Como vemos as condições de temperatura e precipitações são muito uniformes em todo o Planalto Central, relacionadas talvez com sua topografia uniforme. A média das precipitações anuais dão 1.700 mm. No verão as massas de ar se deslocam para o sul e produzem fortes chuvas de outubro a março, no inverno se movem para o norte provocando a grande estação sêca que se estende de maio a setembro.

"Campo sujo" — Onde dominam as gramineas e arbustos isolados.



O clima é portanto classificado como "morno das regiões temperadas". Embora no verão tenhamos 1.700 mm de chuvas, possui o solo da região tal permeabilidade que a drenagem é rápida. As chapadas atuando como uma esponja, absorvem tôda a água superficial, que se acumula na camada impermeável formada pelo "red-rock" altamente intemperizado (laterizado) fornecendo gradativamente água aos rios que mantêm seu nivel, mesmo nas longas estiagens. As inúmeras fontes (ôlho-d'água) nas encostas das chapadas indicam o nível hidrostático e os grandes recursos de água subterrânea do cerrado.

Três fontes de suprimento de água de superfície foram observadas na área do retângulo: o Rio Paranoá, O Ribeirão Bananal e os Córregos Fundo e Torto. Pelos estudos realizados, a nova capital disporá de água para abastecer uma população de dois milhões de habitantes, com uma taxa diária de quinhentos litros "per capita". O Rio Paranoá fornece energia e água para formação do lago usando-se como bacia e depressão natural do terreno (3.º plano de erosão).

Aos olhos do observador atento, dois tipos fundamentais de vegetação nativa são encontradas na Planalto Central: **o campo** e a **mata**. O campo é subdividido em "campo limpo", "campo sujo", "campo cerrado". O "campo limpo" onde predominam as gramíneas, tem como vegetação dominante a "barba-de-bode" (Aristida palens). Sofre anualmente o batismo do fogo, pois como vegetação fibrosa, só tem aceitação pelo gado, na brotação. Indiscutivelmente, o solo condiciona sua formação. Solo arenoso, desprovido de bases trocáveis, alta percentagem de óxidos de alumínio e ferro o que indica forte tendência à laterização, acidez elevada, PH 4,5. Quando possui alguns arbustos é chamado "campo sujo" (o barbatimão, o caju-do-campo, etc.). O "campo cerrado" constituído de gramíneas e árvores espaçadas de dois à oito metros de altura, retorcidas, de casca grossa, protegida por uma camada de cortiça, fôlhas geralmente grandes e filosas. Multiplicação vegetativa dominante. Visto ao longe, tem-se a impressão de uma densa formação vegetal, que se desfaz à medida em que se aproxima. São espécies caracteristicas do "campo cerrado".

O barbatimão (Striphnodendrim barbatimão)

A lixeira (Curatela americana)

O pau-terra (Qualea grandiflora)

O pau-santo (Keelmeyera coriacea)

A peroba-do-campo (Aspidosperma sp), etc.

Aqui, também o solo condiciona a vegetação. Na área da Capital, os bons cerrados estão assentados sôbre os Latos solos húmicos, vermelhos, pardos, etc., com maior teor de matéria orgânica na superficie e melhores caracteristicas estruturais. Os "campos cerrados", ocupam, é bom notar, a têrça parte do revestimento florístico do Brasil. A mata é subdividida, pelos habitantes do Brasil Central em: mata de 1.º classe, mata de 2.ª classe ou mato sêco, e mata de 3.ª classe ou **cerradão**.

O valor económico destas matas é decrescente, pois muito bem observaram os fazendeiros da região, que esta classificação refere-se a uma verdadeira classificação de terras, quanto a sua composição e produtividade. As matas de 1.ª classe compactas, com três andares, árvores altas, troncos lisos cheios de lianas, ricas em jatobás (Hymenaea sp), perobas (Aspidosperna sp), cedros (cedrela), o tamboril (Enterolosium sp.), etc., estão assentados em solos férteis, ricos em húmus oriundos de rochas básicas (gabros-dioritcs) no Mato Grosso de Goiás e "trapp" do Triângulo Mineiro (diabásio-basalto). A mata de 2.ª classe ou mato sêco, é a floresta tipica dos espigões. Árvores mais finas, maior espaçamento em seu interior, permitindo pela intensidade luminosa, melhor formação de um sub-bosque. O angico (Piptadenia) e a garapa (Dealium) parecem as dominantes no mato sêco. Solo mais pobre em húmus, mais arenoso e sêco, menor riqueza mineral. Dizem os fazendeiros de Goiás que êste solo após a derrubada da mata não aguenta mais de quatro anos de cultura. O mato de 3.ª classe ou "cerradão" é mais alto e mais denso que o "cerrado", aqui as espécies do "cerrado" são mais altas, lisas e menos retorcidas. Há mais sombra no "cerradão" que no "cerrado". Solos arenosos, vermelhos, camadas de húmus mais acentuada. Suportam culturas e são mais usados para a formação de pastagens. Observei culturas de mandioca e abacaxi, aliás, ótimas, nestes solos. Muitos pensam que as regiões do Brasil Central só possuem ralos "cerrados" e campos "limpos" ou "sujos", onde a pecuária nômade impera. No entanto, a 93 km de Brasília, com ótima estrada pavimentada, uma fértil zona iniciada na cidade de Anápolis, é o mato grosso de Goiás.

Esta região situada na parte centro-sul do Estado, começa na Cidade de Anapólis, continua para o oeste até a Serra Dourada e no sentido norte-sul, vai nas proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapeci, com aproximadamente vinte mil quilômetros quadrados. Pela natureza de seus solos, pode, planejado e desenvolvido seu fomento agrícola, abastecer de muito Brasília.

O presente trabalho visa tão-sòmente iniciar uma série de publicações sôbre fitoecologia, fitofisionomia, etc., para enriquecimento da cultura do arquiteto dedicado aos problemas do Urbanismo. Ficariamos imensamente gratos se de todos os recantos recebêssemos consultas sôbre plantas, solos, adubos, defensivos, jardinocultura, enfim tudo que se relacione com o mundo do paisagismo.



Rio Paranoá na estiagem — Fonte de energia e água para o lago.



Quartzitos — Devido sua resistência ao intemperismo são as rochas mais comumente encontradas, formando espigões ou residuais.

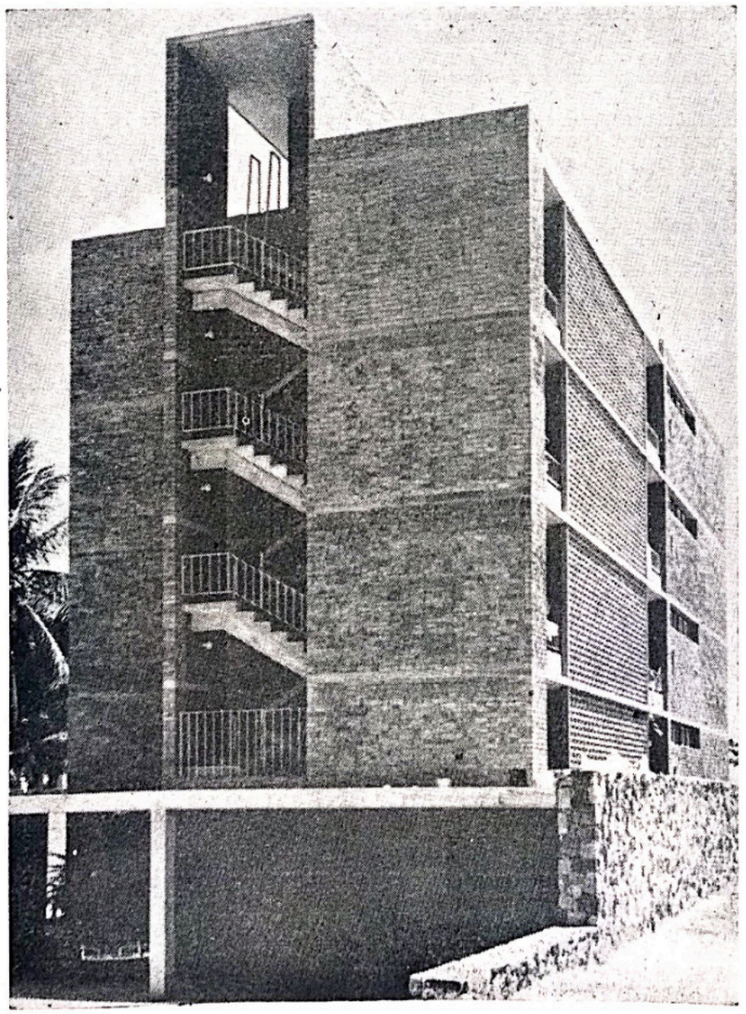
Pequizeiro — (Caryocar brasiliensis) — Fonte de sombra e alimento no "cerrado".

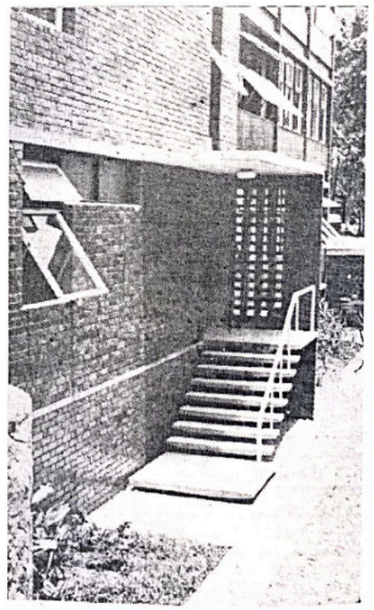


Apartamentos em Boa Viagem

Recife — Pernambuco

Arquitetos Acácio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo





Painel

O programa previa a construção de um edifício residencial de custo médio com um apartamento por andar.

O prédio foi levantado mediante uma estrutura mista de tijolos e concreto. As paredes de tijolos prensados funcionam como elementos portantes, nas quais estão apoiadas as lajes de concreto armado. As escadas foram pré-moldadas em concreto.

Os materiais empregados — tijolos prensados, concreto, vidro e madeira conservam sua aparência natural.

A direção da obra esteve a cargo dos próprios arquitetos autores do projeto.

to dos logradouros existentes, cuja importância no sistema rodoviário da Cidade contra-indique sua paralisação ou exija a melhoria de suas condições técnicas, sob pena de estagnação.

3 — Compete ao Poder Público como órgão regulador do direito de construir, estabelecer preceitos normativos que, não prejudicando o proprietário, ensejando-lhe justa utilização de seu imóvel, permita atender às necessidades urbanísticas da Cidade.

4 — Impõe-se portanto, encontrar uma fórmula capaz de, resguardando os projetos de recuo progressivo, muitos em adiantado estado de execução ou em fase de conclusão bem como os projetos urbanísticos de manutenção imprescindível, liberar os imóveis por êles atingidos quando não possa ou não convenha ao Estado a execução imediata, ou a curto prazo, daqueles projetos de urbanização.

Isto pôsto:

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1 — Havendo projeto aprovado de recuo progressivo ou de urbanização que modique o alinhamento do logradouro, qualquer construção nova deverá obedecer a êsse novo alinhamento.

Parágrafo único — Nos terrenos livres de construção que sejam atingidos por projetos de recuo progressivo ou de urbanização e cuja área remanescente fôr aproveitável para edificação, o recuo será sempre obrigatório, mesmo que a obra a executar, seja, apenas, muro de fechamento.

Art. 2.º Nos prédios atingidos por projeto de recuo regressivo ou por projeto de urbanização para abertura projeto de recuo progressivo ou por de novos logradouros, bem como de alargamento ou prolongamento dos existentes, quando não obedecido o projeto, sòmente serão permitidas as seguintes obras.

I — consêrto;

II — reformas;

III — modificação de fachada;

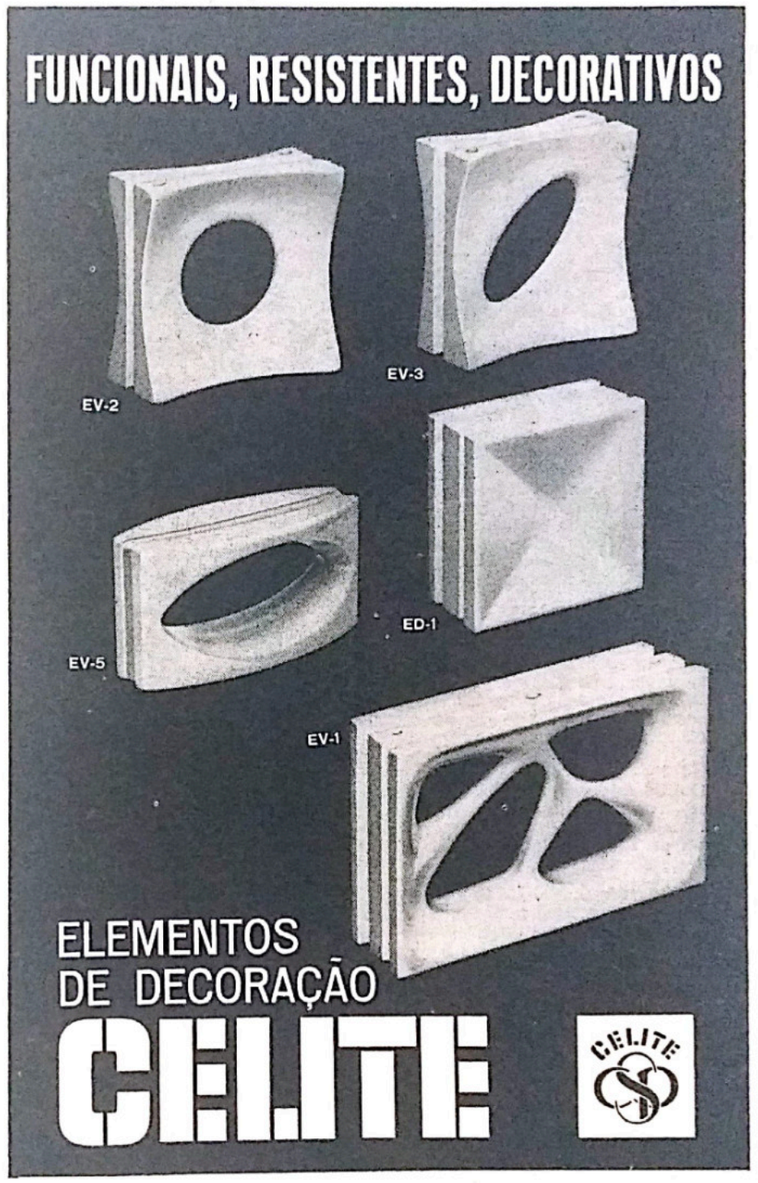
IV — modificações internas que não impliquem em aumento substancial do valor do prédio.

V — acréscimos horizontais desde que limitados à parte não atingida pelo recuo e não ultrapassem 20% (vinte por cento) da área de construção existente;

VI — acréscimos verticais, respeitada a altura máxima aprovada para o local, e cuja área não ultrapasse 20% (vinte por cento) do pavimento inferior;

VII — construção de segundo prédio nos fundos do lote em local não atingido pelo projeto previsto, até o máximo de 2 (dois) pavimentos, desde que a área ocupada pelo nôvo prédio não exceda a do prédio da frente;

VIII — construção de galpão aberto nos fundos do lote, em local não atingido pelo projeto previsto, desde que a sua área não exceda ao dobro da área coberta do prédio da frente, e êste não seja de uso residencial.



VITRIFICADOS

Não dilatam. Não racham. Imunes à ação do sol e da poeira. Produzidos em vários estilos, em 7 côres permanentes, brilhantes

CERÂMICA SANITÁRIA PORCELITE S.A.
MATERIAIS CERÂMICOS CELÉM, LTDA.

Matriz: Rua Itapura, 626 - Tel. 93-1183 - C. Postal 2818 - São Paulo
Filial: Rua da Assembléia, 11 - 9.º and. - Tel. 31-0784 - Rio de Janeiro

Parágrafo único. — Quando o recuo atingir sòmente a faixa de afastamento frontal, sem afetar a construção pròpriamente dita será o mesmo de execução obrigatória, desde que as obras requeridas importem em aumento da área já construída e além daquelas previstas nos incisos V, VI, VII e VIII dêste artigo.

Art. 3.º — Quando um imóvel fôr totalmente atingido por projeto de recuo progressivo ou de urbanização para abertura de novos logradouros, alargamento ou prolongamento dos existentes ou, quando alcançado parcialmente, a área remanescente fôr inaproveitável para construção, serão observadas as seguintes disposições quando as obras requeridas ultrapassarem as permitidas no artigo anterior:

I — audiência prévia do Departamento de Engenharia Urbanística da Secretaria de Obras Públicas, que dirá acêrca da possibilidade de liberação do imóvel das condições estabelecidas pelo projeto que o atinge, tendo em vista não haver urgência na execução imediata do projeto ou a inexistência de recursos orçamentários para a efetivação da necessária desapropriação.

II — o Departamento de Engenharia Urbanística poderá quando dessa ocasião, propor outras formas de liberação do imóvel, devendo no entanto a proposta dêsse órgão ser submetida à aprovação da autoridade superior sòmente quando contar com a concordância escrita do proprietário;

III — o Departamento de Engenharia Urbanística, sempre que necessário, ouvirá as Regiões Administrativas sôbre a possibilidade ou inconveniência da liberação do imóvel na forma dêste decreto.

Parágrafo único. — As regras dêste artigo aplicam-se, também, aos imóveis atingidos simultâneamente por projeto de recuo progresso e de urbanização se o remanescente fôr aproveitável para cons.rução quando obedecido apenas um dos projetos.

Art. 4.º A liberação do inicial na forma prevista por êste decreto será da competência do Secretário de Estado de Obras Públicas.

§ 1.º — Liberado o imóvel, será permitido construir-se prédio ou adaptar-se a construção existente, conforme o caso, e no alinhamento antigo, de acôrdo com tôdos as características da zona, isto é:

I — as Zonas do Código de Obras designadas por ZR 2 e ZR 3, e nos núcleos comerciais da ZA, em conformidade com as leis n.ºs 83 de 9 de julho de 1948, e 525 de 20 de novembro de 1950, e legislação complementar.

II — nas demais zonas segundo os preceitos de Código de Obras e legislação complementar relativa a cada uma dela.

§ 2.º — Para a fixação da altura máxima da edificação a ser construida na forma permitida por êste artigo, quando calculada em função da largura do logradouro, esta será determinada tomando-se a distância entre os alinhamentos antigos existentes no local, revogados os limites mínimos fixados pelo Código de Obras.

§ 3.º — Aos imóveis liberados na forma dêste artigo não se aplicam as disposições do Decreto n.º 991, de 27 de abril de 1962.

§ 4.º — A concessão da licença para as obras mencionadas nos incisos V, VI, VII e VIII do art. 2.º e as permitidas na forma do § 1.º dêste artigo, ficam condicionadas a assinatura de têrmo, por fôrça do qual o Estado será exonerado de indenizar as obras realizadas. Se o Estado, entretanto, vier a imitir-se na posse do imóvel antes de decorrido o prazo de quinze (15) anos contados da assinatura do têrmo, indenizará as obras executadas.

Art. 5.º Quando um imóvel estiver enquadrado nas condições previstas no art. 3.º, é facultado ao seu proprietário o pedido de licenciamento das obras que pretenda constituir, mediante anteprojeto que será submetido à consideração do Departamento de Engenharia Urbanística, o qual indicará, obedecendo ao preceituado neste decreto, as diretrizes a serem seguidas pelo projeto definitivo.

§ 1.º — Uma vez aprovado o anteprojeto e liberado o imóvel, caso não tiver prosseguimento o processo até o licenciamento das obras, ou se expedida a licença, não forem iniciadas aquelas dentro do prazo de 6 (seis) meses a contar da data do "Passe-se alvará" ficará, automàticamente, revogada a liberação do imóvel.

§ 2.º — Ocorrido a hipótese do § 1.º sòmente depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos poderá ser apreciado nôvo pedido de construção, na forma deste decreto, formulado pelo mesmo proprietário.

Art. 6.º — Nos imóveis sujeitos a decreto de desapropriação, sòmente serão permitidas obras que tenham por fim conservá-los ou evitar que se deteriorem (Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, Código Civil, Artigo 63, § 3.º).

Art. 7.º — Quando a vigência de um decreto declaratório de utilidade pública ultrapassar de 5 (cinco) anos e se tornar caduco nos têrmos do Art. 10 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, por não ter sido intentada a ação em tempo útil, poderá ser baixado não obstante, ato executivo declarando sem efeito a desapropriação antes existente, para conhecimento de terceiros.

§ 1.º Desde que prove que a vigência do decreto de desapropriação excedeu o prazo de 5 (cinco) anos e que não há ação distribuida, o proprietário poderá requerer a expedição do ato de que trata êste artigo, se tal fôr indispensável a que possa dispor livremente de seu imóvel até então objeto de declaração de utilidade pública.

§ 2.º O Departamento de Engenharia Urbanística, se julgar conveniente a revogação de plano de urbanização e a ação de desapropriação já tiver sido ajuizada, remeterá expediente às Administrações Regionais para dizer se os imóveis atingidos pelo projeto em vias de revogação podem se prestar a qualquer outro fim estatal.

§ 3.º — Não havendo outro fim de utilidade pública para ditos imóveis será remetido expediente à procuradoria de Desapropriações com a respectiva autorização para que requeira em Juizo a extinção da ação por falta de objeto.

§ 4.º — Havendo conveniência na utilização do móvel em outro fim de utilidade, necessidade pública ou interêsse social, a Procuradoria de Desapropriações, disto cientificada, remeterá expediente próprio à autoridade competente a fim de que, baixados novos atos, em substituição àqueles a serem revogados, se possa, quando possível, aproveitar os atos processuais já praticados no processo de desapropriação em curso.

Art. 8.º — Ficam revogados o Decreto n.º 14.632, de 23 de setembro de 1959, e demais disposições em contrário.

Art. 9.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1964; 76.º da República e 5.º do Estado da Guanabara.

(as.) Carlos Lacerda; Enaldo Cravo Peixoto. D.O. GB — Parte I 29-10-1954.

ANUNCIE EM

ARQUITETURA

O ÓRGÃO OFICIAL DOS ARQUITETOS BRASILEIROS

Rio/S. Paulo, março de 1965.

O Instituto de Arquitetos do Brasil vem editando, há 33 múmeros consecutivos, a Revista ARQUITETURA, seu órgão oficial de informação. Não há dúvida de que, particularmente entre os arquitetos e demais técnicos ligados à construção, ARQUITETURA já se firmou, gozando hoje de prestígio e conceito não alcançados por nenhuma outra publicação de seu gênero.

ARQUITETURA, é indiscutìvelmente, a única publicação técnico-cultural do país, e a mais regular e bem feita revista brasileira de arquitetura. A única que sai em prazos certos e tem como preocupação máxima informar adquadamente aos profissionais a quem se dirige.

O nosso depoimento – que pode ser tomado como o de todos os arquitetos brasileiros - é de que ARQUITETURA é o único veículo de comunicação direta e permanente com os profissionais de arquitetura do Brasil. Nenhuma outra publicação especializada brasileira traz uma mensagem aos arquitetos e construtores como a veiculada por ARQUITETURA, pois ela guarda os conceitos que geraram o movimento da arquitetura moderna no Brasil e acompanha fielmente as diretrizes de sua evolução. Por esta razão, não temos dúvida sôbre o interêsse que despertam as matérias divulgadas em ARQUITETURA entre os profissionais que se dedicam à edificação. Esta crença traz-nos a certeza de que qualquer mensagem veiculada através de ARQUITETURA encontra leitor certo e interessado em todos os arquitetos brasileiros.

A Revista ARQUITETURA é distríbuida, mensal e gratuitamente, a cada um dos arquitetos brasileiros e constitui-se no seu órgão oficial de informação sôbre o movimento arquitetônico. Assim o interêsse do arquiteto por ARQUITETURA vai além da simples leitura ocasional. ARQUITETURA é uma revista que o arquiteto lê, coleciona e prestigia, por que é a revista que encarna a defesa dos seus interêsses profissionais e satisfaz à sua necessidade de contato com o movimento cultural e técnico, informando-o de forma mais completa e adequada, além de ser o órgão oficial da classe, a Revista do INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL.

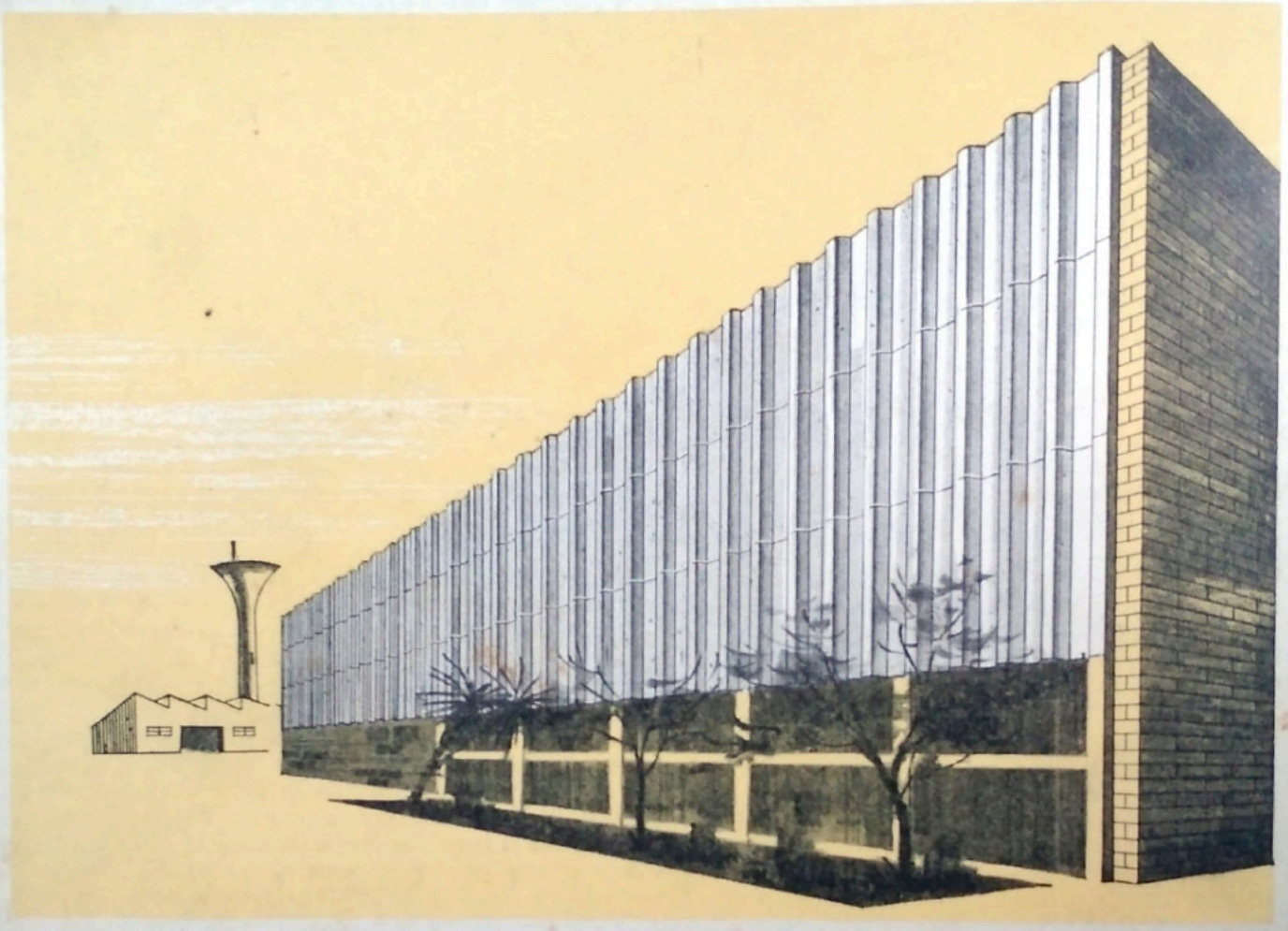
Não hesitamos, portanto, em afirmar que ARQUITETURA é o lugar certo para veicular qualquer mensagem que pretenda atingir arquitetos ou técnicos profissionais da construção.

Icaro de Castro Mello — Mauricio Roberto — Marcos Konder Netto — Wit-Olaf Prochnik

Ricardo Menescal — Mario Pinheiro — Jorge Machado Moreira — Jean Kubler

Luiz Paulo Fernandes Conde — Joaquim Guedes — Alex Nicolaieff — Walter Saraiva Knesse

João Ricardo Serran — Paulo Antunes Ribeiro — Arnaldo F. Paoliello — Eduardo Knesse de Mello — Gian Carlo Gasperini



t chapa trapezoidal

de alumínio para revestimentos e coberturas

Material
Produzida em liga de alumínio extra-duro 3M-H correspondente a ASTM - B209 - 61 - Alloy 3003, com encruamento máximo por laminação.

Características Mecânicas
Carga de ruptura: 20 a 22 kg/mm2 - Limite de elasticidade: 16 a 20 kg/mm2 - Alongamento: 1 a 4%.

Isolamento Térmico
Oferece maior grau de isolamento térmico por reflexão. Refletindo cêrca de 90% da luz solar incidente, chega a reduzir no verão, de 15° C, a temperatura interior.

Funcional
Devido à forma de sua seção transversal, permite obter, quando comparada com outros materiais de cobertura:
1 - maior escoamento de águas pluviais
2 - maior resistência ao flexionamento

Econômica
Pode ser normalmente produzida em comprimentos de até 12 metros, o que permite ao arquiteto obter, com economia, grandes efeitos plásticos em coberturas e revestimentos laterais de fachadas.

CBA

Companhia Brasileira de Alumínio

PIONEIRA DA INDÚSTRIA NACIONAL DE ALUMÍNIO

Av. da Luz, 297 - 11º and. - Tels.: 36-3100 - 36-3101 e 36-1146 - S.Paulo
Av. Presidente Vargas, 309 - 20º and. - Tels.: 52-2074 e 23-2611 - R. de Janeiro